

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Os Indígenas na Primeira História da Paraíba: um Estudo Sobre
a *História da Província da Parahyba* de Maximiano Lopes
Machado**

João Paulo Costa Rolim Pereira

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Célia Gonçalves

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB
AGOSTO -2012

**OS INDÍGENAS NA PRIMEIRA HISTÓRIA DA PARAÍBA:
UM ESTUDO SOBRE A *HISTÓRIA DA PROVINCIA DA
PARAHYBA* DE MAXIMIANO LOPES MACHADO**

João Paulo Costa Rolim Pereira

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Célia Gonçalves

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB
AGOSTO-2012

P436i Pereira, João Paulo Costa Rolim.

Os indígenas na primeira história da Paraíba: um estudo sobre a História da Província da Parahyba de Maximiano Lopes Machado / João Paulo Costa Rolim Pereira.- João Pessoa, 2012.

163f. : il.

Orientadora: Regina Célia Gonçalves

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. Machado, Maximiano Lopes. 2. Historiografia. 3. Cultura Histórica. 4. Índigenas - Paraíba.

OS INDÍGENAS NA PRIMEIRA HISTÓRIA DA PARAÍBA: UM ESTUDO SOBRE A *HISTÓRIA DA PROVINCIA DA PARAHYBA* DE MAXIMIANO LOPES MACHADO

João Paulo Costa Rolim Pereira

Dissertação de Mestrado avaliado em ____/ ____/ ____ com conceito_____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Regina Célia Gonçalves
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Godoy Silveira
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco
Examinador Externo

Prof^a. Dr^a. Serioja Cordeiro Mariano
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna

Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – Universidade Federal de Pernambuco
Suplente

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses dois anos de pós-graduação pude reafirmar amizades e construir outras novas. Parte difícil é essa em ter que nomeá-las. Pois, próximo a esse período de finalização do trabalho, a memória pode não nos ajudar a destacar aqueles que foram bastante importantes para que esta dissertação pudesse ser concluída. Assim, desde já, peço desculpas àqueles que neste momento minha memória negligencia.

Gostaria de começar agradecendo aos meus familiares, estes que tiveram que conviver com minha irritação e estresses, mas, principalmente, com minha ausência. Assim, agradeço a minha mãe, Maria do Socorro Costa, meu pai, Severino Rolim Pereira, e meu irmão, Jorge Alexandre Costa Rolim Pereira, e minha avó, Irene Rolim Pereira, *in memoriam*. Gostaria ainda de agradecer à minha tia, Eunice Patriota Pereira, quem sempre esteve por perto mesmo com minha distância e ausência.

Agradeço ainda aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, especialmente àqueles com quem tive maior aproximação tais como Mozart Vergetti de Menezes, Ângelo Emílio Pessoa, Raimundo Barroso, Carla Mary, Claudia Cury, Telma Dias Fernandes, Vilma de Lurdes Barbosa. A estes os meus sinceros agradecimentos por toda colaboração ao longo dessa minha trajetória.

Aproveito ainda para agradecer à Rosa Godoy, Serioja Mariano, e Ricardo Pinto por terem gentilmente aceitado compor a banca examinadora desta dissertação.

Em 2010 tive a oportunidade de participar do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Novas Fronteira (PROCAD-NF) que me proporcionou pesquisar e cursar duas disciplinas na Universidade Federal de Minas Gerais. Nessa ocasião, pude ter contato com pessoas que tiveram considerável influência nos rumos dessa dissertação e na minha trajetória acadêmica. Nesse sentido, gostaria de agradecer ao professor José Carlos Reis, com quem pude debater acerca da historiografia no século XX na sua disciplina, e, principalmente, por ter participado da minha banca de qualificação. Agradeço também, ao professor Eduardo França Paiva pela acolhida que tive nas Alterosas. Este me proporcionou ter uma vivência acadêmica intensa ao me acolher em seu grupo e nas diversas atividades da disciplina. Agradeço ainda por toda atenção que teve e a preocupação em fazer com que me sentisse parte, mesmo que por pouco tempo, daquela universidade.

Nesta mesma ocasião pude conhecer muitas pessoas e fazer diversos amigos. Dentre eles posso citar, Douglas, Kalengue, Aline, Marcela, Anna, Zanneti, Rangel, Marileide,

Laiane, Lili, Vanicléia, Villalta. A esses, agradeço pelos vários momentos compartilhados nas Gerais.

Agradeço também aos vários amigos que a turma de pós-graduação em História com entrada em 2010 me proporcionou a convivência. Dentre os novos amigos, gostaria de citar Carla, Almair, Taís, Fernanda, Leonardo e Germana. Pude conviver também com amigos antigos e reafirmar a amizade, nomeadamente, Fabíolla, Yamê, Sylvia, Márcio, Juliana, Nereida e Laércio, mesmo este sendo do programa da UFC, fazia parte da nossa turma. A todos esses agradeço pela amizade. Assim como também agradeço àqueles que faziam parte de outras turmas, mas com quem acabamos por criar vínculos, como Vânia e Azemar. Também não poderia deixar de lembrar os amigos graduandos, nomeadamente Daniel, Amana, Aline, Luyse, Mayara e Natália.

Ainda entre os amigos, não posso deixar de citar Walber Nery, que esteve presente em vários momentos da minha trajetória acadêmica e de vida; e ao Mano Tales, companheiro de todas as horas.

Agradeço também o incentivo e a colaboração de Cristiane Portela, que esteve presente, mesmo à distância, nos momentos em que mais precisei. Sua atenção comigo e com este trabalho me ajudaram a manter a perseverança. Meu muito obrigado.

Nos últimos meses de escrita desta dissertação pude conhecer algumas pessoas que estavam fora da academia, mas que incentivaram e ajudaram como puderam para que eu não desanimasse e continuasse a escrita. Essas pessoas, com as quais tenho a oportunidade de passar boa parte dos meus dias, as conheci quando comecei a trabalhar na Secretaria de Educação do Município, são eles: Adília, Genewton, Penha, Bruno, Engracia, Rafaela Melo, Tereza, Luíza e Célia. Pessoas importantes para a conclusão desse trabalho.

Dedico um agradecimento especial à Rafaella Monique, pessoa com quem estou tendo a chance de compartilhar minha vida e planos para o futuro. Agradeço por ter acreditado e confiado em mim. Com você percebo que a respeito do amor nada eu havia aprendido.

Por fim, gostaria de agradecer imensamente à pessoa mais importante para mim nesses últimos dois anos, minha orientadora Regina Célia Gonçalves. Seu incentivo, orientação acadêmica e conselhos para a vida contribuíram sobremaneira para o meu crescimento.

RESUMO

Na dissertação que agora apresentamos, buscamos realizar um estudo acerca do livro *História da Província da Paraíba*, de Maximiano Lopes Machado, observando a forma como ele insere os indígenas da Paraíba, especialmente os Tabajara e Potiguar na sua obra. Mesmo pronta em 1885, é publicada apenas em 1912 por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Este instituto, criado em 1905, reconheceria aquele intelectual, junto a Irineu Joffily e Irineu Ferreira Pinto, como fundadores da historiografia paraibana. O IHGP foi criado com o objetivo de formular uma História Oficial da Paraíba, em que fosse enfatizado um passado comum a todos os paraibanos, forjando uma identidade para aqueles nascidos no seu território, *a paraibanidade*. Fundada durante o período republicano, esta historiografia tratou de erigir uma história que demonstrasse, dentre outras coisas, como a Paraíba teria colaborado para o advento daquele regime político. Nesse sentido, buscamos compreender de que forma uma obra como aquela de Machado, produzida ainda no século XIX, alguns anos antes da Proclamação da República, poderia ter contribuído com esse projeto historiográfico do IHGP. Em outras palavras, de que forma a *História da Província da Paraíba* teria contribuído para forjar uma identidade paraibana e até que ponto sua perspectiva influencia a maneira como a sociedade paraibana enxerga o indígena na sua composição histórica, social e identitária. Desta forma, tentamos contribuir na investigação de uma cultura histórica acerca do indígena da Paraíba em conformidade com a área de concentração em *História e Cultura Histórica*, à qual esta pesquisa está vinculada.

Palavras-chave: Cultura Histórica; Historiografia; Maximiano Lopes Machado; Indígenas.

ABSTRACT

This work attempted to develop a study about Maximiano Lopes Machado's book *História da provincia da Parayba*, noticing the manner that he inserts the indigenous from Paraíba, mainly the Tabajaras and Potiguaras tribes, in his work. Even finished in 1885, this book was published only in 1912 by Geography and History Institute of Paraíba. This institution, created in 1905, recognized that intellectual, with Irineu Joffily and Irineu Ferreira Pinto, as founders of Paraíba historiography. The GHIP was founded to enable a formulation of an Official History of Paraíba, emphasizing a common history for all *paraibanos*, forging an identity for those who were born in this territory, named as the *paraibanidade*. Founded during the republican period, this historiography attempted to raise a history that showed, among other matters, how Paraíba had collaborated to the advent of that political regime. In this sense, it was attempted to comprehend how Machado's work, produced in XIX Century, before The Republic Proclamation, could have contributed to this historiographical project elaborated by GHIP. Accordingly, attempting to understand the manner how *História da provincial da Parahyba* has contributed to forge a *paraibana* identity and its perspective influence the way that the *paraibana* society recognizes the indigenous in its historical, social and identity compositions. Therefore, it was sought to investigate about an indigenous historical culture of Paraíba's according to the concentration area in History and Historical Culture in which this research is linked.

Keyword: Historical Culture; Historiography; Maximiano Lopes Machado; Indigenous.

LISTA DE SIGLAS

IHGB- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

IAGP- Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.

IHGP- Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

SUMÁRIO

1	À Guisa de Introdução	01
2	Maximiano Lopes Machado e a História Da <i>História Da Província Da Parahyba</i>	19
2.1	O Lugar Social de Maximiano Lopes Machado	19
2.2	O Processo de Produção da Obra	28
2.3	<i>História da Província da Parahyba</i> : uma apresentação	36
3	Maximiano Machado, os Índios e a Civilização	53
3.1	A Paraíba na Trajetória da Civilização	53
3.2	Os Indígenas na Conquista da Paraíba	62
3.3	Os Indígenas na Guerra Holandesa	78
4	A <i>História da Província da Parahyba</i> na Construção da Memória Paraibana	97
4.1	O Instituto Histórico Paraibano e a Memória da República	98
4.2	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Gênese do “Político-Historiador”	101
4.3	O Instituto Histórico Paraibano e a <i>História da Província da Parahyba</i>	120
4.4	O Indígena na Memória da Paraíba	134
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
6	REFERÊNCIAS	147

1. À Guisa de Introdução

Na agenda atual de lutas sociais no Brasil, o reconhecimento étnico e cultural dos povos indígenas desponta como reivindicação premente. Atualmente, na Paraíba, existem trinta e duas aldeias, constituindo três terras indígenas, todas da etnia Potiguara, localizadas no litoral norte do Estado, nos municípios da Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, um território que totaliza 33.757ha¹. Outra etnia, os Tabajara, localizada no litoral sul do estado, encontra-se em luta pelo processo de reconhecimento de suas terras, no município do Conde. Comparada a outros Estados da região nordeste, a quantidade de áreas indígenas e o reconhecimento destas pelos órgãos oficiais colocam a Paraíba numa situação de destaque. Estes dados são intrigantes, pois mesmo havendo o reconhecimento dos territórios pelos órgãos do Estado, a sua população não é reconhecida socialmente como indígena. Na realidade, em geral, a sociedade paraibana não apenas desconhece estas áreas indígenas, mas também a própria existência destes povos.

O precário conhecimento da existência dessas comunidades se dá, quando muito, através do contato direto estabelecido durante o carnaval, já que aquela região – das terras Potiguara - é um dos locais mais procurados do litoral paraibano para se festejar a folia de Momo. Contudo, quando os turistas percebem que aqueles supostos índios, que acabaram de lhes ser “apresentados”, usam relógios, moram em casas de alvenaria, falam português, praticam surfe e possuem outros utensílios que não se encaixam no estereótipo de índio criado pela sociedade nacional, logo se questionam se são mesmo índios “verdadeiros”.

Ao ingressar no curso de História da Universidade Federal da Paraíba no ano de 2004, dentre os meus interesses de estudo certamente não estava a história indígena. Na realidade, meu interesse estava em outras disciplinas que nem mesmo eram do Departamento de História, tais como a filosofia, sociologia e antropologia. Havia até mesmo pensado em fazer um desses cursos paralelamente ao de História (talvez, se assim tivesse feito, este último tivesse sido abandonado). Contudo, ao participar de um evento regional da ANPUH-PB ocorrido na cidade de Campina Grande naquele mesmo ano, decidi participar de um mini-curso sobre história indígena no período colonial. A escolha não se deu pelo interesse no tema, mas sim pelos professores que o estariam ministrando. Eram eles Regina Célia Gonçalves e Ricardo Pinto de Medeiros. Eu era aluno de ambos, respectivamente das

¹ Informações obtidas no sítio eletrônico do Instituto Sócio Ambiental. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

disciplinas de Introdução aos Estudos Históricos e Introdução à Arqueologia. Além disso, havia participado, sem compromisso, de algumas reuniões do grupo de estudos sobre o período colonial que os dois lideravam. Como não havia mais nenhum outro mini-curso interessante, fui assistir àquele. A ideia era que, com aqueles dois professores, de uma forma ou de outra, o meu tempo não seria perdido.

Quando começaram a explicar sobre os indígenas que haviam ocupado a Paraíba no período colonial e demonstraram que estes, a todo momento, estavam em conflito com os conquistadores, fazendo alianças com outros povos indígenas ou até mesmo outros europeus para impedirem o avanço dos portugueses, e pior que estavam tendo sucesso no objetivo, foi como se estivessem me falando que eu havia sido enganado a vida inteira por ter aprendido que os indígenas tinham sido passivos no processo de colonização do Brasil, que tinham sido apenas marionetes nas mãos dos europeus e que esses “coitados” foram vítimas indefesas da ganância humana pela conquista de terras e riquezas.

A partir dali resolvi me inteirar mais sobre aquele processo que estava sendo apresentado naquele mini-curso. Assim, pedi à professora Regina Célia que me indicasse uma bibliografia na qual eu pudesse constatar, por mim mesmo, que aquilo que ela estava afirmando, junto com o Professor Ricardo Pinto, teria realmente acontecido. Ela não só me indicou uma bibliografia como também me convidou a fazer parte do seu grupo de estudos sobre o Período Holandês, me incumbindo de pesquisar a respeito das relações e alianças de guerra firmadas entre indígenas, portugueses e holandeses naquele período. Desde então, comecei a participar de projetos institucionais de pesquisa, como o de Iniciação Científica (PIBIC). Nele pude desenvolver uma pesquisa a respeito de um conjunto de cartas escritas por alguns indígenas Potiguara no período da guerra holandesa. O primeiro conjunto era formado por cartas trocadas entre duas lideranças indígenas: D. Antônio Felipe Camarão, que lutava ao lado dos portugueses, e Pedro Poty, que lutava aliado aos holandeses. Já o segundo conjunto de documentos eram as remonstrâncias escritas pelo Potiguara Antônio Paraupaba, também aliado dos holandeses, que, ao término do conflito retorna para a Holanda, e lá escreve aos Estados Gerais pedindo auxílio aos outros indígenas que lutaram pelos holandeses e ficaram sem apoio ao final da guerra. Dessas pesquisas resultaram alguns trabalhos que foram apresentados e publicados em anais dos mais diversos eventos, além de ter possibilitado a publicação de um capítulo de livro² e a produção de monografia de conclusão de curso³.

² O trabalho *Povos indígenas no período do domínio holandês: uma análise dos documentos tupis (1630-1656)* foi publicado no livro *Ensaio Sobre a América Portuguesa*, organizado pelos professores Carla Mary S. Oliveira, Mozart Vergetti de Menezes e Regina Célia Gonçalves. Esse capítulo é uma síntese dos resultados

Assim, desde 2004 tenho me dedicado a estudar a história indígena, mais especificamente os Potiguara no período colonial.

Quanto mais pesquisava, menos compreendia como a nossa sociedade criou a imagem do indígena como passivo no processo histórico – as fontes com as quais trabalhei nos apontavam para indígenas que compreendiam o que se passava e agiam conforme seus interesses, sempre avaliando estrategicamente seus posicionamentos e ações. Mais ainda, não conseguia compreender como, com tantos trabalhos sendo realizados desmistificando essa visão, a nossa sociedade ainda entendia que o indígena não foi uma parte importante na construção da nossa identidade social. Visão arraigada de tal maneira que o indígena nem ao menos era percebido na contemporaneidade, era coisa do passado, que ou havia sido exterminado, incorporado à sociedade (implica dizer “aculturado”) ou estava isolado nos rincões da selva amazônica.

No caso da Paraíba, como vimos, existem, reconhecidas pelo Estado, populações indígenas em território demarcados há anos, e ainda assim, a sociedade os desconhece, ignora ou nega-lhes a condição de indígenas, acreditando que seriam apenas grupos que se passariam por indígenas para se aproveitarem de benefícios públicos. Foi buscando compreender como na Paraíba se elabora uma imagem a respeito dos indígenas que leva a um apagamento dessa parcela da população que fui motivado a estudar o tema agora proposto para dissertação de mestrado.

Mesmo com o esforço de estudiosos em produzir um conhecimento que desmistificasse aquela visão a respeito dos indígenas, pouco tem se modificado na maneira como a sociedade em geral, e, em especial, a paraibana, os percebe na conformação da sua identidade local. Isso, de certa forma, nos suscita a questão de uma cultura histórica em relação à história da Paraíba. A sociedade paraibana tem uma relação com o passado que, muitas vezes, não é fomentada pelo conhecimento produzido por historiadores. A mídia, seja ela impressa, televisiva ou mesmo digital, tem maior poder de disseminação; um poder mais rápido e eficaz, na sociedade, do que os historiadores e o resultado de suas pesquisas (FLORES, 2007). Nesse sentido, somos obrigados a refletir sobre o porquê desses meios midiáticos terem um maior alcance e, mais ainda, por que buscam manter um certo tipo de

obtidos pela pesquisa desenvolvida no projeto de pesquisa de mesmo título vinculado ao Programa de Iniciação Científica da UFPB (PIBIC/CNPq/UFPB) sob a orientação da professora Regina Célia Gonçalves, desenvolvido pelos bolsistas João Paulo C. R. Pereira e Halisson Seabra Cardoso entre os anos de 2007 e 2009.

³ A monografia intitulada *Felipe Camarão: Súdito Fiel do Rei Católico* foi apresentada como conclusão de curso no ano de 2009. Nela buscamos estudar as ações daquele indígena líder militar na guerra holandesa que entrou para a historiografia nacional como um dos heróis da restauração. Buscamos compreender o porquê do seu posicionamento ao lado dos portugueses em oposição a seus outros parentes também líderes militares, Pedro Poty e Antônio Paraupaba, que lutavam ao lado dos holandeses.

história, renovando-a todos os anos por meio de datas comemorativas, além de reforçarem estereótipos, tais como aqueles dos indígenas, mesmo com estudos recentes demonstrando que tais datas ou estereótipos não se sustentam? No caso da Paraíba, temos um conhecimento que foi cunhado no seio do Instituto Histórico local, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e que será repetido na sociedade, quer seja nas escolas, nas ruas ou pela mídia.

Os Potiguara habitavam a região hoje compreendida entre o rio Paraíba e o baixo Jaguaribe no atual estado do Ceará (GONÇALVES, 2007). Eram, conforme aponta a documentação do século XVI⁴, conhecidos como os “senhores do Paraíba”. Resistiram a décadas de investidas dos colonizadores portugueses em direção ao norte, pondo em risco o projeto colonizador⁵. Segundo Varnhagen,

[O Rio Paraíba é] a paragem onde se vai decidir se a civilização tem de caminhar avante para o norte, ou de retirar-se corrida, como já começava a suceder, do grande teatro fronteiro à ilha de Itamaracá, que não se assegura sem a ocupação da Paraíba (VARNHAGEN, 1975, p.381).

A historiografia paraibana, especialmente a produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP, responsável por formular os marcos espaciais e temporais da história da Paraíba hegemônicos ainda hoje, relata a história dos Potiguara desde os primeiros contatos com os europeus, no início do XVI, com o trato do pau-brasil negociado com franceses, passando pelas primeiras investidas portuguesas de conquista do rio Paraíba, até aproximadamente o fim do chamado período holandês (1630-1654). A partir daí é como se, para essa historiografia, este povo tivesse encerrado sua participação na construção da história da região.

Depois de um longo período de “ostracismo”, é só na segunda metade do século XX, com o nascente movimento indígena, que estes Potiguara voltam à cena – ainda que não através do trabalho dos historiadores, e sim por colegas de outras áreas, como antropólogos e sociólogos – reivindicando suas terras e o reconhecimento de sua identidade étnica. Mais do que isso, mostrando à sociedade paraibana que estavam ainda vivos, que sobreviveram a séculos de massacre e perseguição, que ainda continuavam lutando.

⁴ Expressão utilizada pelo cronista Fernão Cardim para se referir aos Potiguara em seu *Tratados da Terra e da Gente do Brasil* (1980).

⁵ O projeto colonizador da Coroa portuguesa visava à submissão dos nativos de forma a torná-los súditos do rei, a constituírem braços para o desenvolvimento, defesa e conquista das possessões reais. Submeter também significava converter os nativos e torná-los fieis da Igreja, expandindo a fé cristã. Segundo Alfredo Bosi (1994), o projeto colonizador português buscava a conquista da terra através da submissão dos nativos, material e simbolicamente. Nesse sentido, podemos entender, como destaca Varnhagen na citação acima, que esse processo estaria ameaçado caso não se avançasse em direção ao norte e os Potiguara não fossem submetidos.

Durante muito tempo, a historiografia brasileira situou os indígenas à margem dos acontecimentos históricos que se desenrolaram com a colonização; os colocou como passivos neste processo, criando, assim, uma imagem de submissão frente à ação colonizadora. Essa postura contribuiu para uma visão preconceituosa e estereotipada do indígena, a qual se faz presente ainda hoje no imaginário de uma parte significativa da sociedade.

Para o historiador John Manuel Monteiro, em sua tese de livre docência, *Tupis, Tapuias e Historiadores* (2001), essa imagem começa a se cristalizar a partir do século XIX com a formação dos Institutos Históricos, principalmente na figura de dois intelectuais importantes, Carl Friedrich Philippe Von Martius e Francisco de A. Varnhagen. Para Monteiro é com eles que se fundam as duas noções básicas utilizadas e difundidas pela historiografia brasileira em se tratando dos povos indígenas: por um lado, a sua exclusão enquanto agentes do processo histórico brasileiro e, por outro, a leitura de que eram povos em vias do desaparecimento.

É essa visão “pessimista” que irá grassar pelos estudos a respeito do passado dos povos indígenas e que determina as conclusões a respeito do seu futuro. Mesmo autores que têm perspectivas diferentes a respeito deles, tais como

Capistrano de Abreu, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro — entre tantos outros, como os integrantes dos institutos históricos e geográficos estaduais — todos buscaram, a seu modo, diante dos desafios políticos e limites teóricos de suas respectivas épocas, atribuir um significado à história das populações indígenas. Porém, se há um traço comum entre estes observadores e pensadores, tão dispersos no tempo, é o pessimismo com que encaravam o futuro dos povos nativos (MONTEIRO, 1995, p. 222).

A idéia era de que, mais cedo ou mais tarde, esses povos iriam desaparecer, quer fosse pelo extermínio ou pela assimilação através da miscigenação entre as “raças” formadoras da sociedade brasileira, tal como fundamentou Von Martius no seu texto *Como se Deve Escrever a História do Brasil* (1844).

Qualquer que encarregar de escrever a História do Brasil, paiz que tanto promete, jamais deverá perder de vista quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem.

(...)

São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou ethiopica. Do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d’essas três raças, formou-se a actual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular (MARTIUS, 1844, p. 381 – 382).

Sobretudo no século XIX, em um período envolto pelas idéias evolucionistas, acreditava-se que estes povos não resistiriam ao avanço rápido e devastador da civilização. Restava, como ação, apenas tentar minimizar os danos que a incorporação à sociedade acarretaria a eles. Tal pessimismo é presente até mesmo nas interpretações de correntes teóricas como o estruturalismo que, muito mais recentemente, subordinava as ações e pensamentos indígenas às estruturas inconscientes; trata-se de povos alheios e sem alternativa, sujeitos passivos no processo histórico (MONTEIRO, 1995).

No final da década de 1970 tal perspectiva de pessimismo começa a mudar a partir do esforço de antropólogos e de alguns historiadores, arqueólogos e lingüistas, os quais fazem surgir uma “nova história indígena”⁶ que tendia a observar esses povos enquanto agentes históricos ativos e partícipes, e principalmente vislumbrando novas possibilidades para o seu futuro. É a partir de mudanças na forma como os indígenas começam a se organizar para reivindicar seus direitos que se inicia uma demanda por novas fontes documentais que embasassem suas reivindicações por terras ou pelo reconhecimento étnico, como foi, por exemplo, o caso do “Relatório Baumann”⁷. Com a retomada do diálogo entre a Antropologia e a História, proporcionado pelo objetivo comum de dar sustentação ao movimento indígena através de uma nova perspectiva sobre o seu passado, uma série de estudos começam a germinar na academia, estudos com um enfoque teórico que contrapunha a perspectiva estruturalista e globalizante, colocando agora o indígena enquanto agentes históricos (MONTEIRO, 1995).

Contudo, embora as mudanças no desenvolvimento da historiografia brasileira ao longo dos anos 1980 viessem a dar relevo a uma série de sujeitos até então “esquecidos”, os índios permaneceram basicamente invisíveis. Só mais recentemente, já nos anos 1990, com o avanço das pesquisas históricas, especialmente sobre o período colonial, passou-se a revelar as relações entre a sociedade colonial e os diversos povos indígenas que habitavam a América antes da conquista. Os historiadores tiveram de enfrentar o desafio de superar, por um lado, o

⁶ Podemos citar como significativas dessa renovação historiográfica as obras: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; CUNHA, Manuela C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O Descobrimento dos Outros*. Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial. Tese de Doutorado em História/UFPE, Recife, 2000; POMPA, Cristina. *Religião como Tradução*. Missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial. Bauru, Edusc, 2003; CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

⁷ Relatório elaborado pela historiadora Thereza Baumann, constituído por uma série de documentos que foram entregues à Fundação Nacional do Índio, em 1981, comprovando a posse ancestral das terras ocupadas e reivindicadas pelos índios Potiguara da Baía da Traição-PB. Parte do relatório está disponibilizado no livro de Moonen e Maia, *Etnohistória dos Índios Potiguara* (1992).

enfoque tradicional que difundiu o mito da submissão passiva dos nativos aos interesses coloniais, e, portanto, da impossibilidade de sua existência enquanto agentes da história, e, de outro lado, a leitura de uma certa “história dos vencidos”, que os encarava como vítimas indefesas da ação colonizadora, destinadas ao desaparecimento.

É interessante notar que o tipo de visão historiográfica formulada por Martius e Varnhagen acerca dos indígenas se tornou hegemônica. Segundo esta perspectiva, tais povos não tiveram uma parcela significativa na formação da identidade nacional, sendo apenas um componente menor e inferior da miscigenação das raças, fenômeno que, segundo aqueles autores, seria a peculiaridade do Brasil frente às demais nações do mundo. Tal visão, porém, não era a única existente.

Ainda na virada do século XIX para o XX, outras visões sobre o tema foram formuladas a partir de uma apreciação positiva do elemento cultural e biológico indígena para a formação da identidade brasileira. Este foi o caso da obra do historiador Capistrano de Abreu. No livro *Capítulos de História Colonial*, escrito em 1907, o autor faz uma revisão dos fatos históricos do Brasil colonial tidos como os mais importantes, principalmente aqueles levantados por Varnhagen no seu livro *História Geral do Brasil*, além de apresentar novos dados e perspectivas de análise daquela época. Capistrano de Abreu acreditava que outros fatores, tidos como menores ou irrelevantes até então, ajudariam a compreender e construir uma história nacional mais completa. Nesse sentido, até mesmo o olhar que lança ao estudar os povos indígenas é diferente do de Varnhagen. Este acreditava que os índios não tinham história, portanto, não poderiam ter contribuído em nada para a formação histórica do Brasil. Capistrano de Abreu dá outro enfoque. O capítulo que abre seu livro intitula-se *Antecedentes Indígenas* e mostra algumas características ecológicas do território brasileiro às quais os indígenas estariam adaptados, o que foi fundamental para a adaptação subsequente dos europeus. Trata-se de uma visão positiva da contribuição indígena para a história nacional.

A historiadora Ângela de Castro Gomes, no livro *História e Historiadores*, ao analisar o tipo de história do Brasil produzida durante o Estado Novo e que, segundo a mesma, “marcou a cultura histórica do país durante muito tempo” (1996, p.11), apresenta uma análise dos historiadores clássicos que foram referenciais para aquele período, e que seriam, portanto, os fundadores de um suposto pensamento social brasileiro. Dentre eles estão as figuras de Varnhagen e João Francisco Lisboa. Destes dois especificamente mostra a disparidade da forma como trabalham a história e a divergência na interpretação de algumas questões, dentre as quais, a polêmica em torno da questão indígena, na qual o segundo defende um olhar positivo, ressaltando a contribuição dos indígenas na formação da nação, enquanto que, para o

primeiro, isto seria impensável. Segundo a historiadora, Varnhagen seria o “único, em sua geração, a não revelar qualquer simpatia pelos indígenas” (GOMES, 1996, p 81).

No livro *Intrepida Ab Origine*, Margarida Dias desenvolveu um estudo acerca do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, mais especificamente se centrou em uma análise historiográfica das produções iniciais desse instituto, compreendendo desde o ano de fundação (1905) passando pelas seis primeiras publicações da revista do IHGP entre 1909 e 1928. Segundo a autora, é com a fundação do IHGP que se criam as linhas gerais da historiografia paraibana (1996, p. 20), sendo, para ela, fundamental perceber que tais linhas reverberam nas revistas produzidas pelo Instituto. Dias afirma ser essa produção tão disseminada que, ainda hoje, aquilo que foi estabelecido pelo IHGP seria influente na sociedade paraibana. Conforme a autora, o objetivo daquele Instituto era o de criar uma História Oficial da Paraíba, na qual constasse a grandeza da Paraíba e do homem que dali seria originário. O IHGP formularia, com sua fundação, um projeto no qual visava à criação de uma história destinada a forjar uma identidade comum a todos os paraibanos, a *paraibanidade*:

A base da historiografia sistematizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano teve como idéia central a existência de um tipo específico de ser humano que se define por ser paraibano, algo que chamaremos nesse trabalho de **paraibanidade**. Termo esparsamente utilizado pelos fundadores do IHGP, mas que é o grande definidor de todo o pensamento criado pelo Instituto Histórico (DIAS, 1996, p. 50, destaque da autora)⁸.

É no intuito de formar uma identidade paraibana que o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano formula os marcos temporais e espaciais básicos da história da Paraíba. Além disso, estabelece quais foram os agentes desse processo histórico local definindo a participação de cada um naquela formação. Dentre esses agentes estaria o indígena local. Segundo a lógica de Dias, poderíamos inferir que o IHGP seguiria as mesmas diretrizes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para identificar os agentes, estabelecendo o mesmo grau de participação que os brancos, negros e índios tiveram na formação da identidade nacional para a esfera local.

Dias ainda busca identificar alguma vinculação entre o Instituto Paraibano e o IHGB. Dentre outras coisas, segundo ela, aquele instituto teria tido motivações semelhantes às deste último para a formulação do seu projeto de criação de uma identidade paraibana:

⁸ O termo **Paraibanidade** é utilizado pela primeira vez por Claudio Santa Cruz em seu discurso de posse como membro do IHGP em 1964 e publicado na Revista desse Instituto neste mesmo ano (RIHGP, 1964, v 15).

A partir de 1822, com a emancipação política brasileira, foi necessária uma história nacional, separada de Portugal, sem que isso significasse rupturas. O Brasil foi identificado como um continuador da ‘civilização’ nos trópicos (este foi o sentido da confecção de uma identidade brasileira). Da mesma forma, com a proclamação da República e a reorganização do Estado não mais unitário, mas composto de unidades da federação, a criação de histórias locais teve sua necessidade justificada (...) (DIAS, 1996, p. 35).

Além disso, a autora ainda acredita que o que fomentaria a criação do IHGP seria o fruto da iniciativa do IHGB “à fundação de Institutos Históricos e Geográficos locais, com o objetivo precípua das produções de histórias regionais e catalogação de fontes para percorrer o de volta (ao IHGB) e contribuir para a formulação da história geral do Brasil” (1996, p. 33).

Acreditamos que as motivações foram diferentes por estarem em contextos diferentes. Além disso, é problemático enxergar os Institutos locais como simples filiais do Instituto Brasileiro. Apesar de haver uma cooperação entre os institutos, acreditamos que tinham plena autonomia e suas produções não visavam necessariamente suprir o IHGB de informações regionais. Embora colaborasse de certa forma para fortalecer aquela historiografia, acreditamos ainda que os Institutos locais, e no nosso caso, o da Paraíba, tinham seus objetivos próprios ao se disporem a formular seus estudos.

Sem dúvida o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano se aproxima, em muitos aspectos, das diretrizes teóricas e metodológicas do Instituto Brasileiro. Contudo, o contexto da criação do IHGB e do seu objetivo de elaborar uma história nacional é completamente diferente do contexto em que foi criado o IHGP, e mais conflitante ainda com os objetivos de elaboração de uma identidade local frente à identidade nacional totalizante daquele Instituto.

Eleger os sujeitos históricos, delimitar os marcos temporais, demarcar os limites espaciais dessa história, tais eram as tarefas que serviriam de base para a construção da identidade paraibana. Assim, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro levaria a cabo aquelas tarefas para criar uma identidade nacional, o IHGP o faria em âmbito regional (DIAS, 1996). Contudo, os objetivos e interesses que levariam os seus sócios a formular suas histórias seriam diferentes.

Logo no início do século XIX o Brasil passa a ser sede do reino com a transferência da Corte portuguesa. Em seguida, se “desliga” política e administrativamente da antiga metrópole, entrando em processo de independência ainda na década de 1820. Esse fato irá marcar profundamente a história do Brasil, exigindo um esforço dos intelectuais em compreender o passado, o presente e o futuro do Estado - Nação que acabava de nascer. Tais intelectuais, além de identificar o que seria o Brasil e seu povo, teriam que dar conta do

processo formador da nação: desde seu descobrimento até a independência. Em outras palavras, teriam que apresentar a História do Brasil.

Contar a História do Brasil, mais do que um simples esforço intelectual, fazia parte de um objetivo político, no sentido de legitimar a ordem estabelecida – interna e externamente. Buscavam encontrar, no passado “brasileiro”, algo que fosse comum e unisse a todos que nasciam no território. A idéia era de criar-se um sentimento patriótico, nacionalista, mas sem perder de vista a herança européia proporcionada pelo elemento colonizador português, considerada imprescindível para aquele momento.

Segundo Manoel Salgado Guimarães (1988), será em torno dessa tentativa de consolidação da nação que a historiografia do Brasil inicia sua sistematização, especialmente a partir da fundação do IHGB.

(...) A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social no século XIX (...) (GUIMARÃES, 1988. p. 06).

Guimarães observa que a história que será desenvolvida pelo IHGB estará marcada por um duplo projeto. De um lado, recuperar a gênese da formação da nação brasileira, e por outro, inserir nessa perspectiva a idéia de progresso e civilização. “seguir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e européia” (1988, p. 08).

Ao traçar a criação do IHGB, Guimarães mostra uma séria vinculação desse instituto com o Estado, tendo ainda uma marcada tendência à centralização. O IHGB, já no seu estatuto, demonstra a intenção de manter relações com institutos semelhantes⁹ dentro e fora do Brasil, assim como fomentar a criação de institutos regionais vinculados a ele. A idéia seria congregar as informações de todas as províncias do Brasil, a partir do trabalho realizado pelos sócios daqueles institutos regionais.

No caso do IHGB, a vinculação com o Estado e com o projeto sustentado por este fica explícita. É o Estado quem sustenta financeiramente aquele instituto; o imperador D. Pedro II será seu mecenas e protetor; além disso, é o Estado quem financia as “missões” de pesquisa

⁹ Sobre os Institutos Históricos, além dos trabalhos já citados, podemos destacar SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; GUIMARÃES, Eduardo H. de Lima. *Religião Pátria e Liberdade: a historiografia do IAGP entre 1862 e 1876*. Dissertação de Mestrado. UFPE, 1996.

em arquivos pela Europa e nas demais províncias do Brasil, viabiliza publicações, e, por fim, premia os “melhores” trabalhos.

Por fazerem parte de uma instituição de saber, tal como entende De Certeau (2008. p.69), os intelectuais vinculados ao IHGB estão submetidos a *leis* do meio. Isso significa que para os trabalhos produzidos em uma determinada agremiação terem aceitação, não poderiam destoar da prática institucionalizada do grupo, no nosso caso, os institutos históricos:

(...) existem *leis* do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesmas. Elas organizam uma ‘polícia’ do trabalho. Não ‘recebido’ pelo grupo, o livro cairá na categoria de ‘vulgarização’ que, considerada com maior ou menor simpatia, não poderia definir um estudo como ‘historiográfico’. Ser-lhe-á necessário o ser ‘acreditado’ para aceder à enunciação historiográfica (...) (DE CERTEAU, 2008. p. 72)

A historiografia brasileira do XIX buscava e acreditava na possibilidade de se fazer uma história neutra, isenta, desinteressada, objetiva. Contudo, podemos perceber que, por mais que tentassem, os membros vinculados ao IHGB, *locus* da historiografia moderna no Brasil, estavam impregnados pelo mundo “externo”. Eram homens que expressavam, mesmo sem admiti-lo, seu posicionamento social, político e econômico. Em outras palavras expressavam seu “lugar social” (DE CERTEAU, 2008).

Aqueles intelectuais, ligados principalmente às elites brasileiras naquele momento, vão expressar, através de suas obras, aquilo que acreditavam ser o Brasil e, principalmente, aquilo que o Brasil deveria se tornar no futuro. Contribuíam, assim, para uma forma de se pensar o que seria, e como se formaria a nação brasileira. Desta feita, discussão fundamental seria a que levaria a compreender como o povo brasileiro era formado cultural e biologicamente. E são aqueles intelectuais que irão responder aos questionamentos pujantes naquele contexto.

A História, enquanto conhecimento, nesse período passa a contar com o respaldo de intelectuais, e, por que não dizer, da sociedade como um todo. É o momento em que ela começa a ser elevada ao *status* de ciência, o que significava ser reconhecida enquanto conhecimento válido, legítimo, pois passível de comprovação, carregando em si não uma verdade, mas, *a Verdade*.

Os intelectuais do XIX, no Brasil, irão se deparar com um problema bastante peculiar: o da formação da nação a partir de três “raças” – o branco, o negro e o índio. Aquele mesmo desafio proposto por Von Martius, como vimos acima. Guimarães chama ainda atenção para uma problemática que surge ao se tentar forjar uma identidade para a nação. Ao mesmo

tempo em que se estabelece aqueles que constituiriam, que seriam componentes dessa identidade, se define aqueles que seriam excluídos, os outros. E, no caso do Brasil, como aponta Guimarães, haveria de se definir o outro interno e o outro externo (1988, p. 06).

A oposição, no âmbito externo, será em relação à antiga metrópole, Portugal, embora, segundo o autor, não se buscasse rechaçar a herança branca portuguesa, já que foi por via dela que fora possível o ingresso na civilização. Esse é o legado principal dos brancos na composição do povo brasileiro. Internamente, os outros, nessa formação, serão os negros e os índios.

(...) O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do ‘outro’ (...)” (GUIMARÃES, 1988, p. 07).

É nesse sentido, como nota Guimarães, que o estudo a respeito dos indígenas será uma constante. Tomados como estranhos e alheios à sociedade nacional, o IHGB irá estudá-los à parte da formação da nação. Com efeito, já que eles seriam o “outro” na relação com a sociedade nacional, o IHGB desenvolveria uma preocupação em se aproximar de algumas ciências que pudessem revelar algo a respeito deles, tais como a etnografia, a lingüística, a antropologia, entre outras¹⁰. Todas essas disciplinas auxiliariam a história a compreender esse “outro” selvagem, e perceber suas contribuições na formação da nação.

O objetivo do IHGB ao construir uma história do Brasil era dar uma resposta às questões que o contexto político e social impunha à nova nação, e uma delas era:

O que o Brasil queria ser? Eis a primeira questão da identidade. A resposta de quem podia responder então, isto é, as elites brancas que fizeram a independência: o Brasil queria continuar a história que os portugueses fizeram na colônia. A identidade da nova nação não se assentaria sobre a ruptura com a civilização portuguesa; a ruptura seria somente política (REIS, 2006, p. 31).

Num outro contexto, bastante diferente, é criado o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Este é fundado em 1905, portanto, quase sete décadas depois da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Quando da fundação do IHGP o Brasil não era mais uma monarquia, nem tão pouco tinha um imperador. Agora tinha um presidente eleito,

¹⁰ Kaori Kodama em seu livro *Os Índios no Império do Brasil* discute a constituição desses saberes como instrumentos que poderiam auxiliar os intelectuais, especialmente os historiadores do IHGB a conhecerem mais detalhadamente os povos indígenas (2009).

era uma República. E esse fato marcaria os objetivos e as diretrizes que norteariam a produção intelectual deste Instituto.

Se, na época da fundação do IHGB, era necessária a elaboração de uma história que incorporasse todos os brasileiros, no intuito de construir uma identidade nacional sob a centralidade do império, a criação do IHGP segue o sentido de elaboração de uma história local, no intuito de construir uma identidade paraibana que, junto com as outras unidades da federação, constituíssem a unidade nacional. O sentido, então, seria o de dar uma visibilidade maior à participação da Paraíba e dos paraibanos na formação da nação. Participação essa que foi determinada do centro do poder, com a *História Geral do Brasil* de Varnhagen – e que agora, com os Estados podendo exercer maior autonomia diante do poder central, necessitava também, de uma história que os colocasse em pé de igualdade com as demais unidades da federação. O sentido agora seria inverso. Ao invés de se receber do poder central uma história pronta na qual já estava determinada a participação da Paraíba na formação da Nação, como havia sido no Império com a *História Geral do Brasil* de Varnhagen, o IHGP iria formular uma história na qual demonstrasse a importância da Paraíba, tal como as outras unidades da federação, valorizando as ações que contribuíram para a formação do Brasil. Não seria uma história de subsídios, mas de afirmação regional, refletindo aí as tensões políticas entre os poderes locais e centrais iniciados ainda no Império e acentuados na República.

Os fundadores do IHGP reclamavam que a Paraíba não tinha uma história própria¹¹. O que havia eram crônicas ou relatos dos seus eventos importantes espalhados em obras das mais diversas pelo Brasil. Mas nenhuma obra que compilasse a trajetória histórica desse território e do seu povo (DIAS, 1996).

Nas palavras de um dos seus mais recentes presidentes do IHGP, ao publicar um livro sobre a história desse Instituto, transparece um dos objetivos centrais daquela agremiação nos seus anos iniciais:

Houve quem alegasse, escrevendo sobre os primeiros anos do Instituto, que essa condição de Casa da Memória se deveu mais a paraibanidade de seus sócios, engolfados no propósito de valorizar a instituição. Na realidade, o epíteto consubstanciou um enfoque novo de libertação dos tradicionais historiadores alienígenas, que se limitavam a descrever fatos econômicos e de guerras descritivos das ligações da Paraíba com o Nordeste (principalmente com Pernambuco) e com Portugal.

¹¹ Segundo Margarida Dias, os fundadores do IHGP eram homens oriundos da elite política, econômica e intelectual local. Ao traçar um perfil dos membros do Instituto, a autora os compara aos sócios do IHGB, ocupavam, portanto, cargos públicos eletivos e burocráticos, tinham ainda uma formação intelectual semelhante, tendo estudado em escolas e faculdades tradicionais de suas regiões. Teriam ainda outras profissões, seriam médicos, jornalistas, militares, advogados entre outras (1996, p. 36).

Iniciou-se, com as principais figuras fundadoras do Instituto, a nossa historiografia. Não somente a descrição dos fatos, mas a interpretação de suas causas e conseqüências (GUIMARÃES, 1998 , p 12).

Compreendemos que esse esforço não se tratava simplesmente de se produzir uma história com o intuito de se elaborar uma identidade local em contraposição às das outras unidades da federação. Acreditamos que o projeto era mais amplo. Visava completar as lacunas que a história produzida no centro do poder político do Estado (o Rio de Janeiro) negligenciou; o esforço era inserir a Paraíba na construção da nação, demonstrando sua importância e sua participação decisiva para o processo civilizatório e vencedor que agora se apresentava sob a forma da República.

Portanto, se é possível destacar algumas similaridades entre o IHGB e o IHGP, como a busca pela sistematização da história; o dever de proteger a memória nacional para aquela e local para esta; a materialização de um ideal identitário; as ligações estreitas com o Estado, este financiando sua manutenção difusão (O imperador sendo protetor para o primeiro, e o presidente do Estado para o segundo) – os objetivos são diferentes e divergem justamente nas interpretações dos eventos. Acreditamos que tal processo derive das relações políticas que o federalismo proporcionou com o advento da república. Sendo que essa divergência entre o centro e local se inicia ainda no XIX com os movimentos intelectuais partidários do liberalismo político e que clamavam por um novo sistema de governo, o republicanismo.

É, então, nessa relação conflituosa entre o Poder Central e o Poder Local que se assenta a historiografia paraibana – podemos dizer que um embate tanto político quanto intelectual. Político, pois visava maior autonomia nas decisões locais, e intelectual, pois buscava se desvencilhar das interpretações “alienígenas”, vindas do centro.

Daí que demonstrar a “grandeza da Paraíba”, como preconizavam os fundadores do IHGP, se torna importante. E acentuar momentos históricos em que a Paraíba e o “paraibano” demonstraram seu patriotismo era fundamental. Não é a toa que o período da guerra holandesa seja o evento de maior relevo para essa historiografia. É o momento em que a Paraíba prova seu patriotismo, brinda a nação com um de seus maiores heróis, André Vidal de Negreiros, reconhecido até mesmo por Varnhagen. Nesse evento a Paraíba poderia demonstrar que foi tão brava e patriótica quanto Pernambuco, por exemplo. O estado vizinho teria levado todos os louros pela guerra e conquistas da restauração, sendo negligenciados os momentos em que a Paraíba teria contribuído decisivamente para a expulsão da ameaça “estrangeira”. A ideia não seria de se contrapor a Pernambuco, mas de se igualar a ele. Nas

palavras de um dos historiadores tomados como referencial e como fundador da historiografia paraibana,

Pernambuco, onde esse grito [de guerra contra os Holandeses] foi erguido primeiro com entusiasmo e esperança, colheu, não ha negal-o os immacessiveis louros que embellezam a sua fronte gloriosa. E', porem forçoso confessar, por mais que seduzam os esplendores da fama, que elle não esteve só nessas horas tremendas em que se jogava a honra da patria. E quando seu coração estremecia no mais renhido da lucta pela anciedade do receio, a Parahyba estava ao seu lado envolta no sangue da peleja (MACHADO, 1977, p. VII).

As palavras acima foram retiradas da obra *História da Província da Parahyba* escrita pelo paraibano Maximiano Lopes Machado, em 1885, porém, publicada apenas em 1912, sete anos após a fundação do IHGP, e por iniciativa de seus sócios¹². Embora tenha sido produzida fora da Paraíba, em Pernambuco, e antes mesmo da fundação do Instituto Paraibano, ainda assim esta obra seria tomada como fundadora da historiografia paraibana.

O IHGP estabeleceu, como seu cânone historiográfico, três obras: *História da Província da Paraíba*, de Maximiano Machado, escrita em 1885 e publicada em 1912; *Notas Sobre a Paraíba*, de Irineu Joffily, escrita e publicada em 1892; e *Datas e Notas Para a História da Paraíba*, de Irineu Ferreira Pinto, escrita e publicada na década de 1910. É interessante notar que duas dessas obras foram desenvolvidas antes mesmo da fundação do IHGP, em 1905. Porém, curiosamente, são tomadas como obras referenciais pelo próprio IHGP, influenciando a produção historiográfica dos seus membros.

(...) podemos estabelecer as três grandes linhas em que desenvolve a Historiografia paraibana.

(...)

À margem a de cunho factual e documental cunhada por Irineu Pinto, num extraordinário trabalho de levantamento de fontes, as duas outras parecem experimentar maior evidência, tendo com Irineu Joffily e Maximiano Machado os seus vanguardeiros. Talvez sem se excluir eles se completem, mas a verdade é que, enquanto Joffily, mais capistraneano, fez prevalecer as indicações sobre conceitos, d'onde sua extraordinária concisão, Maximiano, mais varnhageniano (na forma) sempre preferiu as longas dissertações de cunho cronológico, ainda que repassadas de interpretação liberal, anti-colonialismo e espírito crítico (MELLO, 1977, p. 23).

¹² No trabalho que se segue iremos utilizar a segunda edição do livro *História da Província da Paraíba*, reeditado em 1977. Escolhemos tal edição por nela conter a introdução original da obra escrita por João de Lyra Tavares em 1912, e o estudo de José Octávio de Arruda Mello escrito especialmente para a segunda edição. Julgamos importante levar em consideração tais estudos pois nos ajudam a compreender os momentos de recepção do livro e do autor no meio intelectual paraibano.

São esses três autores e suas respectivas obras que supostamente irão nortear os trabalhos iniciais dos membros deste instituto. Nesse sentido, para entender as formulações e as interpretações que o IHGP seguirá, é necessário não perder de vista a sua fase inicial de criação e consolidação, tal como nos havia alertado Dias (1996).

Maximiano Lopes Machado, enquanto político do partido Liberal, era contrário à centralização do poder na Corte e à submissão das províncias às decisões políticas e econômicas emanadas do centro. Lutava por uma maior autonomia das mesmas sem que, para isso, fosse necessária uma ruptura que prejudicasse a união nacional. Enquanto historiador sua principal crítica era voltada a uma história elaborada do centro que decidia a participação de cada província na formação da nação, tal como a *História Geral do Brasil* de Varnhagen; criticava o fato de se concentrarem na Corte os documentos históricos das províncias, o que as deixava à mercê de historiadores que jamais estiveram na sua terra. A *História da Província da Paraíba* é pensada e escrita para se contrapor a esse impasse entre o centro do poder e as províncias.

Infelizmente o governo geral, no regimen monarchico, entendeu abafar o sentimento do amor das nossas tradições e feitos patrioticos, fazendo recolher ao archivo publico do Rio de Janeiro tudo quanto pelas secretarias das Provincias e Casas de Misericordia podesse servir ao estudo da historia particular e completar o que faltava referir (...) Ficámos estacionarios, a espera que nos mandassem da côrte uma *Historia* completa do Brazil, e a *Historia Geral* foi a de Varnhagen, na qual declina para os historiadores parciaes o exame dos factos relativos à cada uma das partes do todo! (MACHADO, 1977, p. III).

Com efeito, analisaremos a obra *História da Província da Parahyba* de Maximiano Lopes Machado, à qual nos referimos acima, no intuito de percebermos como este autor, tido como primeiro historiador da Paraíba (título concedido pelo próprio IHGP) insere o indígena na sua narrativa. O IHGP, entendendo que Machado seria o primeiro historiador a sistematizar os principais eventos históricos da Paraíba, buscava legitimar, desta forma, aquilo que ele estabeleceu como sendo os marcos temporais e espaciais do processo histórico paraibano, além de reconhecer os agentes que elencou como participantes desse processo. Contudo, teria mesmo este instituto criado em um contexto diferente daquele em que Machado realiza sua pesquisa aceitado os marcos e as interpretações deste intelectual? Em outras palavras, o IHGP iria mesmo endossar aquilo que Maximiano acreditou ser importante ser lembrado e celebrado por todos aqueles que nasciam no território paraibano? Até que ponto aquela obra fomentaria o projeto daquele instituto em construir uma identidade paraibana, a *paraibanidade*?

Nesse sentido, perceber como o autor em estudo é recepcionado pelo IHGP nos ajudaria a compreender se aquilo que ele estabelece como a participação dos indígenas na construção da história da Paraíba colaborou para a percepção que a sociedade paraibana atual tem em relação aos indígenas na composição da sua própria identidade.

Este não é um estudo sobre os povos indígenas da Paraíba. Aqui pretendemos estudar como um intelectual paraibano, considerado o fundador da historiografia paraibana, inseriu os indígenas, em especial os Tabajara e os Potiguara, em sua narrativa histórica escrita no livro *História da Província da Paraíba*, e de que maneira essa sua forma de perceber a participação desses povos na construção histórica e social da Paraíba contribuiu para a maneira que a sociedade paraibana se relaciona com aqueles grupos. Nesse sentido, este é um trabalho eminentemente de análise historiográfica.

Para tanto, para compreendermos como Maximiano Machado insere o indígena na história da Paraíba, buscaremos analisar a sua obra observando o contexto político e intelectual da época em que a está produzindo. Para nós, o fato disto ter ocorrido ainda no XIX, nos últimos anos da monarquia, nos remete a questões de ordem política que podem estar expressas na obra e que acabariam por revelar aspectos das temáticas por ele abordadas. Acreditamos, ainda, que o ambiente intelectual no qual estava inserido e os debates dos quais participou no que se refere aos seus posicionamentos teóricos e filosóficos acerca da produção do conhecimento histórico podem nos indicar as escolhas dos temas, interpretações e a forma da sua narrativa. Assim, perceber o debate político da época que, como já vimos, girava em torno de uma tensão entre o poder local e o poder central é fundamental para percebermos com quem Machado está dialogando e a partir de quem ele se apoia para se posicionar politicamente, o que acabaria por transparecer na sua narrativa. Além disso, perceber o meio intelectual no qual está inserido também pode nos remeter aos seus interlocutores, especialmente aqueles que estariam nos Institutos Históricos e seus congêneres.

A partir disso, analisaremos o seu texto, sua narrativa, atentando para os temas levantados buscando compreender como o indígena está presente e como Machado percebe essa presença para a construção da sua narrativa e principalmente em quais momentos tal presença é vista como importante para a constituição da história da Paraíba.

Desta feita, em seguida iremos tratar do autor e sua obra. Primeiramente tentaremos traçar um perfil de Maximiano Machado a partir de seus biógrafos. Acreditamos que, assim, podemos entender a relevância desse autor para a intelectualidade local, observando quais as características que julgaram essenciais nele para que fosse tido como uma das figuras ilustres

da Paraíba, o que nos leva a pensar que tais características poderiam ser observadas em sua obra que fora aclamada pelo mesmo público. Ainda neste capítulo analisaremos o processo de produção e publicação da *História da Província da Parahyba*. Como já nos referimos, Machado a escreve em 1885, sendo que seria publicada apenas em 1912 por iniciativa do IHGP que havia sido criado sete anos antes. Entender o processo de produção e publicação da obra nos proporciona visualizar as motivações que o levaram a pesquisar sobre a história da Paraíba, o percurso da sua pesquisa e, principalmente, compreender o porquê dela só ter sido publicada quase trinta anos depois de estar pronta. Para finalizar, faremos uma apreciação geral da obra a partir do prólogo que Maximiano Machado escreve. Este nos revelaria, enfim, aquilo que julgava importante estar presente numa história que tratasse da Paraíba.

No capítulo seguinte nos deteremos em perceber a inserção do indígena na obra propriamente dita. Como veremos, Maximiano Lopes Machado trata e menciona aqueles indígenas Tabajara e Potiguara em três momentos distintos, mas interligados pelas sucessões cronológicas dos eventos. Seriam eles, o descobrimento do Brasil¹³, a conquista da Paraíba e, o período holandês. Desta forma, observaremos como Machado se refere, insere e percebe a participação dos indígenas em cada um desses momentos. O autor estuda um período que vai desde a conquista, no século XVI, até meados do século XVIII¹⁴. Contudo, com o final do período holandês nada mais a respeito daqueles indígenas é mencionado.

Para o último capítulo observamos como Maximiano Lopes Machado e sua obra *História da Província da Parahyba* são recepcionados pelo IHGP. Para nós, é importante verificar até que ponto este autor foi importante para esta historiografia e de que forma ela se apropria dele. Assim, analisamos como o estudo de Machado foi utilizado nas primeiras produções deste instituto, e, principalmente, procuramos verificar se a forma como entende a história da Paraíba e especialmente a participação dos indígenas nessa construção, foram apreendidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, corroborando com o seu projeto historiográfico.

¹³ Para Maximiano Machado o Brasil havia sido descoberto por acaso; idéia que defenderá na obra.

¹⁴ Segundo um de seus biógrafos e responsável pela publicação do livro, João de Lyra Tavares, o autor teria pesquisado e escrito a história da Paraíba abrangendo um período que iria desde a conquista, no século XVI, até a independência do Brasil, no XIX. Contudo, afirma que, com a demora em se publicar a obra, algumas páginas haviam se perdido e, principalmente, houve o extravio da parte em que trata do século XIX (TAVARES, 1977).

2. Maximiano Lopes Machado e a História Da *História Da Província Da Parahyba*.

Neste capítulo buscaremos apresentar ao leitor o político, intelectual e historiador Maximiano Lopes Machado e sua obra *A História da Província da Parahyba*. Para a historiografia paraibana, especialmente a vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, autor e obra foram fundamentais para se iniciar a tradição historiográfica da Paraíba. Nesse sentido, convém perceber quem foi este autor a partir da observação do percurso de sua vida, sua formação intelectual, trajetória profissional e atuação política, o que nos informa o lugar social ao qual pertencia. Pretendemos, assim, compreender suas motivações para os encaminhamentos de seus estudos e para a produção da sua obra capital, bem como entender suas interpretações a respeito da história da Paraíba.

2.1. O Lugar Social de Maximiano Lopes Machado.

O autor em estudo, Maximiano Lopes Machado era filho de um comerciante português estabelecido na Paraíba, o Sr. Manoel Lopes Machado, e da Sra. D. Anna Joaquina de Albuquerque Machado. Nasceu na capital da Paraíba no dia 07 de agosto de 1821. Ainda na infância, seguiu com sua família para a cidade do Recife. A intenção de seu pai ao transferir os negócios para aquela cidade era o de proporcionar uma educação de qualidade para Machado e seus outros seis irmãos e duas irmãs (CAVALCANTI, 1908).

Como planejado pelos pais, Machado foi matriculado no colégio mantido pelo Convento Madre de Deus, tradicional instituição de ensino sediada na cidade de Olinda, da Congregação São Felipe Nery. Ali concluiu seus estudos primários e secundários, o que lhe proporcionou ingressar, logo em seguida, em 1840, na Faculdade de Direito de Olinda.

Esta Faculdade, inaugurada em 1828, surgiu do intuito de se instalar, no Brasil, dois centros de estudos jurídicos, um, em Pernambuco, para atender a região Norte e outro, em São Paulo, atendendo a região Sul. Ambos estavam voltados para a formação de um corpo burocrático que, por um lado, atendessem às demandas da criação de instituições de um país que acabava de se tornar independente, e, por outro, constituísse uma “intelligentisia” nacional que buscasse se desvencilhar intelectualmente da antiga metrópole (SCHWARCZ, 2008, p. 141). Seria, então, neste lugar de grande importância social e política, especialmente no contexto regional, já que era lá que se formariam tanto os políticos quanto os funcionários que assumiriam os mais diversos cargos na burocracia das demais províncias da região norte, que Machado teve sua formação bacharelesca.

O bacharelado em instituições como aquela era porta de entrada para um grupo seletivo ou um “clube”, como expressa José Murilo de Carvalho (2006), de homens que tinham a oportunidade de ocupar espaços institucionais no judiciário, no executivo e no legislativo. Ocupar esses espaços significava acessar as esferas de poder tanto no âmbito local quanto no nacional. Assim, após a obtenção do grau de bacharel, Machado ocupou o cargo de Promotor Público de Olinda, em seguida foi nomeado, por decreto do governo imperial, Juiz Municipal do termo de Areia, na Paraíba, e ainda delegado de polícia deste mesmo município. Dessa forma, o autor passou a integrar os círculos de poder, o que abriu a possibilidade, enquanto filiado ao Partido Liberal, de se candidatar, e ser eleito, para o cargo de deputado provincial da Paraíba. Machado, desta forma, se inseriu institucional e politicamente nas estruturas de poder da Paraíba, ainda jovem, aos vinte e sete anos de idade.

Contudo, fora ainda nos bancos da Faculdade de Direito que o mesmo teve contato com a vida política do Império; especialmente por estar em Pernambuco, palco das mais acirradas disputas entre o poder central e o local. O período em que estudou na Faculdade de Direito de Olinda foi marcado por um contexto político em que a disputa de poder orbitava entre conservadores e liberais. Especificamente naquele momento, por conta de uma estruturação mais conservadora a nível nacional¹⁵, se instalou, em Pernambuco, a oligarquia Cavalcanti, talvez a mais poderosa e mais duradoura naquela Província, controlando o poder local e sufocando seus adversários liberais (QUINTAS, 1985, p. 226). Aliada ainda àquela parentela, a família Rego Barros colaboraria no suporte político dos Cavalcanti. Seria justamente um representante desta família, Francisco do Rego Barros, que se instalaria no poder enquanto presidente de Província de Pernambuco, por indicação da Corte, de 1837 a 1844; um dos mandatos mais longos a frente de um cargo como este (QUINTAS, 1985, p. 226). Foram, portanto, sete anos de situação conservadora em Pernambuco. Esta tensão entre os grupos conservadores e liberais na Província iria culminar numa das revoltas mais violentas do período imperial, a Revolução Praieira (MARSON, 1981). Momento que seria marcante na vida de Maximiano Lopes Machado.

Em 1844 findou o governo Rego Barros e iniciou-se um período em que os liberais conseguiram se sobressair. A queda do gabinete conservador abriria espaço para uma nova

¹⁵ A estrutura política naquele período previa a verticalização da ocupação dos cargos dependendo do grupo político que ocupasse o gabinete ministerial na Corte, estendendo-se às províncias. “Ou seja, Ministério (gabinete) Conservador – Presidência de província conservadora, Deputação provincial à Assembléia Geral conservadora, Assembléia Provincial conservadora. Se o gabinete passasse a ser Liberal, trocava-se as maiorias em cada instância executiva e legislativa do poder: seriam Liberais também” (SILVEIRA, 1999, p. 48).

conformação de forças políticas, período em que Machado, como vimos acima, iniciava sua vida profissional e política (QUINTAS, 1985).

Em Pernambuco, os liberais haviam conseguido força considerável com a indicação do Desembargador Antonio Pinto Chichorro da Gama, “conhecido pelas suas inclinações radicalmente liberais e pessoa de confiança dos praieiros” (QUINTAS, 1985, p. 235). De 1845 a 1848, período em que Chichorro estaria no cargo de Presidente de Província, a situação liberal dominaria a cena política. Com a exoneração daquele Presidente e a ascensão do conservador Herculano Ferreira Pena, o clima da revolta se instalou e, em alguns dias, eclodiria a Revolução Praieira (MARSON, 1981).

No momento em que a revolta eclodiu, Maximiano Machado encontrava-se na cidade de Areia, conhecido reduto liberal na Paraíba (LEWIN, 1993), ocupando os cargos de juiz e delegado da cidade, ambos de expressiva importância na administração pública. Mesmo não estando em Pernambuco, ele acabaria por se envolver diretamente no conflito da Praieira.

Em um determinado momento dos confrontos armados no Recife, dois grupos dos praieiros se dividiram para agilizar uma melhor estratégia de ataque. Sem sucesso, uma das colunas bateu em retirada para o norte, tomando a cidade de Goiana e invadindo a Paraíba “onde, fazendo junção com os elementos liberais, dentre os quais o futuro historiador Maximiano Lopes Machado, chega a atacar Areia” (QUINTAS, 1985, p. 240).

Maximiano Machado, simpatizante do movimento praieiro, apesar da advertência do presidente da Província, João Antônio de Vasconcelos, apoiou firmemente o desejo dos insurretos em se fixarem na cidade de Areia (...) Em sua residência, Maximiano Machado acolheu o Estado Maior do grupo (...) (GUIMARÃES, 1999, p. 6-7).

Por conta de um confronto com as tropas do governo, Maximiano Machado foi ferido e acabou sendo preso, mas foi solto em seguida por um *habeas corpus* (GUIMARÃES, 1999). Aproveitando o ensejo, fugiu e escondeu-se pelos sertões da Paraíba e do Rio Grande do Norte até ser anistiado em 1852. Foi durante esse período em que esteve refugiado que seu interesse pela História foi despertado e, assim, em 1851, “cheio de indignação pelos acontecimentos” (GUIMARÃES, 1999, p.7), escreveu o livro *Quadro da Rebelião Praieira na Província da Paraíba*. Segundo um de seus biógrafos,

Nesse trabalho, uma narrativa fiel, embora apaixonada, das ocorrências do movimento, Maximiano Machado desanca desde o Imperador D. Pedro II ao Presidente da Província, João Antônio de Vasconcelos, revolvendo fatos de antes e depois da queda do Gabinete de 29 de setembro de 1848 (GUIMARÃES, 1999, p.7).

A intenção ao escrever sobre a revolta praieira na Paraíba era expor sua indignação pelas perseguições que os liberais sofreram com a repressão daquele movimento executada pelo governo conservador local, a mando da Corte. Este texto é escrito no calor do momento, enquanto se escondia das tropas do governo:

Embora falto de recursos, peregrinando pelos sertões de alheias províncias para escapar das garras dos abutres desse detestavel governo, o unico allivio que sentia o meu coração era, quando escrevia os presentes factos, na esperança de um dia publicá-los, para que não ficassem em olvido as malversações do presidente da Parahyba João Antonio de Vasconcellos, - digno emulo dos que mais teem assolado as miserias provincias do norte da nossa malfadada patria (MACHADO, 1983, p. 13) ¹⁶.

O autor buscava deter-se nos acontecimentos que se deram na Paraíba, mais especificamente na cidade de Areia, depois da chegada da coluna que batera em retirada do Recife, ou seja, no momento em que ele próprio e os outros liberais daquela cidade se uniram à revolta.

Não é nosso intento consignar neste pequeno escripto todas as causas que moveram os pernambucanos á pôr em practica a maior das revoluções dos nossos dias; nem tam pouco traçar os quadros de todo movimento revolucionario debaixo dos seus differentes aspectos.

(...)

Apartando-nos as circumstancias para longe de Pernambuco; desconhecendo os homens, e até certo ponto a marcha dos acontecimentos; si pouco aptos nos julgamos para instruir o leitor dos factos ultimos porque passou aquella provincia; igual razão nos não assiste para referir, como testemunha ocular que fomos, todos os factos que tiveram logar na cidade d'Arêa da provincia da Parahyba; tanto na occasião em que se ella converteu em campo de batalha, como pouco depois em que ella foi pela força e pelo querer dos vencedores, transformanda em paiz conquistado

(...)

Não resta a menor duvida, de que naquella cidade ou a revolução convaleceria dos golpes profundos recebidos nas ruas da cidade do Recife no dia 2 de fevereiro, uma vez que tivesse tempo para se recompor; ou na falta, exhalaria o último suspiro, como defacto succedeu

(...)

Levar, pois, todos estes factos ao conhecimento do publico, e narra-los com escrupulosa exactidão é fazer, em nosso pensar, um verdadeiro serviço ao paiz (MACHADO, 1983, p. 15, grifos nossos).

Seu texto apresenta, como mote fundamental, a tensão entre o centro do poder, a Corte, e os poderes locais, as Províncias. Fica evidente que, para Machado, é a pressão

¹⁶ Decidimos manter a grafia original (incluindo a acentuação) nas citações extraídas das obras de Maximiano Machado.

centralizadora exercida pela Corte que faz brotar, como reação, a Revolução Praieira. Sua preocupação é demonstrar o quanto tal pressão sufocava as províncias, e quanto a repressão massacrava aqueles que buscavam maior autonomia para elas.

Antes mesmo de se deter especificamente na revolução, Machado retrocede um pouco no tempo para fazer um histórico de como a política no Brasil, desde a independência, teria levado até aquela situação extrema. Nesse sentido, em seu texto, ataca de forma virulenta aqueles que persistiam em manter um sistema político centralizador. Especialmente atacaria D. Pedro I, a quem chama de traidor, “duas vezes traidor”, por certo: traíra, primeiro, a seu pai, D. João VI, por não ter mantido o Brasil sob o controle de Portugal ao proclamar a sua independência em 1822; e, traíra, ainda, o “povo brasileiro”, a quem prometera liberdade, mas iludira, instituindo uma verdadeira tirania (MACHADO, 1983, p. 22). Outro alvo de seus ataques seriam os Saqueiros, a quem credita toda a urdidura da estrutura centralizadora do país. De fato, os conservadores, chamados de Saqueiros pelos liberais, buscaram constituir um sistema de governo mais centralizado, em que as províncias estivessem mais subordinadas à Corte (MATTOS, 1987).

Criticaria também, e de forma contundente, a forma como o Partido Liberal se portou após a abdicação de D. Pedro I – momento que registra como sendo o dia “*designado pela Divina Providencia para a extinção dessa praga egypcia*” (MACHADO, 1983, p. 28). Com a abdicação e o novo rearranjo político que marca o período regencial, os liberais conseguiram ampliar sua influência na política nacional, chegando a controlar a administração e ditando as normas no país. Contudo, para Machado, os liberais perderam uma boa oportunidade de implantar a tão almejada soberania e liberdade por terem “perdoado” as atrocidades dos conservadores absolutistas e lhes dado espaço na administração pública. Diz Machado:

Nas desgraças lamenta-se o partido liberal ou a nação; levanta os olhos para o céu, e soffre; na prosperidade modera-se, perdôa e esquece-se: e isto foi o que praticou o partido livre, porque o partido livre é o do homem christão, e do homem de bem (...) o pessoal que do lado liberal foi tirado para tomar conta, depois daquella época, d’administração suprema do paiz, bem que melhorasse todas as fontes de riqueza publica, e baixasse consideravelmente a divida nacional, commetteu erros, em nosso pensar, imperdoáveis (...) (MACHADO, 1983, p. 30).

Para Machado, essa condescendência dos liberais em relação aos conservadores abriu caminho para que estes sorrateiramente passassem a ocupar cargos institucionais mais estratégicos, minando o poder dos liberais, e, em seguida, após terem voltado ao poder, os

reprimindo com violência. Isso foi o que possibilitou, segundo Machado, o estabelecimento daquele que seria seu maior desafio: João Antonio de Vasconcellos, Presidente da Província da Paraíba. Para Machado, ele expressava, localmente, a política centralizadora, intervencionista e violenta que a Corte impunha às províncias.

Si não fora essa política, no essencial, um arremedo da política adoptada pelos homens de 23 de julho, podemos assegurar que a sua mudança fora apenas nominal, e não teria logar a nomeação do Bacharel João Antonio de Vasconcellos para presidente da província da Parahyba; nomeação tanto mais desacertada, quanto pelo repente porque foi feita, não se attendeu sua habilitação; tendo-se sómente consideração á – alguém – que, pela política, o queria sentar nos bancos do tribunal da relação
(...)

O bacharel João Antonio pervertido, e desencaminhado foi a vertente dos maiores males, e desventuras (MACHADO, 1983, p. 33-34).

Foi João Antonio Vasconcellos quem autorizou o envio de tropas para reprimir o avanço dos praieiros em território paraibano, visando principalmente extinguir o foco liberal na cidade de Areia. É através da crítica que faz àquele Presidente de Província que Machado ataca a política centralizadora da Corte no seu texto. Essa tensão entre poder central e o poder local que marcaria o Brasil no Império, marcou também a vida política e intelectual de Machado.

Esse texto de Machado seria reconhecido posteriormente pela historiografia paraibana como a crítica mais feroz contra o sistema centralizador. Nele é possível perceber um autor que deixa transparecer seus ideais liberais (MARIANO, 2011). Já a interpretação clássica do IHGP acredita que o texto seria a expressão de um radicalismo liberal (MELLO, 1977).

Após a anistia, Machado se mudou para Campina Grande, também na Paraíba, onde, segundo seus biógrafos, iria advogar e lecionar, “tornando-se o pioneiro do movimento intelectual da vila” (GUIMARÃES, 1999, p.7). Em Campina Grande voltaria a se reagrupar com seus correligionários do Partido Liberal tendo, em seguida, retomado assento na Assembléia Provincial da Paraíba retornando, assim, às atividades políticas parlamentares. Tornou-se chefe do Partido Liberal e foi eleito deputado provincial, de 1858 a 1860, ainda se reelegendo para o mandato de 1860 a 1861. Foi assim que Machado retornou ao cenário social e político da Paraíba e neste cenário, vinculado diretamente à política, próximo ao poder através da ocupação de cargos eletivos, esteve até o fim de sua vida. Tal situação nos leva a refletir sobre como um político que ficaria conhecido pelo seu radicalismo, que teria lutado e se ferido em conflitos armados durante a Revolução Praieira, por fim retorna ao cenário político e se submete ao jogo institucional reformado pelos conservadores saquaremas

até o advento da República, e mesmo após o estabelecimento do novo regime continua a ocupar o cargo de deputado? Teria, de fato, sido Maximiano Machado um baluarte do liberalismo paraibano tal como a historiografia paraibana faria questão de registrar *a posteriori*? Que liberalismo era esse? Ou fora, o autor, um político que se manteve vinculado e beneficiado pela mesma estrutura política que criticava?

Segundo Ilmar Mattos, a disputa entre conservadores e liberais ainda na década de 1840, iria produzir estigmas que caracterizariam vencedores e vencidos (1987, p. 103). O grupo conservador que sai vencedor dos conflitos, os Saquaremas, passaria a identificar pejorativamente seus adversários liberais de Luzias, em referência à vitória daqueles sobre estes em Santa Luzia, em Minas Gerais. Além de estigmatizarem os vencidos, os Saquaremas imporiam punições àqueles tidos como “rebeldes”, contudo, a punição mais severa teria sido a de submetê-lo aos seus desígnios:

Os liberais (...) deveriam ficar conhecidos não apenas pelo local de sua derrota – luzias! Deveriam ficar conhecidos ainda por adotarem as propostas de seus vencedores, sempre que retornassem ao governo – *nada tão parecido com um saquarema, como um luzia no poder!* (MATTOS, 1987 p. 106).

Então, até que ponto podemos aceitar o que a historiografia paraibana cristalizou a respeito de Maximiano Machado ter sido um liberal rebelde, que não aceitava as injustiças cometidas pelos conservadores, que era contra a monarquia e um republicano nato, um baluarte do republicanismo na Paraíba, se o que vamos perceber é sua aproximação com a esfera de poder, a aceitação do regime monárquico, o elogio que faz ao imperador D. Pedro II, além de não encontrarmos nele nenhuma defesa clara do regime republicano, nem mesmo a necessidade de se trocar a monarquia pela república?

A crítica de Machado foi à excessiva concentração de poder nas mãos dos conservadores saquaremas, que estava levando o Brasil a um regime monárquico absolutista.

criar interesses iguaes aos que ha pela Europa para sustentação de thronos despoticos; procurar todos os meios de opressão e descredito, para que corram como utopias as ideias livres no solo brasileiro (...) fabricar emfim uma monarchia a sua moda para firmar os seus interesses; tal tem sido o objecto e fim da – politica saquarema. Nada si tem poupado, até com o socorro das conspirações, para levar-se avante este monstruoso projecto. (MACHADO, 1983, p. 124).

Foi contra essa política centralizadora que Machado lutou; não lutou contra o regime monárquico, como fez crer a historiografia paraibana através de seus biógrafos. Ao participar

da Praieira, não estava se rebelando contra o imperador, mas sim contra aqueles que queriam transformar o Brasil em uma monarquia absolutista.

No ano de 1862, machado deixou Campina Grande ao término daquele mandato, indo, então, morar em Recife. Novamente em Pernambuco, iria se tornar professor da Escola Normal, ao mesmo tempo em que exercia a advocacia e atuava na imprensa, chegando a ser chefe de redação do jornal *Liberal*, órgão do Partido. Mais uma vez retornou à política se elegendo deputado pela Assembléia Legislativa de Pernambuco, onde atuou nesta condição no período de 1864 até 1879. Seus biógrafos destacam que, nesse período, Machado teve, como sua principal bandeira, a defesa da abolição da escravidão. Seria ele “um devotado defensor da causa abolicionista, empregando toda sua eloquência combativa na exploração do tema” (GUIMARÃES, 1999, p. 8).

Na década de 1870 Maximiano Machado se tornou membro do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, onde, segundo seus biógrafos, teria realizado grandes trabalhos. Para eles, seria em Pernambuco que seu interesse pela história se acentuaria:

O seu pendor para a pesquisa histórica, que começou com a descrição da revolta praieira, acentuou-se com o seu ingresso no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, entidade onde brilhou com seus trabalhos históricos e com sua eloquência de orador, cargo que exerceu por vários anos. (GUIMARÃES, 1999, p. 8-9)

Naquela casa ocuparia o cargo de orador e faria parte de algumas comissões científicas, tanto históricas quanto arqueológicas. Foi na condição de sócio desse instituto que Machado iniciaria sua pesquisa para a construção da sua obra capital, objeto de estudo dessa dissertação. Contudo, outros trabalhos foram desenvolvidos como membro do IAGP, tais como *A Parahyba e o Atlas do Dr. Candido Mendes de Almeida* (1871); o *Esboço Biográfico do Conselheiro e Senador do Império Antônio Pinto Chinchorro da Gama* (1887); artigos publicados em jornais e mesmo na própria revista daquele Instituto, assim como excertos de resultados da pesquisa realizada para o livro *História da Província da Paraíba*; e, o prefácio da terceira edição do livro *História da Revolução de Pernambuco em 1817* do Monsenhor Francisco Muniz Tavares, presidente do IAGP.

Por conta da sua ligação com o IAGP e sua influência junto aos seus membros conseguiu ter acesso à inédita documentação a respeito do período holandês, resgatada por José Higino Duarte em missão à Holanda¹⁷. Este cedeu a Maximiano Machado documentos

¹⁷ Membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, em meados de 1880, José Higino Duarte foi enviado para a Holanda em missão para pesquisar, nos arquivos daquele país, documentos referentes

que tratavam especificamente da Paraíba. Essa documentação lhe forneceria os argumentos necessários para formular sua idéia de que a Paraíba fora tão importante quanto Pernambuco para a expulsão dos holandeses, o que, segundo a sua perspectiva, permitiu a manutenção da unidade do território brasileiro.

O que mais nos chama atenção ao lermos aqueles que se dedicaram a estudar a vida de Maximiano Machado é o destaque que dão ao seu posicionamento político, sempre ressaltando sua posição, um liberal. Todos enfatizam seu temperamento impulsivo, o que explicaria sua suposta rebeldia; salientam, ainda, ser Machado um abnegado, que não esperava recompensa nenhuma por suas atitudes. Um exemplo dessa postura teria sido sua dedicação à escrita da primeira história da Paraíba, o que teria feito apenas por amor à sua terra natal. Tudo isso confluiria, segundo seus biógrafos, como explicação para a sua maior característica, o patriotismo.

Alguns daqueles traços que foram destacados para caracterizar Maximiano Machado, também seriam atribuídos a ele pelo IHGP. José Octavio de Arruda Mello, também sócio do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em 1977, quando da publicação da segunda edição da obra de Maximiano Machado, faz um estudo sobre este autor buscando caracterizá-lo, junto com sua obra, na historiografia paraibana. Para Mello, seu “temperamento rebelde” somado ao seu “liberalismo radical” explicaria a forma como ele interpreta e narra a história da Paraíba:

Seja porque se houvesse batido de armas na mão pela Praia, como juiz municipal de Areia, no ano de 1849, seja pelos pronunciamentos abolicionistas que emitiu na Assembléia Provincial de Pernambuco, ou ainda pela firmeza e continuidade de suas convicções republicanas e liberais, Maximiano Lopes Machado bem pode ser considerado um autêntico radical (...) Com efeito, Maximiano Machado revelou-se partidário de uma História cruenta em que há muita luta e os vencidos também contam (...) (MELLO In: MACHADO, 1977, p. 15).

Mais do que nos revelarem a vida de Maximiano Machado, tais biografias nos apresentam suas representações sobre um personagem portador de uma série de características louváveis, uma vida abnegada e ilibada, sem faltas, sem desvios em sua trajetória ou conduta, fazendo parte de uma linhagem de homens que gozavam das mesmas características e, por serem assim, poderiam grassar no rol de personalidades que contribuíram patrioticamente elevando a Paraíba a um lugar de destaque junto às demais unidades da federação para o

advento da República. Isso nos indica os valores e atributos que o IHGP buscava encontrar em seus intelectuais – e talvez até mesmo para merecerem este reconhecimento – para assim poderem ser acolhidos naquele meio. É interessante que Machado é assim recepcionado muito tempo depois de sua morte ocorrida em 1895.

Desta maneira, tendo preenchido alguns requisitos, tais como ter lutado pela República ainda durante a Monarquia, ter participado de eventos revolucionários, como um bom herdeiro dos movimentos anteriores ao da Praieira, ter apoiado até o fim a mudança de regime, e, principalmente, ter colocado a Paraíba como protagonista desse processo histórico que culminaria na República, é que são, Machado e sua obra, acolhidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, ao lado de outros “mártires” patriotas que seguiram aqueles mesmos rastros.

2.2. O Processo de Produção da Obra

Um povo sem historia, sem precedentes conhecidos que atestem as revoluções do seu espirito, é como o individuo extranho que passa com a indiferença do desprezo, senão com a parodia sarcastica que provoca o riso. A Parahyba estava neste caso; desconhecida, motejada e até considerada por alguns como uma mera abstração, deixavam-n’a quando muito no seu canto moirejado para satisfazer com o suor do trabalho a hospitalidade recebida em seu proprio paiz!
(...)

Agora mesmo publica um *Jornal* de grande circulação do Rio de Janeiro as seguintes palavras: << E’ a Parahyba um dos Estados menos conhecidos da União Brasileira; a sua história, depois da guerra hollandeza, reduz-se a poucas paginas e até, pode-se dizer sem exageração, a poucas linhas; a sua geographia de todo obscura quase nada tem adiantado ao que escreveu Ayres de Casal em 1817[Corografia Brazilica] >> (MACHADO, 1977, p. I).

É dessa forma indignada que Maximiano Lopes Machado abre o prólogo de sua obra *História da Província da Paraíba*. Sua crítica ao fato da Paraíba e sua história não serem conhecidas é direcionada a dois personagens principais: ao poder imperial, a Corte e, a Varnhagen, responsável por escrever aquilo que deveria ser a História Geral do Brasil, mas que, na visão de Machado, nem de longe a seria, pois ignora os feitos particulares das províncias. É essa a sua motivação ao construir uma história feita a partir da sua província: se contrapor ao poder central e sua história fabricada, colocando a Paraíba no “correto” lugar na história do Brasil.

O primeiro obstáculo na execução de suas pesquisas fora provocado por aquele mesmo poder central que criticava. O fato dos documentos provinciais terem sido enviados para a

Corte por determinação do governo imperial, numa clara política de centralização, impunha certa dificuldade para se conseguir fontes para a elaboração de uma história provincial. Repreende Varnhagen por este ter atribuído aos historiadores locais ou, segundo suas palavras, “parciaes”, o exame dos fatos relativos a “cada uma das partes do todo”. Machado o rebate lembrando que o próprio governo, com aquela política de centralização da documentação, havia impossibilitado tal tarefa: “Dir-se-ia, que déssemos vãos de largo e audacioso alcance, depois de nos arrancarem as azas!” (MACHADO, 1977, p. IV).

Ainda criticando essa política de centralização da Corte e a pouca relevância que a história de Varnhagen dava aos movimentos históricos particulares das províncias, continua Machado:

Ficámos estacionarios, a espera que nos mandassem da côrte uma *Historia* completa do Brazil, e a *Historia Geral* foi a de Varnhagen, na qual declina para os historiadores parciaes o exame dos factos relativos á cada uma das parte do todo!

(...)

E o que vinha a ser essa *Historia Geral* sem as suas partes componentes?

Não era possivel aceitar-a como tal, passando por alto a nossa organização primitiva, as phases do nosso progresso, os nossos movimentos revolucionarios provocados pelos desacertos da suprema administração, lançando um traço negro sobre o nome dos vencidos, occultando o confisco dos seus bens e o martyrio do cadafalso, ou tratando-os de resto, como uns desgraçados sem entusiasmo pela realesa e sem reconhecimento pelos beneficios recebidos. Revoluções de quartel, como o disse, ligeiramente referidas com frieza! (MACHADO, 1977, p. III).

Essa crítica de Maximiano Machado exprimiria, segundo Evaldo Cabral de Mello, a concepção centralista dos saquaremas:

... essa divisão do trabalho historiográfico era a que se devia esperar da concepção saquarema encarada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: aos historiadores provinciais, seus respectivos campos de investigação; aos do Rio, a concatenação dessas histórias setoriais, como os únicos autorizados a desvendar-lhes o sentido, que era o que realmente importava ao poder (MELLO, 2008, p. 57).

É contra essa centralidade saquarema, já criticada anos antes quando escrevera sobre a Praieira, que Machado se insurge. Para ter subsídios que lhe permitissem uma história que corrigisse ou completasse as falhas daquela produzida pelo centro, que negligenciava o passado particular de cada província, no caso, o da Paraíba, primeiro iniciou uma prospecção nos “restos que ficaram, como abandonados, nos arquivos das secretarias provinciaes” (MACHADO, 1977, p. IV). Segundo o autor, a essa prospecção dedicou-se durante dez anos,

buscando, inclusive, fazer um levantamento da documentação referente à Paraíba que estava dispersa pelo Brasil e pelo mundo. No Brasil, além das consultas aos arquivos de Pernambuco e da Paraíba, consultou também o Arquivo Público do Rio de Janeiro. Para ter acesso à documentação dispersa pelo mundo, abriu correspondência com arquivos e Institutos da Espanha e Itália, assim como de Lisboa. Além disso, pôde ter acesso a documentos inéditos que estavam em arquivos da Holanda por intermédio de seu colega de Instituto Pernambucano, José Higino Duarte Pereira, que, como dissemos anteriormente, havia sido enviado àquele país com a missão de recolher documentos referentes ao Brasil produzidos durante o período holandês.

Embora em seu livro muitas vezes não especifique os documentos com os quais trabalha, o historiador José Octávio afirma, sem demonstrar muito claramente em que bases, que suas fontes “incluem formidável massa de Alvarás, Resoluções, Cartas, Ordenações e Provisões Régias, Provisões do Conselho Ultramarino, Diplomas com força de lei, Atas de Câmaras Municipais, Ofícios dos capitães-mores e de províncias das ordens (...)” (1977, p. 34).

Foi a partir da documentação reunida nesses dez anos de pesquisa que Machado elaborou sua *História da Província da Paraíba*. Para ele, seria de fundamental importância que as províncias construíssem suas histórias particulares, não para se restringirem ao seu quinhão, mas para que cada uma dessas histórias completasse a história total do Brasil. Ao analisarmos a obra em seu conjunto o seu objetivo nos parece claro: seria o de contestar falhas na “verdade” estabelecida por Varnhagen, onde isso se fizesse necessário, e completar essa “verdade”, contribuindo, assim, para uma história mais completa da nação.

Se, para ele, a elaboração dessa obra foi um trabalho árduo, mais penoso ainda seria o caminho para a sua publicação, uma verdadeira via-crúcis. Machado morreria antes de conseguir seu intento. Antes da publicação da obra na íntegra, havia apresentado alguns resultados em sessões do IAHGP, e publicado partes em um jornal do interior da Paraíba, mais especificamente de Campina Grande, a *A Gazeta do Sertão*, de propriedade de outro intelectual importante, Irineu Ceciliano Pereira Joffily. Este, por coincidência, iria rivalizar com Machado quanto ao título de autor da primeira obra de história sobre a Paraíba.

Irineu Joffily também é tomado pelo IHGP como um dos pilares da historiografia paraibana, compondo uma tríade junto com Maximiano Machado e Irineu Ferreira Pinto. Seu livro *Notas Sobre a Parahyba*, assim como a obra de Machado, fora escrito no século XIX e fora da Paraíba, no Rio de Janeiro, antes da criação do IHGP.

Irineu Joffily, intelectual paraibano, contemporâneo de Maximiano Machado, tem também uma trajetória de vida que é retratada de forma semelhante à deste. Assim como Machado, Joffily também estudou em Pernambuco, após ter iniciado sua formação em Cajazeiras sob a tutela do Padre Inácio Rolim¹⁸. Os biógrafos afirmam que foi com o Padre Rolim que Joffily tomou gosto pelas coisas do sertão, a temática principal de seus estudos. Enquanto a obra de Machado se atém prioritariamente a acontecimentos do litoral, a de Joffily se aterá ao sertão.

Após os exames preparatórios, Irineu Joffily ingressou na Faculdade de Direito do Recife. Assim como Machado, logo que se formou foi nomeado para alguns cargos públicos na Paraíba, tais como promotor e juiz municipal de Campina Grande. Também se filiou ao Partido Liberal, defendendo o ideal republicano e atacando a monarquia¹⁹. Acabou enveredando pela imprensa fundando o jornal *Gazeta do Sertão*, em 1888²⁰. Este veículo seria utilizado principalmente para atacar seus opositores, mas também seria nele que publicaria suas crônicas e artigos referentes à Paraíba, assim também como uma parte da pesquisa de Maximiano Machado. Os dois também eram sócios do IAHP, sendo que Joffily apenas sócio colaborador. Foi eleito Deputado Provincial por Campina Grande, e anos depois, Deputado Geral, em 1889, alguns dias antes da proclamação da República.

¹⁸ O padre Inácio de Sousa Rolim, nascido na Paraíba no ano de 1800, é conhecido até os dias de hoje principalmente pela sua erudição e preocupação com a instrução educacional. Por conta desta fama, é comum ouvirmos de qualquer pessoa que queira exaltar a figura deste padre referir-se a ele como “*O Educador do Sertão*”. Falava vários idiomas, dentre eles o sânscrito e o tupi, além das línguas clássicas, tais como o grego e o latim. Escreveu também algumas obras, uma gramática grega, uma outra da língua portuguesa, um tratado de filosofia, um de retórica e um outro de história natural. Fez parte do corpo de estudantes do seminário de Olinda. Esta instituição, diferentemente dos demais seminários instalados no Brasil, era influenciada ainda pelo sistema de ensino português, mais especificamente da Universidade de Coimbra, derivado das reformas iluministas realizadas pelo Marquês de Pombal. Enquanto os outros seminários estavam voltados para os ensinamentos eclesiástico e clássico, como a moral, a retórica e a filosofia aristotélica, o Bispo D. Azeredo Coutinho fundaria o seminário de Olinda acrescentando estudos das ciências naturais, como a filosofia natural, botânica, história natural, mineralogia, física experimental e química. Sua idéia era formar sacerdotes capazes de conhecer as potencialidades dos locais onde iriam exercer o ofício e informar sobre as riquezas naturais, no intuito de ampliar as possibilidades comerciais do império português. Seriam, assim, formados como um misto de sacerdotes e de filósofos naturalistas. Envolto nessa atmosfera o padre Rolim se ordena, chega a diretor do seminário e, anos depois, regressa para o sertão da Paraíba, onde se estabelecerá na região atualmente conhecida por Cajazeiras, começando suas pesquisas. Ali fundaria um colégio para a instrução de jovens de todos os lugares do nordeste. Dentre seus vários alunos que se destacaram em âmbito nacional, podemos citar o padre Cícero Romão Batista, Capistrano de Abreu e Joaquim Arcoverde Albuquerque Cavalcanti, mais conhecido por Cardeal Arcoverde, primeiro cardeal da América Latina. O fato de o Padre Rolim ser tido como um naturalista explicaria os temas abordados por Irineu Joffily em suas *Notas Sobre a Parahyba*. Ver: ALMEIDA, A. V.; MAGALHAES, F. O.; CAMARA, C. A. G., 2008 e PIRES, 1991.

¹⁹ Para se compreender melhor o contexto político no qual Joffily estava inserido ver o livro *Entre a Monarquia e a República*. Idéias e Lutas de Irineu Joffily, de autoria de José Joffily, neto de Irineu Joffily (1982).

²⁰ Ainda na Faculdade de Direito do Recife, Irineu Joffily fundaria um jornal acadêmico chamado *Academico Parahybano* que congregaria trabalhos de outros estudantes da Paraíba com artigos referentes a questões daquela Província (cf. G. JOFFILY In: JOFFILY, 1977 e J. JOFFILY, 1982).

Este fato, de ter sido eleito Deputado pelo Partido Liberal em 1889, e seus desdobramentos são importantes para se compreender o contexto que lhe permitiram escrever e publicar sua obra. Aquele acontecimento que, pela lógica, deveria ser para ele, partidário do sistema republicano, um momento de glória, se tornou, na realidade, um tormento. Por não ter sido empossado depois da eleição por conta do fechamento do parlamento, Joffily retornou à Campina Grande a fim de rearticular seus correligionários tendo em vista as mudanças bruscas na política naquele momento. Na sua volta, percebeu que todos os seus opositores, antes pertencentes ao Partido Conservador haviam aderido à República, sendo nomeados para cargos em todas as instâncias do poder, do executivo municipal e do estadual, passando pelo judiciário (G. JOFFILY In: JOFFILY, 1977, p. 46). Com seus inimigos no poder, Joffily e seu jornal foram perseguidos. Seus opositores, numa tentativa de empastelar *A Gazeta do Sertão* e, ao mesmo tempo, colocá-lo na cadeia, forjaram uma cobrança judicial por uma suposta dívida que ele não teria pago. Desta forma, seu jornal foi fechado e o maquinário posto em leilão. Joffily, sabendo que não tardaria a sofrer algum tipo de atentado, deixou Campina Grande e se refugiou no Rio de Janeiro temendo pela própria vida.

Foi nesse “exílio” no Rio de Janeiro, trabalhando como revisor do Jornal *O Comércio*, que se dedicou mais detidamente aos estudos documentais nos arquivos públicos. Nesses arquivos conheceu e tornou-se amigo de Capistrano de Abreu, que também havia estudado com o Padre Rolim, em Cajazeiras, anos antes de Joffily. Estimulado por Abreu, Irineu Joffily começou a publicar, naquele jornal, uma série de crônicas sobre a Paraíba que foram muito bem aceitas pelos leitores. Foi Capistrano quem o incentivou a reuni-las e publicá-las em livro. Nas palavras de Capistrano, em sua apresentação da primeira edição de *Notas sobre a Parahyba*,

Pessoas que sabião quanto elle era conhecedor da geographia de seu estado natal, lembrarão-lhe aqui que, aproveitando o *ócio forçado que a política local* lhe fizera, escrevesse, embora siccintamente, o que aprendera nas viagens, ouvira de pessoas competentes, ou apanhara em livros, que esclarecesse e augmentasse o pouco que até então era conhecido sobre a Parahyba.

(...)

Embora não tivesse aqui apontamentos, prestou-se a fazê-lo sem falsa modéstia como sem pretensões, e em Setembro do anno passado [1891] sahio o primeiro artigo da serie no *Jornal do Commercio*. Outros lhes succederão rapidamente, e forão tão favoravelmente recebidos pelo publico fluminense que, à instancia de amigos e apreciadores, resolveu-se o autor a reuni-los em volume que agora sahe á luz. (ABREU In: JOFFILY, 1977, p. 72).

Assim, em 1892, *Notas sobre a Parahyba* de Irineu Joffily foi publicado no Rio de Janeiro. Embora o trabalho de Maximiano Machado já estivesse concluído desde 1885, foi o estudo de Joffily sobre a Paraíba que primeiro veio a público.

Embora amigos e politicamente próximos, compartilhando as mesmas críticas ao centralismo imposto pela monarquia, teórica e metodologicamente os dois se distanciam bastante. E esse distanciamento iria criar uma celeuma entre ambos. Enquanto Machado fez uma narrativa cronológica dos eventos considerados principais para a história da Paraíba, Joffily elegeu alguns temas referentes à Paraíba e discorreu sem um maior rigor cronológico. Além disso, muitas das informações em seu livro são baseadas em observações empíricas que obteve através de viagens pelo sertão.

Conforme ainda Capistrano de Abreu, a obra de Joffily teve uma excelente recepção no meio intelectual fluminense, o que não aconteceria na Paraíba. Diz Capistrano que aqui,

a impressão foi diferente. O *Jornal do Commercio*, annunciando a publicação do trabalho, disse sem a menor malícia que aquelle estado ainda não tinha historia escripta, que *Varnhagen, o mais instructivo e completo dos nossos historiadores*, poucas páginas, se não poucas linhas, lhe consagrara, que quanto à geografia achavamo-nos hoje tão adiantados como em 1817, quando *Ayres do Casal* publicou a sua basilar *Chorographia Brasilica*. Estas palavras não forão bem aceitas nas terras parahybanas. Um cidadão de Campina-Grande protestou que *o estado não precisava do Dr. Irineu para torna-lo conhecido*. O Dr. Maximiliano [*sic*] Lopes Machado escreveu a propósito uma série de artigos em que não aceita uma proposição emitida, não reconhece um só ponto esclarecido, não perdoa uma só observação aventurada, por mais innocente (ABREU In: JOFFILY, 1977, p. 73).

Foi justamente a partir daquilo que apreendeu em suas viagens e pesquisas em arquivos que Irineu Joffily escreveu sua obra. Esse seu método de descrever aquilo que pôde constatar em suas viagens e contrapor com o que encontrava em suas pesquisas documentais, foi criticado por Maximiano Machado que via com desconfiança um conhecimento pautado em impressões pessoais. Capistrano de Abreu reproduziu uma das críticas de Machado a respeito desse tipo de conhecimento que foi a base do que comporia o *Notas sobre a Parahyba*. A crítica à qual Capistrano se referiu dizia respeito a uma observação de Joffily sobre os limites territoriais da Paraíba. Este refutou as configurações territoriais limítrofes com o Rio Grande do Norte e Pernambuco, levantadas por Candido Mendes de Almeida e por Homem de Mello. Diz ele:

As extensas linhas de divisão com esses dous ultimos Estados vão até ao meio mais ou menos rectas; mas ahi formão duas grandes curvas, de modo que a Parahyba tem configuração muito diversa da que lhe dão o senador

Candido Mendes de Almeida e o Barão Homem de Mello nos seus mappas geographicos; como tambem outros que se têm occupado do assumpto, entre os quaes dous parahybanos (I. JOFFILY, 1977, p. 89).

Capistrano de Abreu escolheu um trecho de um dos vários artigos que Machado escreveu contra Joffily que ilustra bem sua crítica ao modo como este realizava seus estudos:

O Dr. Irineo falla por sua conta, escreve Dr. Machado; conta o que vio por impressões recebidas em logares que visitou como *touriste*; não cita uma autoridade, o nome de um profissional que descobrisse as grandes curvas das extensas linhas de divisão de Sul ao Norte. As impressões não dão autoridade a factos e por mais que mereça o Dr. Irineo, não levará a mal si lhe dissermos que aquelles dous respeitáveis nomes estão muito alto no domínio das sciencias para serem sacrificados à vaidade de quem ainda não começa a penetrar nele (ABREU In: JOFFILY, 1977, p. 73).

Apesar dessa crítica de Machado, Irineu Joffily será conhecido posteriormente, no meio intelectual, por ter definido os contornos geográficos da Paraíba. Com efeito, é creditado a este um maior interesse pela geografia do que pela história devido a esse conhecimento territorial proporcionado por suas viagens. Mello, mencionando as impressões do sociólogo paraibano Lopes de Andrade sobre a diferença de perspectiva entre Maximiano Machado e Irineu Joffily, nos indica o porquê de, mesmo tendo sido publicada depois, a obra daquele seja tida como a fundadora da historiografia paraibana:

(...) ‘Irineu Joffily escreveria e publicaria suas ‘Notas a Paraíba’ antes que Maximiano Machado podesse dar à luz sua História da Província da Paraíba’; Porém a glória de fundar nossa História continuaria reservada, mesmo depois da publicação das ‘Notas’, a Maximiano Machado, até que ele nos desse o compacto e firme monumento de erudição e crítica de nossa sociedade pré e post colonial, que é seu notável livro’.

(...)

‘Joffily nos trazia uma série de impressões pessoais, muito ágeis e inteligentes, de meio-geógrafo e meio-turista da história do nosso Estado, mas Maximiano nos traçaria, ainda que um tanto desgraciosamente, as linhas mestras de sua evolução histórica, os caminhos fundamentais por onde o nosso povo vem marchando através de quatro séculos de História’ (MELLO In: MACHADO, 1977, p. 21-22).

Tal observação nos indica que os estudos daqueles dois autores parecem convergir para os dois principais objetivos daquele Instituto, construir uma história da Paraíba e delimitar geograficamente os limites dessa “pátria”. Nesse sentido, podemos entender o porquê de duas obras, tão divergentes teoricamente, terem sido aceitas ao mesmo tempo pelo IHGP, tornando-se suas obras fundadoras.

O fato é que enquanto Irineu Joffily escreveu e publicou seu estudo em 1892, Maximiano Machado, apesar de ter seu trabalho pronto desde 1885, levaria ainda alguns anos tentando publicá-lo, o que só ocorreria, postumamente, em 1912.

Em 5 de agosto de 1886 – data bastante significativa²¹ – o IAHGP decidiu interceder junto à Assembléia Provincial da Paraíba no sentido de que esta concedesse subvenção para que a obra fosse publicada. Mesmo tendo sido votada, aprovada e autorizada a proposta, o Presidente da Província não a sancionou alegando falta de recursos. Para Maximiano Machado, o pretexto da falta de recursos não passava de uma desculpa para a não publicação do trabalho de um opositor político, já que ele era do Partido Liberal e o governo era Conservador.

Em 1893 o poder legislativo da Paraíba, através da Lei 131 de 11 de novembro, autorizou a aquisição daquela obra que, contudo, não fora publicada. João de Lyra Tavares, no prefácio da primeira edição, nos relata o processo de publicação. Afirma que muitos intelectuais pressionaram o governo para que fosse executada aquela lei. Até mesmo uma campanha nos jornais foi iniciada pelo intelectual paraibano Rodrigues de Carvalho para que o executivo colocasse em prática aquela resolução do legislativo. Com essa campanha, Carvalho foi designado pelo Desembargador José Peregrino de Araújo para conseguir as autorizações dos herdeiros de Machado para que a obra fosse adquirida. Contudo, pela falta de algumas assinaturas, a aquisição não ocorreu e, conseqüentemente, a sua publicação não foi possível naquela ocasião.

Em 1910, um novo projeto apresentado à Assembléia Legislativa, agora por João de Lyra Tavares, é mais uma vez aprovado. Como ele mesmo explica, o projeto anterior não limitava um valor às indenizações dos herdeiros para a aquisição da obra de Machado, o que poderia estar servindo de empecilho por conta do parentesco próximo entre o autor e o líder do executivo paraibano, João Lopes Machado, seu sobrinho. Desta feita, estipulou-se uma quantia de “seis contos de réis” como indenização, além de tornar o governo responsável pela edição e publicação da obra. “O mencionado projeto constitue a lei em virtude de cujas prescrições o exmo. Sr. dr. João Lopes Machado determinou a obtenção dos autographos cuja publicação incumbiu-me de dirigir” (TAVARES In: MACHADO, 1977, p. X).

Assim autorizado, ficou João de Lyra Tavares incumbido de editar e publicar a *História da Província da Paraíba*. Com efeito, Tavares escreve o prefácio apresentando o

²¹ Como veremos mais adiante, a data de 05 de agosto de 1585 será eleita pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano como o dia em que a cidade da Paraíba foi fundada; sendo o ato fundador, a paz estabelecida entre portugueses e indígenas.

autor, faz uma rápida apreciação crítica de alguns temas levantados por Machado e relata o percurso pelo qual o estudo teve que passar para ser publicado, lamentando que, por conta desse longo período, tenha se perdido algumas partes do seu trabalho, especialmente a que se dedicava ao período de independência do Brasil. Em vista disso, recomenda que o IHGP monte uma comissão,

dentre os operosos e competentes historiadores que conta em seu seio, para commentar o precioso trabalho do inesquecível dr. Maximiano Machado, completando-o então e estendendo-o mesmo até, pelo menos, á instituição do regimen governativo dominante.

(...)

A' douta associação parahybana deve caber a gloria de rematar a patriótica empreza em que perpetuou-se o nome do seu benemerito conterraneo que escreveu este livro (TAVARES In: MACHADO, 1977, p. XII).

Finaliza sua apresentação destacando a importância daquele gesto patriótico do governo do Estado. Para Tavares, publicar aquela obra de Maximiano Machado era uma demonstração de amor do governador do Estado, João Lopes Machado, à Paraíba.

Assim, em 1912, sob os auspícios do Governador do Estado, editado pela imprensa oficial, é publicada, então, a *História da Província da Parahyba*, de Maximiano Lopes Machado.

2.3. *História da Província da Parahyba*: uma apresentação.

Em 1912 é definitivamente publicado o trabalho de Maximiano Machado, sob o título *História da Província da Paraíba*. Em nossa pesquisa utilizamos a segunda edição da obra, republicada em 1977, pela Editora da Universidade Federal da Paraíba, em parceria com o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), órgão vinculado a esta mesma instituição. O NDIHR foi responsável pela reedição desta obra e ainda de *Datas e Notas para a História da Paraíba*, de Irineu Ferreira Pinto. Já a segunda edição do livro de Irineu Joffily foi realizada pela Editora Thesaurus de Brasília.

Estas reedições são interessantes, pois, além de serem fac-similares, apresentam introduções elaboradas especialmente para a ocasião. No caso da reedição de Irineu Joffily, por exemplo, temos o prefácio da primeira edição escrito por Capistrano de Abreu, e um novo prefácio, de autoria de Geraldo Joffily²², para a segunda edição²³. Este último, neto de

²² Geraldo Irineu Joffily nasceu em 1914, na capital da Paraíba. Era filho de Irineu Joffily Filho com Sara Barreto Joffily. Bacharel pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro seguiu carreira na magistratura, tornando-se juiz e, anos mais tarde, Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, chegando, em

Irineu²⁴, embora não ligado diretamente ao IHGP, foi um intelectual importante no círculo paraibano, sendo seus trabalhos muitas vezes citados pelos membros daquela agremiação.

Na segunda edição de *História da Província da Paraíba*, temos o prefácio da edição original, de autoria de João de Lyra Tavares e, para a segunda edição, um estudo de José Octávio de Arruda Mello. O interessante é que tais prefácios nos mostram como essa obra e seu autor são recepcionados pelos intelectuais da sociedade paraibana. Especialmente a segunda edição, reeditada com o incentivo da Universidade Federal da Paraíba, demonstra a valorização da obra e do autor para a historiografia paraibana. Trata-se, então, da Universidade recepcionando e reconhecendo a importância de um conhecimento produzido fora dela. Margarida Dias aponta em seu livro (1996) que, com o surgimento da Universidade Federal da Paraíba, mais especificamente com a criação do curso de História, se teria iniciado uma rivalidade entre esta instituição e o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano a respeito da produção historiográfica. Uma expressão dessa rivalidade seria a existência do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) que, segundo a autora, nascia com o objetivo de se contrapor a uma suposta visão tradicional da história paraibana. Segundo a mesma, a rivalidade era acentuada pelo fato de que alguns professores que formavam o quadro desses cursos eram de fora da Paraíba. Diz a autora:

1984, a presidir o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, até 1985, ano de seu falecimento. De 1964 a 1979, por conta da perseguição política durante o período da ditadura militar, ficou impossibilitado de exercer suas funções enquanto magistrado e passou a se dedicar a estudos históricos e literários. Seus principais estudos são dessa época: *Atividades de um juiz*; *Zorobabé*; *Um cronista do sertão no século passado*; *L'inscription phénicienne de Parahyba, un document apocryphe*; *A morte da cobra mãe do rio*; *O juiz na revolta da chibata*; *Brasília e sua ideologia*; *Quebra-quilos, a revolta dos matutos contra os doutores*; *A atuação de João Pessoa como magistrado*; *O encontro de Euclides da Cunha com Plácido de Castro e o Movimento Tenentista (1922-1924)* e o *Supremo Tribunal Militar*. Disponível em: http://www.tre-df.gov.br/default/servicos/biblioteca/biblioteca_homenagem.jsp. Acesso em: 15 mai 2012.

²³ A introdução teria sido escrita, em 1976, por Geraldo Joffily, especialmente para a segunda edição de *Notas Sobre a Parahyba*, publicada em 1977. Ao pesquisarmos sobre outros trabalhos de Geraldo Joffily, descobrimos que este prefácio foi republicado, em forma de livro, no ano de 2004, por uma parceria entre o Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, a Academia de Letras de Campina Grande/ALCG e o Núcleo Cultural Português/NCP. A idéia, naquela ocasião, era homenagear Irenêo Joffily na passagem do primeiro centenário de sua morte. Aliás, o título do livro é *Ireneo Joffily: Primeiro Centenário da Morte*. A princípio a idéia era de republicar um outro livro de Irenêo Joffily, também importantíssimo para a história da Paraíba, *Sinopses das Sesmarias*, de 1894. Mas, como relata Amaury Vasconcelos, membro da ALCG, que faz a apresentação da homenagem, “o ilustre reitor Marcos Trindade, ofereceu patrocínio de edição comemorativa do evento centenário pelo UNIPÊ, presidido por ele com tanto destaque e eficiência, conquanto recaísse tal publicação, apenas no trabalho elogiável e aplaudido de Geraldo I. Joffily (...)” (VASCONCELOS In: G. JOFFILY, 2004). E é no prefácio desta edição que o próprio Marcos Trindade nos dá a informação de que aquele prefácio da segunda edição do livro de Irenêo Joffily, escrito pelo Geraldo Joffily, foi baseado em um trabalho anterior, feito em 1964, lançado em um evento de comemoração do Centenário de Campina Grande, trabalho intitulado *Um Cronista do Sertão no Século Passado*. Essa informação talvez explique a forma romanesca com a qual escreve sobre a vida de Joffily. Além disso, pode nos indicar o porquê de Geraldo Joffily enfatizar tanto que Irenêo era um homem do sertão e que sua vocação era estudar sobre esta região.

²⁴ A grafia do nome de Irineu Joffily se modifica em algumas publicações. Utilizamos a mais atual, ou seja, Irineu Joffily.

Os intelectuais, sobretudo das Ciências Humanas, constataram, desde logo, a produção da história como uma das fontes de conservadorismo que proporcionou, inclusive, a péssima recepção aos recém-chegados profissionais. A resposta destes, tanto para o conservadorismo como para a xenofobia, foi pensar um órgão que ‘implodisse a historiografia paraibana existente’ (1996, p. 23).

Contudo, como ela mesma afirma, ainda na época em que escreve, nos anos 90 do século XX, é o conhecimento produzido pelo IHGP que consegue maior influência na sociedade paraibana.

São, portanto, dois textos, o primeiro, de 1912, e o segundo, de 1977, sessenta e cinco anos depois. Estas introduções nos dão subsídios para compreendermos o porquê de uma obra que fora escrita anos antes da criação daquele Instituto tenha sido tomada como o primeiro trabalho sobre a história da Paraíba. A partir de suas observações a respeito do conteúdo, seja criticando as interpretações de Machado ou as elogiando, percebemos a leitura e a apropriação que fazem da sua obra.

O livro está dividido em dois volumes, tal como na primeira edição. O primeiro volume vem composto, além das duas introduções às quais nos referimos acima, de um prólogo do próprio autor, e mais doze capítulos nos quais discorre sobre os eventos que se estendem desde a descoberta do Brasil, até a expulsão dos holandeses, e como a Paraíba começa a se reestruturar após esse período²⁵. No segundo volume, Machado se debruça sobre o período que vai do final da guerra holandesa até por volta de 1760.

É no prólogo, texto de abertura da obra, que Maximiano Machado nos revela, dentre outras coisas, a intenção da sua empresa. Sua justificativa fundamental para realizá-la seria o fato de que pouco ou quase nada, até então, havia sido escrito sobre a sua terra natal. É aí que expõe sua crítica à política centralizadora do poder imperial, no caso, por ter recolhido para a Corte documentos referentes às províncias, o que, para Machado, inviabilizaria o trabalho dos pesquisadores que se interessavam por escrever a respeito dos seus respectivos rincões. Sua crítica reverbera, conseqüentemente, em Varnhagen, pois é dele que brota um dos resultados daquela política centralizadora, a *História Geral do Brasil* que, para Machado, não serviria senão para o mau conhecimento da história da Nação. Isso não seria por incompetência daquele autor, que para Machado era um mestre, mas por, além de se ter detido mais aos fatos ocorridos no Sul do país em detrimento do Norte, tal como o fizeram autores anteriores, ainda

²⁵ O livro não possui sumário, mas no início de cada capítulo o autor arrola os assuntos sobre os quais irá tratar.

havia negligenciado movimentos históricos importantes, sem os quais a história da nação estaria incompleta.

Machado ainda denuncia a falta de atitude de Varnhagen ao se dispor a escrever a *História Geral do Brasil*. Para ele, o Visconde poderia ter aproveitado o ensejo e inovado naquilo que seus predecessores não haviam feito: escrever a história do Brasil que incorporasse sua totalidade, voltando-se para os fatos importantes que aconteceram no Norte, descentralizando a narrativa e a crítica histórica dos eventos ocorridos no Sul. Para Machado,

Varnhagen, que podia ser mais cabal e correcto, seguiu o mesmo plano dos outros, desculpando-se com a persuasão em que estava, de não ser a história minuciosa a que poderia ser mais útil; e declinando para os historiadores parciaes (...) o exame dos factos relativos à cada uma das partes do todo (...) (1977, p. II).

É tomando para si a tarefa de examinar os fatos referentes à parte que possa lhe caber que Maximiano Machado se debruça em pesquisas e dedica-se a escrever a História da Paraíba. Seu intuito, ao que parece, vai além de uma história localista feita simplesmente para exaltar a Paraíba para os paraibanos, uma história de si para si, tal como viriam a querer os membros do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, fundado algumas décadas depois. Como podemos perceber, a partir de suas críticas ao poder central e a Varnhagen, seu objetivo em escrever a História da Paraíba seria, então, o de encaixar, o de colocar a sua terra no lugar que lhe era de direito na construção da civilização, completando, assim, a história geral da nação.

Desta forma, buscando construir uma história que se opusesse ao centralismo do Império, tanto no aspecto político-administrativo, pois como liberal que era pretendia uma maior autonomia para as províncias, quanto no aspecto intelectual, Maximiano Machado continua explicando, no seu prólogo, a dificuldade desta tarefa por conta do recolhimento dos documentos referentes às províncias na Corte. Para Machado, esse atentado cometido pelo poder central impedia qualquer um de obter informações necessárias para analisar os fatos ocorridos em suas determinadas localidades. Isso prejudicaria a verdade histórica, pois, segundo ele, não se pode escrever a história sem a comprovação dos fatos pelos documentos. Em suas palavras, “a historia não satisfaz ao seu fim simplesmente com o reconhecimento tácito do valor das coisas, exige-se que esse reconhecimento seja provado com a autoridade de documentos recebidos do passado” (MACHADO, 1977, p. IX).

Na citação acima, assim como em várias outras passagens ao longo do texto, Machado demonstra uma imensa preocupação com as fontes documentais. Uma preocupação típica de

historiadores metódicos do século XIX. A sua preocupação fundamental seria a de produzir uma histórica científica ou pelo menos cientificamente reconhecida. Ao longo de sua obra, fica evidente seu posicionamento enquanto historiador metódico, pois já no próprio prólogo, alerta o leitor quanto ao seu método e as razões de utilizá-lo. Machado busca aplicar o método científico, característico do século XIX. Com isso, seu objetivo é alcançar a verdade histórica, a exatidão da história e isso só seria possível se valendo da ciência.

Não é à toa a crítica veemente que faz à Corte por ter se apropriado dos documentos referentes às províncias, nem o fato de ter passado dez anos recolhendo documentos dispersos sobre a Paraíba para, só então, depois de uma apreciação crítica dos mesmos, ou seja, de comprovar a sua autenticidade, que pôde iniciar a construção de sua narrativa em ordem rigidamente cronológica. Para Machado, seria apenas a partir de um método científico rigoroso que seria possível afastar os historiadores das paixões, vaidades ou qualquer outro sentimento que pudesse iludir e mascarar a verdade histórica.

Podemos entender essa preocupação de Machado em dar um ar de cientificidade ao seu trabalho como uma maneira de ser reconhecido intelectualmente pelos seus colegas de Instituto, no caso, do IAGHP. Foi durante o século XIX que a história se firmou enquanto conhecimento científico – ou pelo menos um pretenso conhecimento científico. Há uma unanimidade entre os mais diversos estudiosos da história da História em identificar, naquele século, o *turning point* para o desenvolvimento de uma ciência da história ou uma história científica. Alguns deles destacam aspectos dessa virada que explicariam a consolidação da história como esse conhecimento válido e reconhecido nos meios acadêmicos.

O século XIX é o momento em que os historiadores buscam romper com a filosofia da história. Iniciam orientações de concepções e de práticas historiográficas que serão determinantes para o desenvolvimento posterior da disciplina. O fomento às pesquisas, o acesso a espaços acadêmicos e o reconhecimento científico, por agora possuir um método estruturado em bases empíricas, rechaçando qualquer especulação filosófica, garantiriam, assim, à história, respaldo enquanto conhecimento válido.

(...) Do século XVII ao XIX, houvera uma radical mudança de perspectiva em relação à história: enquanto para Kant aquele que era cultivado historicamente permanecia na periferia da verdadeira cultura, no século XIX, após a criação da 'história científica', passava-se exatamente o contrário: o cultivado historicamente é que era considerado 'culto'. Pós-kantiano e comtiano, o século XIX possui um *a priori*: a metafísica é uma impossibilidade; fora dos fatos apreendidos pela sensação, nada se pode conhecer. As filosofias racionalistas e metafísicas perdem suas sustentações metafísicas e, sem elas, não significam mais nada (REIS, 1999, p. 5).

Os historiadores, a partir desse *a priori*, direcionam seus esforços para se afastarem das especulações filosóficas, buscando criar um método que pudesse comprovar empiricamente o conhecimento histórico. E é aí, no século XIX, quando esse método é fundamentado, que a história passa a ter reconhecimento intelectual e social. Somando-se a isso uma radical transformação da concepção de história, teremos o que ficou identificado como historicismo. Ou seja, a história passa a ser um princípio. É nesse sentido que o evento, ou o culto ao evento, é de fundamental importância para essa nova concepção que se formula. Pois é o evento – único, irrepetível, irreversível – que expressa a ação histórica.

(...) A rejeição da subordinação da história à filosofia se assenta em uma nova atitude do historiador – a ‘positiva’ – e em uma outra forma de tratar o seu material – através do método crítico de purificação das fontes. O conhecimento histórico não se assentará mais sobre elementos *a priori*, será um conhecimento *a posteriori* (REIS, 1999, p. 7).

O método histórico, que então se firmava, tentava se aproximar do método objetivo das ciências naturais. Os historiadores tidos como positivistas, ou metódicos, buscaram efetivamente uma posição de contemplação frente ao objeto, de neutralidade e, conseqüentemente, de objetividade. Mas será mesmo que conseguiram se afastar da subjetividade? Esta é a indagação de José Carlos Reis: “esta ambição da história científica, de se separar da filosofia da história, de aspirar à objetividade e de enfrentar a historicidade, tornou-se realidade?” (1999, p. 8).

O expoente dessa nova forma de se compreender e de fazer história foi o alemão Leopold Von Ranke. Foi ele quem fundamentou os princípios de como o historiador, a partir de então, deveria conduzir seus trabalhos. A partir do seu método, a história seria alçada a patamares institucionais elevados, em decorrência do prestígio conquistado no meio intelectual e social. O método de Ranke proporcionou à história se firmar nas universidades, ganhando força institucional.

Como bem observa Reis, “a Alemanha produziu a filosofia da história e seu antídoto: Hegel e Ranke são, respectivamente, os maiores representantes da filosofia da história e da história científica (...)” (1999, p. 11). Não se trata de uma simples curiosidade. A questão é que, com o recurso ao método científico, Ranke procurou se distanciar das filosofias da história. Mas, ao que parece, mesmo utilizando um método que se queria anti-metafísico, não conseguiu delas se afastar. Para Ranke, a história se apresenta nos eventos, que são individuais, livres de generalizações, diferentemente da filosofia. Eles expressam as

individualidades das ações na história. Apenas podem ser apreendidos através de documentos. Se cada um tem sua expressão única e irreversível no espaço-tempo, a história, segundo Ranke, teria conseguido se afastar da universalidade da história, ou do “espírito absoluto” de Hegel. Contudo, para Ranke, o historiador apenas terá a expressão da ação histórica em documentos oficiais, produzidos pelo Estado. O entendimento era de que este regeria todos os outros aspectos da vida social. Nesse sentido, os eventos estariam conectados àquela instituição, seriam ainda ações individuais, mas interconectadas, que revelariam, desta forma, o Estado enquanto “sujeito histórico universal” (REIS, 1999, p.12). Assim, a filosofia da história, mesmo que veladamente, estaria presente em Ranke.

Mais ainda, segundo Reis, o próprio Hegel demonstrava que a história científica não poderia ser objetiva. Esta estaria impregnada de subjetividade:

a busca da objetividade através do método crítico, considerava Hegel, não tornava a história ‘crítica’, ‘refletida’, menos subjetiva: aquele conjunto de instrumentos era utilizado para sustentar pontos de vista gerais, que não nasciam do próprio material histórico, mas do pesquisador que interpretava e explicava o material (REIS, 1999, p. 9).

É interessante notar que os trabalhos realizados pelos historiadores metódicos, iriam se revestir daquela capa de neutralidade, objetividade, cientificidade, de forma que, dificilmente, se levasse em consideração o autor da obra e, conseqüentemente, seus interesses. Seria uma história “desinteressada”, já que, pretensamente, não era escrita a partir de concepções *a priori*, e sim *a posteriori*, haja vista que o conhecimento foi dado após a descoberta da fonte, do documento. Ao historiador caberia apenas trazer à tona, descrever o que ali se encontrava: “(...) para obter esse resultado, o historiador deve se manter isento, imparcial, emocionalmente frio e não se deixar condicionar pelo seu ambiente sócio-político-cultural” (REIS, 1999, p. 13).

É essa história moderna do século XIX, que se pretende neutra, objetiva, crítica, documental, descritiva e narrativa, portanto, científica, que iria nortear a produção historiográfica, a partir de então. Conforme pudemos perceber na obra de Maximiano Machado, seja no seu prólogo onde adverte seus leitores sobre como conduziu seus trabalhos e a forma como dispôs seus resultados, ou ao longo dos capítulos, ele busca seguir à risca esse método científico. Contudo, terá conseguido Machado superar a filosofia da história, produzindo um trabalho no qual se isenta das paixões, ou mesmo de um *a priori*?

É ainda no prólogo, ao tentar explicar ao leitor “as razões do methodo que seguimos na exposição dos fatos” que Machado nos dá indícios, talvez sem perceber, de qual seria o seu *a priori*:

Achamos de bom acerto lembrar, ainda que por alto, mas sem prejuizo da clareza a verdade, certos factos geraes que, parecendo a primeira vista estranhos á historia particular, a reflexão e o estudo conseguiram descobrir nelles o ponto de partida de successos reservados à narração especial, e por isso mutuamente comprehendidos como partes de um grande todo (MACHADO, 1977, p. V).

Esses fatos gerais que, à primeira vista, seriam estranhos aos acontecimentos locais, e em que constaria o ponto de partida dos eventos ocorridos no âmbito particular, são fundamentais para se encontrar a “harmonia” dos fatos históricos que se desenrolaram na Paraíba e que refletiram na história da nação, por sua vez, expressando o progresso da civilização.

Desta feita, a primeira análise que faz no livro a *História da Província da Paraíba* é justamente sobre os fatos que teriam levado D. Manoel, “o afortunado”, ao trono português. Uma análise que pode realmente parecer estranha para alguém que tem a proposta de narrar a história particular de uma província. Para Machado, aqueles fatos explicariam o porquê do Brasil ter sido descoberto sob o reinado daquele governante e, mais ainda, explicariam o motivo da demora em se iniciar a civilização do país. Para ele, “deixar olvido o fato, de verdadeiro valor historico, como fizeram todos os nossos escriptores, seria de novo tentar contra a harmonia existente dos factos, para tornal-os pouco comprehenciveis no seu conjuncto” (MACHADO, 1977, p. IV)

Maximiano Machado menciona o cientista social Herbert Spencer, se aportando em sua sociologia comparada, para justificar metodologicamente essa sua opção por iniciar sua história recuando àqueles acontecimentos europeus. Segundo o autor, Spencer acreditava que a “história de valor prático”, também chamada por ele de “sociologia descritiva”, somada a uma narrativa da vida das nações, traçando-se um *consensus* entre os fatos, constituiria o material para aquele tipo de sociologia (MACHADO, 1977, p. VI). Para Machado, então,

os phenomenos sociaes e politicos, occorridos naquella occasião, não podiam ficar ignorados sem quebra da harmonia ou *concensus* existente entre um facto de tal ordem, e o que delle decorreu, e por consequencia sem mingua do material para a sociologia comparada, visto como dahi é que provém a nossa existencia nacional, tal como hoje se nóta (MACHADO, 1977, p. VI).

Machado acrescenta, ainda, que iria expor tais fatos, pois seria a partir deles que conseguiria “constituir o todo pela reunião das partes” (MACHADO, 1977, p. VII). Desta forma, lembrar acontecimentos mais gerais seria necessário, mesmo que, num primeiro momento, estes parecessem “estranhos”, distantes da “história particular”, como o autor se propõe a escrever. Esse procedimento possibilitaria uma maior exatidão da história.

Tal esforço, mais do que uma demonstração de erudição ou de conhecimento da conjuntura internacional, tal como qualificaram alguns membros do IHGP, nos indica que Machado busca seguir a “harmonia” dos fatos, tal como se refere. Mas que harmonia seria essa? Parece-nos que Maximiano Machado entende a história de forma linear e progressiva, que tem origem conhecida ou pelo menos passível de conhecimento e um fim previsível, faltando apenas ao historiador revelar o percurso que ligaria uma ponta a outra.

Não perder a harmonia, então, seria não negligenciar os acontecimentos que explicam ou demonstram os desdobramentos da trajetória da Paraíba na história universal. Seria como refazer ou reconstituir a cadeia de acontecimentos que, devidamente conectados, revelariam a verdade histórica. Essa trajetória, esse percurso, seria o “processo civilizatório”, a “evolução social”, o “progresso humano”. Expressões utilizadas por Machado para se referir ao objetivo da civilização.

O *a priori* de Machado seria, então, que a Paraíba contribuiu para o progresso da civilização, e sua *História da Província da Parahyba* iria narrar os acontecimentos demonstrando como ela entra na rota do progresso, além de evidenciar os fatos de sua história que colaboraram com o avanço da sociedade em geral.

Desta forma, a história escrita por Machado parece estar, parafraseando Reis, “entre a filosofia e a ciência”. Ela seria científica, ou pretensamente científica, ao se valer do método científico que pressupõe crítica documental, objetividade, descrição, narrativa cronológica, neutralidade, imparcialidade. Não escaparia à filosofia da história por partir de um *a priori*, ser subjetiva, e, especialmente, por buscar uma história universal.

Maximiano Machado parece se alinhar aos metódicos franceses mais do que aos alemães no que se refere à filosofia da história. Como deixa transparecer em suas expressões já mencionadas, tais como progresso, civilização, evolução, todas para se referir à marcha do processo civilizatório e da evolução social pela qual a Paraíba teria passado, nos parece estar implícita, em sua narrativa, ideais de uma filosofia iluminista. Como destaca Reis, os franceses utilizaram os mesmos princípios científicos dos alemães, contudo, reformulados às suas particularidades:

Os ‘positivistas’ franceses praticarão os mesmos princípios defendidos por Ranke, mas traduzidos para o espírito francês. Se Ranke esconde Hegel, a filosofia da história implícita na historiografia metódica francesa será iluminista (...) O Iluminismo que sustentará esta historiografia será aquele evolucionista, progressista, gradualista, anti-revolucionário, mas atualizado pela filosofia comtiana e seu ‘espírito positivo’, bem como influenciado pelo evolucionismo darwiniano (...) O tempo da historiografia francesa ‘positivista’ é, portanto, iluminista: progressivo, linear, evolutivo em direção à sociedade moral, igual, fraterna. Explicitamente, eles negam este ‘fundo filosófico’, mas ele estará presente em suas obras históricas, mantendo-as mesmo de pé, sem que os autores o admitam e confessem (...) (1999, p. 15).

Contudo, vamos perceber, ainda, em Machado, um frequente uso de termos ligados a um vocabulário que nos indica uma forte influência do pensamento evolucionista em sua narrativa, provavelmente adquirida no meio intelectual pernambucano.

Maximiano Machado, após seu retorno a Pernambuco, depois de ter passado uma temporada em Campina Grande, começa a fazer parte daquele meio intelectual. Começou a lecionar na Escola Normal, exerceu cargos eletivos na Assembléia daquela província, atuou em jornais e, em 1869, foi eleito membro do IAGP. Como podemos perceber, ele estava participando da vida cultural, política e intelectual do Recife naquela época, e, conseqüentemente, estava envolvido nos diversos e acalorados debates que animavam aquela cena .

Conforme Lilia Moritz Schwarcz, no livro *O Espetáculo das Raças* (1993), e Carlos Alberto Dória, mais pormenorizadamente, em sua tese de doutoramento *Cadências e Decadências do Brasil* (2007), no fim da década de 60 e durante a década de 70 do século XIX, portanto, durante o período que coincide com a atuação de Maximiano Machado no IAGP, ocorre uma “guinada intelectual” com o surgimento de uma “nova geração” de pensadores vinculados à Faculdade de Direito do Recife, que passam a se apoiarem nos estudos biológicos, especialmente aqueles desenvolvidos por Charles Darwin, Ernst Haeckel e Herbert Spencer, para as interpretações referentes à formação da nação brasileira. Afirma Dória:

(...) a partir da década de 1870, uma nova geração de intelectuais se apropria do prestígio das ciências no mundo europeu para promover o *aggiornamento* do pensamento brasileiro. Este é um momento de inflexões e rupturas claras, deixando para trás a geração do romantismo, sua formação bacharelesca e os compromissos políticos com o Império. Homens como Silvio Romero, Manoel Bomfim e Euclides da Cunha são figuras de relevo neste contexto. (2007, p. 53-54).

Schwarcz afirma, ainda, que com essa nova geração um vocabulário evolucionista começa a se fazer presente entre os intelectuais do Recife com “larga aceitação, principalmente depois das leituras que Tobias Barreto fez dos filósofos alemães – Haeckel e Buckle – e da difusão de autores como Spencer, Darwin (...) entre outros (...)” (SCHWARCZ, 1993, p. 148 – 149).

Dória, ao analisar, em sua tese, a utilização das teorias evolucionistas no debate sobre a formação da nação brasileira, identifica que, no último quartel do século XIX, intelectuais dos principais centros do país, a exemplo do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, ligados às faculdades de medicina, direito e engenharia, além da imprensa, passam a aderir às teorias biológicas e a aplicar seus modelos em observações sobre os fenômenos sociais, principalmente para refletirem a respeito daquele tema. O autor denomina esses intelectuais como “geração evolucionista” ou “geração de 1870” (2007, p. 10). Mais interessante ainda é que Dória afirma que essa renovação intelectual se dá fora do centro do império, fora da Corte, se dá no Recife, mais precisamente na Faculdade de Direito do Recife (2007, p. 66).

A adesão dos intelectuais brasileiros às teorias que davam conta das transformações no pensamento científico universal pode ser rastreada longe da Corte, na Escola do Recife, a partir da chegada de Tobias Barreto à capital pernambucana nos idos de 1862. No Recife, a ruptura com os cânones da época se deu primeiramente na poesia, espalhando-se para o ensaísmo. Era o tempo da guerra do Paraguai, quando o patriotismo de Tobias Barreto e a sua "maneira áspera e desconchavada de poetar" criaram, no terreno da estética, as condições primeiras de ruptura ideológica com tudo o que era estéril e inócuo para uma geração sedenta de passar o país a limpo (DÓRIA, 2007, p. 66).

Tais intelectuais estariam imersos em uma série de questões que envolveriam as temáticas do país frente à história universal, a especificidade das três raças que compõem a nação e a miscigenação, o caráter nacional e o papel do Estado (DÓRIA, 2007). Este comporia o “programa intelectual” do qual não escaparia aquela geração, que iria se apoiar nos modelos biológicos para identificar a singularidade do Brasil diante das demais nações. Questões que se faziam presentes desde o processo de independência e que, de certa forma, haviam sido respondidas pelo viés romântico, patriótico, eclético e metafísico. Porém, para aquela geração, estas não eram respostas suficientes para sentenciar aquilo que constituiria a nação no seu passado, presente e futuro.

Assim, Darwin e todos os autores evolucionistas que estiveram presentes nos debates europeus das novas idéias impregnaram de modo reflexo as maneiras de nos pensarmos, ajudaram a moldar os sonhos sobre o futuro do povo e do país, além de influírem na definição de estratégias de ação

política; tudo como se o Brasil houvesse acordado para as ciências depois de tantos anos sob o domínio de estéreis saberes (DÓRIA, 2007, p. 59).

Nesse sentido, a partir de 1870 um novo modo de pensar a formação da nação se institui no meio intelectual brasileiro, recorrendo às teorias evolucionistas. A jovem nação agora é pensada enquanto um “organismo vivo” em formação que, dependendo do seu desenvolvimento, poderá se “degenerar”, afastando-se da sua matriz, a Europa, ou evoluir até a civilização.

(...) somente esta “doutrina”, entendida como o conjunto de teorias sobre a transformação dos seres vivos, permitiria construir uma representação minimamente veraz do Brasil como entidade em processo de formação – portanto com passado, presente e futuro. Com o evolucionismo, institui-se um campo novo de discussão – especialmente sobre o destino, ou seja, a transformação do presente em futuro – contraposto à fatalidade do colonialismo.

(...)

O *evolucionismo*, tomado como instância de validação de discussões mais propriamente políticas, é um elemento capital da filosofia social da época, tanto na Europa como nas ex-colônias. É ele que propicia a “convicção científica” de que as jovens nações poderão se aproximar do modelo metropolitano ou, ainda, constituir algo distinto, já que é da natureza de todos os seres transformarem-se ao longo do tempo, reproduzindo o tipo ou feição daqueles que o geraram, ou se afastando desta filogenia, numa mudança de qualidade que origina uma nova espécie ou expressa uma degeneração sem futuro (DÓRIA, 2007, p. 18).

Desta forma, esses intelectuais iriam medir os avanços da evolução nacional, suas marchas e contramarchas, cadências e decadências em relação à civilização ocidental. Dória identifica, naquela geração, um viés de integração da nação. A primeira perspectiva de integração seria a de uma história universal, tal como se entendia com a filosofia da história, contudo, agora procurando “fixar critérios objetivos, materiais e científicos, para explicar a transformação social abandonando progressivamente os fundamentos idealistas da concepção historiográfica até então vigente” (DÓRIA, 2007, p. 86). Essa perspectiva se distancia da filosofia da história na medida em que entende que a formação da nação não segue uma lógica absoluta de ocidentalização. O progresso seria fruto da adequação a um conjunto de leis que regem as sociedades.

Uma segunda perspectiva é a da formação interna em que se reflete a respeito da constituição do povo a partir das três raças. Nesse quesito as reflexões sobre a miscigenação é que iriam garantir certa originalidade de pensamento na medida em que,

Através dele se fixam os sentidos atribuídos à “raça” pelo pensamento cientificista e se elaboram teorias que estão tanto na origem do pessimismo evolutivo (a associação entre “degeneração”, no sentido biológico, e “decadência”, no sentido civilizacional), quanto do otimismo sobre a integração através de um tipo novo: o mestiço (DÓRIA, 2007, P. 90).

Uma terceira perspectiva seria a atuação do Estado como promotor de integração da nação à civilização. Para essa geração, o Estado surge como uma entidade orgânica que orienta e guia a nação no processo civilizatório. Tais intelectuais, ao invés de preocupados em construir uma teoria do Estado, estariam “empenhados em definir para o estado republicano uma pauta muito particular e capaz de encaminhar o “povo-massa” (na expressão de Oliveira Vianna) pelas trilhas do seu melhoramento” (DÓRIA, 2007, p. 16).

Tais perspectivas de integração a partir de uma compreensão cientificista apoiada em modelos evolutivos que também não deixam de se combinarem com compreensões românticas, nos remetem a um ambiente intelectual que está em diálogo com uma cultura universal a partir das experiências locais, próprias da sociedade brasileira. Estes intelectuais não estão absorvendo de forma passiva os conhecimentos que lhes chegam, estão em diálogo com eles, reelaborando a partir das especificidades da formação da nação brasileira.

A rigor, a independência política produziu uma nação jovem que deveria amadurecer e, neste processo, aproximar-se do modelo metropolitano, reproduzindo-o. Nesta trajetória, condicionando-a, interpunha-se o desejo ou a fatalidade de sermos distintos, e portanto a impossibilidade de simplesmente repor a matriz em todos os seus termos. Por força do clima, das raças autóctone e transplantadas, das carências e excessos, um objeto novo se constituía e se impunha condicionando a trajetória da jovem nação em direção ao seu lugar no concerto dos povos (DÓRIA, 2007, p. 81).

É possível perceber que as preocupações que mobilizaram essa geração de intelectuais também se farão presentes nas reflexões de Maximiano Machado no que tange ao progresso humanidade, à sua evolução social e moral e ao processo civilizatório.

Perceber essa aproximação de Machado com aquelas perspectivas cientificistas apoiadas no pensamento evolucionista nos ajuda a compreender alguns de seus posicionamentos referentes à história da Paraíba, tais como a forma pela qual busca inserir a Paraíba na história universal; a discussão sobre a sua formação interna em que irá sobressair a relação entre as três raças que teria ocorrido de forma integracionista, especialmente em relação ao indígena que, como veremos, tende a se integrar à civilização, seja cultural, seja biologicamente. Assim como sua argumentação de que o Estado, desde a colonização, deveria

ter cumprido o papel de promotor da civilização, evitando a rejeição dos indígenas à vida social, e o consequente atraso da nação em relação às outras, civilizadas.

Machado, então, se apoiaria em alguns elementos desse modelo biológico evolucionista que havia sido transportado para as ciências sociais por Haeckel e Spencer para reforçar sua análise da história da Paraíba e perceber como esta fora evoluindo no tempo. Para ele, o destino da Paraíba já estava traçado, aos historiadores caberia, portanto, “recontar” a sua trajetória, desde os fatos que culminariam em seu surgimento, a “reencaixando” na marcha do progresso iniciada ainda na Europa, destacando os eventos e os personagens que contribuíram para a formação da nação e, conseqüentemente, para sua evolução social, objetivo da civilização. E a ciência o confirmaria.

Assim, a sua obra, de certa forma, colocaria a Paraíba não apenas na trajetória da formação da nação brasileira, mais ainda, a encaixaria na rota da história universal. Ao narrar a história da Paraíba, Machado estaria colaborando com a reconstituição do percurso da história da humanidade. O ar de cientificidade que Machado pretende em sua obra o impede de explicitar tais intenções. É apenas através dos eventos selecionados para comporem sua narrativa, suas expressões e conclusões ao longo do texto que podemos inferir o seu objetivo. Sua preocupação é demonstrar para o leitor que está se propondo a construir uma história científica. Daí se preocupar, por exemplo, em evidenciar seu método, como vimos.

Continuando a explicar sua metodologia, se além aos acontecimentos locais, sem deixar de se remeter a acontecimentos gerais. Nesse sentido, o próximo passo em sua narrativa, como deixa claro ainda no seu prólogo, seria explicar o motivo da criação da capitania da Paraíba, buscando encerrar um suposto equívoco dos que afirmam que ela teria surgido como anexa de Pernambuco, pelo fato de ter se desmembrado de Itamaracá, sendo que esta sim havia se incorporado à capitania de Pernambuco. Ressalta que esta capitania teria sido aniquilada pelos indígenas, caso não se criasse a tempo a da Paraíba. Só com essa criação o avanço dos indígenas fora contido, proporcionando a marcha da civilização rumo ao norte, como já o havia destacado também Varnhagen.

Ainda no prólogo, adianta a reivindicação do reconhecimento pelo esforço da Paraíba, tal como de Pernambuco, na expulsão dos holandeses do Brasil. Como veremos mais adiante, esse fato da guerra holandesa é, para o autor, e o será mais tarde para a historiografia paraibana, o momento importante em que a Paraíba dá provas de seu patriotismo, contribuindo para a unidade da nação. Neste ponto, fica claro o seu intuito de corrigir uma “falha histórica” e reconduzir a Paraíba “ao seu lugar de direito”. Em suas palavras,

Si a historia registra o nome parahybano na grande epopeia da restauração, os *entendidos*, de que acima falamos, guardam o maior segredo a respeito da sua gloriosa intervenção nessa guerra legendaria, á qual deve o Brazil a sua integridade. (...) Mas, se espiritos entusiastas preferem o desvario á razão, outros mais positivos e menos apaixonados distinguem a realidade da apparencia, e restituem a verdade ao seu lugar, occulto pelo symbolismo pueril. Felizmente a tradição, que não teve forças para crescer, parece condemnada a morrer nos braços de sua ridicula vaidade (MACHADO, 1977, p. VII). (grifos do autor)

Continuando a explicar sua metodologia, em relação à ordem dos eventos, afirma o autor que os fatos estavam dispostos observando a “preferencia na ordem dos tempos” apreciando os fenômenos sociais “*segundo o espirito da época e até que ponto contribuíram para o desenvolvimento e civilização do Estado*” (1977, p.VIII, itálicos nossos). Tal citação nos é de extrema importância, pois aqui se revela a sua intenção ao narrar a história da Paraíba. Visa mostrar como ela se desenvolve ao longo do tempo, desde a conquista até a independência do Brasil. Desta forma, pretende evidenciar como fora tal processo de civilização. Nesse sentido devemos observar quais os fatos que o autor julga importantes nessa “saga” paraibana e que contribuíram para o avanço da civilização. Dando continuidade à exposição, arrola cronologicamente os momentos históricos em que se detém no seu livro:

Assim, pois, realisada a conquista aos tobayaras, potyguares e caryris, tribus guerreiras que se oppuzeram tenazmente á invasão portugueza, passamos a dar idéia da origem destas tribus, dos seus costumes e distribuição no territorio parahybano.

(...)

tratamos em seguida da submissão e catechése dos índios, do systema industrial, da agricultura e creação dos gado, do commercio, da vida e costumes dos habitantes, da moral theorica e pratica de todas as classes, da restauração contra os hollandezes, da independencia nacional, suas novas instituições e etc. (MACHADO, 1977, p. VIII).

Define ainda o que, para ele, seria a postura que o “historiographo” deveria ter diante dos fatos históricos:

O historiographo – já alguém o disse – é o orador que procura convencer pelo attractivo de palavras floridas, inflammado por manifestações de fogo poetico. O seu fim é outro, expôr os factos e sobre elles o seu juiso com criterio e rectidão, como o juiz que, depois de averiguar as provas, sentença na conformidade das leis equitativas da sociedade e justiça humana. (MACHADO, 1977, p. VIII).

Isto posto, se preocupa em expor aos leitores os locais onde realizara as suas pesquisas. Mais uma vez, ressalta as dificuldades enfrentadas para conseguir reunir o material

que precisava para seus estudos. Volta a reclamar da política de centralização, na Corte, da documentação das províncias, critica a má conservação dos documentos que restaram nos arquivos regionais e denuncia a destruição deliberada de alguns deles. Menciona o acesso que teve a alguns documentos produzidos no período holandês, por meio do seu colega de Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, José Higino Duarte Pereira. Para Machado, o acesso a esses documentos foi fundamental para seus estudos, pois aí “está a novidade da História da Parahyba, até então ignorada ou quando muito limitada á poucas linhas, segundo o suave cogitar do emérito escriptor do Rio de Janeiro” (1977, p. IX). Finaliza, então, seu prólogo observando que foi com esse arcabouço que pode, enfim, “erguer o celebrado monumento da nossa história pátria ao sol do pensamento histórico” (MACHADO, 1977, p. X).

Como podemos perceber, seu prólogo nos induz a inferir uma série de questões que nos ajudam a compreender melhor as suas intenções ao elaborar uma obra como a *História da Província da Paraíba*, além de nos revelar seu posicionamento político, teórico e metodológico.

Sua principal motivação seria pelo fato da história da sua terra natal ser pouco conhecida por brasileiros e mesmo por paraibanos. Machado atribuía isso à política centralizadora do império que, dentre outras medidas, recolhera os documentos das províncias, impossibilitando os historiadores de elaborarem as suas “histórias-pátrias”. Além disso, a Corte ainda impunha uma história oficial do Brasil à toda nação, na qual as províncias já teriam suas participações definidas. Destas, um maior relevo teria sido dado às do Sul, em detrimento das do Norte. A crítica de Machado, nesse sentido, é direcionada à *História Geral do Brasil* de Varnhagen. Seu livro, então, seria uma maneira de corrigir, por um lado, a injustiça do centro do poder, e, por outro, a negligência cometida por Varnhagen. Isso para demonstrar que a Paraíba teve lugar de destaque na construção da história nacional. O que, de certa forma, nos revelaria o seu posicionamento político que, como vimos, enquanto liberal, era contra a centralização do poder na Corte e defendia uma maior autonomia das províncias.

Machado, como deixa explícito já no seu prólogo, quer construir uma história da Paraíba demonstrando seu desenvolvimento, estabelecendo os marcos espaciais e temporais que foram importantes para o seu processo civilizatório, e como a Paraíba contribuiu para o desenvolvimento da civilização no Brasil. Sempre fazendo uma relação entre os eventos locais com os nacionais e internacionais, busca inserir a história da Paraíba também no contexto universal. E é se apoiando na ciência para validar seus argumentos que se esforça para demonstrar o lugar da Paraíba na história da civilização.

No capítulo seguinte, iremos observar como essa formação política liberal de Maximiano Machado, e sua formação intelectual, incluindo aí sua aproximação com o pensamento evolucionista, tal como vimos acima, iria influenciar na maneira de perceber e narrar a história da Paraíba, e em especial a forma como compreende a participação dos indígenas nesse processo de civilização da Paraíba.

3. Maximiano Machado, os Índios e a Civilização.

A ênfase da obra *História da Província da Paraíba* é o processo de civilização da Paraíba. Seu autor, Maximiano Lopes Machado, busca demonstrar, através na narração dos eventos históricos, o desenvolvimento da província desde a conquista até o momento da independência do Brasil. Nesse sentido, neste capítulo, buscaremos perceber de que forma Machado insere os indígenas que habitavam o território da atual Paraíba, especialmente os do litoral, os Potiguara e os Tabajara, nessa trajetória. Como vamos perceber, Machado compreende que o processo civilizatório só estaria completo quando aqueles indígenas fizessem parte da vida social, aderindo à civilização. Nesse sentido, o empecilho para a civilização, conforme compreendido por ele, é a não inserção desses indígenas naquele processo.

3.1. A Paraíba na Trajetória da Civilização.

Como vimos, Maximiano Machado nos advertiu, em seu prólogo, quanto à necessidade do método de exposição se reportar a acontecimentos gerais para se encontrar a origem dos eventos que se desenrolaram na história da Paraíba. Este procedimento obedecia à intenção de não perder a harmonia e o *consensus* dos fatos históricos e, dessa forma, percorrer a trajetória do processo civilizatório da Paraíba. Contudo, como veremos, para Machado seria importante também demonstrar os percalços dessa trajetória, os momentos em que a marcha do progresso fora interrompida. Assim como seria fundamental evidenciar os esforços que foram mobilizados para ultrapassá-los, retomando a rota da civilização. É nesse sentido que abre seu trabalho, discorrendo sobre o que estava acontecendo na Europa, mais precisamente no reino português, em relação a D. Manoel, “o afortunado”, que herdou o trono, segundo Machado, por um golpe de sorte. O tom de sua narrativa é de crítica à ambição e cobiça que o rei português iria demonstrar ao longo do seu reinado.

Maximiano Machado atribuiu ao acaso o fato de D. Manoel ter alçado ao poder. Aquilo que poderia ter sido sorte também para os seus súditos, estes, esperançosos por um governo justo, logo começou a se transformar em decepção. Principalmente para judeus e mouros. O rei D. Manoel, envolto pela ambição e cobiça, aceitara acordo proposto por Castela para expulsar judeus e mouros do seu território, como cláusula para firmar matrimônio com a princesa Izabel, herdeira do trono espanhol. Por conta desse acordo, D. Manoel cometeu toda sorte de crueldades contra aqueles povos. Seu objetivo era casar com aquela princesa e poder

controlar os dois reinos. “Tal foi a solução que deu D. Manoel à caprichosa exigência da futura esposa. Era justo que colhesse agora o fructo do seu galanteio cruel e covarde. Casou-se, enfim, na fronteira em Valencia d’Alcantara, sem pompa nem apparato (...)” (MACHADO, 1977, p. 4-5).

Como “castigo” pelos seus atos deploráveis, perdeu sua mulher e, em seguida, seu filho para a morte. Com ela se foi a possibilidade de tornar-se soberano do reino de Castela. “Bem cedo experimentou o ambicioso soberano o pesado castigo das suas atrocidades (...) Há factos tão extraordinarios na vida do homem, que mais parecem decretos de uma vontade soberana e inflexível, do que simples accidentes na ordem da natureza (...)” (MACHADO, 1977, p. 6).

Infelizmente, após comentar esses fatos, há uma lacuna em seu texto. João de Lyra Tavares, em nota, explica que algumas páginas do original haviam desaparecido. Desta forma, após algumas reticências, o texto retorna discorrendo sobre a segunda viagem de Vasco da Gama aos mares da Índia. Em seguida se detém a comentar sobre a esquadra de Pedro Álvares Cabral e sua descoberta do Brasil. Ao que tudo indica, Machado está se referindo à política de expansão marítima, para ele outro sinal de ambição.

Detém-se, então, nos acontecimentos relativos ao descobrimento do Brasil, desde a partida de Cabral, passando pelo episódio em que se avistam as novas terras, o primeiro contato com os nativos, a solenidade de posse da terra até seu retorno ao reino. Antes de comentar seu retorno a Portugal, Machado informa que Cabral enviou, de volta à Lisboa, Gaspar de Lemos, com a carta de Pero Vaz Caminha noticiando as terras descobertas. O que nos chama atenção, é que Machado abre uma nota para citar um trecho da carta em que Caminha relata sobre um dos momentos do encontro com os indígenas. Iremos reproduzi-la tal como na nota do autor:

Fallando dos Indios o ingenuo chronista, disse: Antre [SIC] todos estes que vyeron, non veo mais que humma mulher moça, ha quaal esteve sempre a Missa; a quaal deron huum pano com que se cobrisse, e poseram lho daredor de sy, pero aho sentar non faria memoria de ho muyto estender pera-se cobrir a sy; senhor, que ha inocencia desta jente heetal, que ha da Dam não seria mais quanto em vergonha. Ora veeja V. Altesa quem em tal inocencia vive, ensinando-lhe ho que pera ha sua salvação pertence se se converteram ou non.”

Carta a El-rei D. Manuel, de sexta-feira 1º de maio de 1500.

Para abraçarem o christianismo, bastava somente os entenderem, porque fizeram tudo quanto nos viram praticar, o que parece provar que elles não teem adoptado genero algum de idolatria etc.” E assim continúa naquella primitiva linguagem. (MACHADO, 1977, p. 8) (destaques do autor).

As duas passagens selecionadas da carta são interessantes para percebermos como Machado lida com a questão do contato com os nativos. Na primeira, Caminha fala de uma certa inocência que os indígenas teriam. Em função dessa afirmação Machado chama o cronista de ingênuo. No trecho seguinte, Caminha afirma que a conversão, a aceitação do cristianismo pelos indígenas não seria difícil. Machado parece querer ironizar Caminha colocando tal passagem. Como ele demonstra no seu texto, ao se referir às ações indígenas, estes não aceitariam tão facilmente a religião e muito menos seriam inocentes, ingênuos. A certa altura da sua narrativa, Machado chega a se questionar sobre como esses índios dóceis, que receberam tão bem aos portugueses, se tornaram “feras indomáveis”.

Retornando aos acontecimentos, o autor discorre sobre a volta de Cabral a Lisboa. Segundo Machado, “D. Manoel recebeu friamente o descobridor do Brasil (...)” (1977, p. 8), pois o que lhe interessava, eram as riquezas que o caminho aberto por Vasco da Gama para o Oriente estava proporcionando. Conforme Machado, o ambicioso rei entendia que o Brasil não apresentava nada que pudesse chamar a sua atenção e a de seus emissários. Portanto, as novas terras estariam fadadas ao esquecimento.

Esses cortejos hypocritas e corruptos tinham muito que vêr e lucrar da conquista da Índia para desviar dahi as suas atenções e voltal-as para a terra da Vera-Cruz; sem ouro, nem proventos que satisfizessem o trato meretrício. Inculta e povoada de tribus selvagens, tudo estava por fazer, desde a catechese que redimia até a industria que enobrece (MACHADO, 1977, p. 9).

Os cuidados de Portugal com o Brasil iriam se restringir à inibição da ação de corsários na costa e ao depósito de alguns criminosos degredados. Deixou, D. Manoel, a terra ao “despreso e esquecimento”. Segundo Machado, a relação entre os degredados e os indígenas iria corroborar para dificultar a ação colonizadora. Aqueles absorveriam costumes dos “bárbaros”, e estes perderiam o respeito e a admiração que “impunha uma raça superior” (1977, p. 9). “(...) Se a política do governo portuguez fosse dictada por outros sentimentos, não só os primeiros teriam melhorado, tornando-se uteis á si e ao paiz, pela reforma dos costumes; como poderiam chamar os outros [índios] ao gremio da sociedade, se fossem convenientemente dirigidos” (MACHADO, 1977, p. 9-10).

D. Manoel tinha tudo para ser bem lembrado pela História como um grande soberano. Contudo, ao ceder à ambição, à cobiça e ao lucro, perdeu tal oportunidade. Primeiro pelos crimes que cometera contra judeus e mouros, e depois, por ter desperdiçado a chance de

iniciar a grande obra civilizadora com a descoberta do Brasil. Estava, aquele rei, cego pelo brilho do ouro que vinha do Oriente. “O Brazil nada deve áquelle reinado. Os vinte e um annos, que decorreram da sua casual descoberta à morte d’El-rei, foram perdidos para a civilisação” (MACHADO, 1977, p. 10). Para o autor, a cobiça de D. Manoel teria sido o primeiro percalço na marcha da civilização, atrasando o processo civilizatório do Brasil.

Com a morte de D. Manoel, vem à cena seu filho D. João III. Sob seu reinado, intensificou-se a ação dos franceses no contrabando de pau-brasil na costa do Brasil, forçando-o a tomar medidas para conter aquelas ações que poderiam acarretar na perda do território. A primeira medida foi enviar expedições que guardassem a costa das investidas dos franceses. Como essas não tiveram efeito, pôs em prática a política das Capitanias Hereditárias, no intuito de manter a integridade do território. Contudo, seria mais uma medida desastrosa do governo português. Para Machado, provocar a cobiça e dar poderes exorbitantes a particulares só iria, mais uma vez, atrapalhar o desenvolvimento da civilização.

Se a corôa não hesitasse nos meios de promover por si a colonisação brasileira, se não quisesse despende sem proveito os grossos cabedaes que a importava d’Africa e Azia, em conventos e inquisidores, a povoação seria mais prompta, e talvez não tivesse registado tantas crueldades contra aborígenes, nem se originado no coração destes tão aprofundados odios que lhes trouxeram o horror à vida social (MACHADO, 1997, p. 11).

Como podemos observar, para Machado, há uma certa incompatibilidade entre lucro e processo civilizatório. Em várias passagens da sua obra, os momentos que foram de percalços para o progresso da civilização justamente eram aqueles em que se visava, antes, o lucro. Eram momentos em que a ambição e a cobiça moviam as ações dos personagens. Mas que tipo de liberalismo era esse de Machado, contrário à iniciativa privada, ao lucro, que eram vistos como dois empecilhos para o progresso? Que tipo de liberalismo era esse que, além de criticar a iniciativa privada, defendia uma maior participação do Estado na condução de tudo que dizia respeito à sociedade?

Embora o foco do nosso trabalho não seja discutir o liberalismo do século XIX, acreditamos ser importante ao menos tentar perceber a que tipo de liberalismo o autor estaria alinhado, o que nos ajudaria a entender suas críticas à forma como a Coroa pautou a relação com os indígenas da Paraíba.

Segundo Eurico Jorge C. Cabral, que estudou, em sua dissertação de mestrado, o liberalismo em Pernambuco na primeira metade do século XIX (2008), duas correntes de pensamento liberal coexistiam ali: “a corrente iluminista radical jacobina francesa, importada

à revelia, e a portuguesa/italianizada, moderada, oficial: uma apelava à revolução, outra, à reforma” (2008, p. 82). A inclinação para uma das duas correntes, segundo o mesmo autor, dependia do grupo econômico do qual se fizesse parte. Àquela moderada, de tradição lusa, estariam ligadas as elites latifundiárias e escravistas, e a esta, radical francesa, também conhecida como jacobina, as camadas médias das áreas urbanas (CABRAL, 2008, p. 87-88).

Aquelas idéias liberais penetraram na sociedade pernambucana ainda nos fins do século XVIII e iriam ter seus desdobramentos no século seguinte. Para Cabral, o liberalismo iluminista francês revolucionário resultou nos movimentos armados pernambucanos em 1817, 1824 e 1848.

No caso do autor em estudo, Maximiano Machado, que participou do movimento da Praieira de 1848, houve uma tendência por parte de seus biógrafos e comentadores, como vimos no capítulo anterior, de o alinharem a um liberalismo radical, como, por exemplo, José Octávio de Arruda Mello o faz.

Para Mello havia no Brasil, durante o século XIX, diferentes e contraditórias formas de radicalismo liberal. Uma que toleraria práticas tais como o escravismo, e se deteria no combate de questões superficiais como as reformas eleitorais, a descentralização político-administrativa, a secularização dos cemitérios e dos casamentos. A outra vertente radical seria aquela ligada aos movimentos de 1817, 1824 e 1848, pois,

representam o verdadeiro radicalismo, nacionalista por se bater contra os resíduos do monopólio português no comércio, democrático por favorável à aliança da pequena burguesia urbana com as camadas mais humildes da população como se verificará na Praieira, social porque resolutamente antiescravagista, anti-absolutista porque enxergando no absolutismo a recolonização, e republicano por depositar na nova forma de governo as esperanças de correção das distorções do Império (MELLO in: MACHADO, 1977, p. 14-15).

Para ele, Maximiano Machado fazia parte dessa tendência radical, mais ainda, seria ele um autêntico radical.

Se considerarmos a perspectiva de Cabral de que o liberalismo de tradição francesa desencadeou revoltas armadas em Pernambuco, dentre ela a Praieira, e ainda ao fato de Machado ter participado desse movimento, tal como exalta José Octávio, podemos enxergar nele, sim, um liberal radical. Contudo, como enxergar radicalismo na *História da Província da Paraíba*, onde claramente seu autor defende a intervenção do Estado e da Igreja Católica na sociedade, acreditando que apenas essas duas instituições poderiam conduzir os cidadãos a um estágio de progresso elevado?

Por sua vez, em sua dissertação de mestrado, Bruno Celso Sabino Leite, estudando o embate entre o pensamento liberal e a doutrina social católica no século XIX, no que se refere à instalação da instrução pública no Brasil, nos chama atenção para o fato de que apesar daqueles dois pensamentos serem divergentes em seus princípios, as idéias transitavam entre conservadores e liberais sem que isso descaracterizasse suas posições políticas.

Tal entendimento é demasiadamente importante à compreensão das relações estabelecidas entre a Igreja e o Liberalismo em um país como o Brasil do século XIX, onde padres, ora ou outra, eram membros do Partido Liberal e/ou da maçonaria, tinham filhos, envolviam-se em questões políticas etc. Ou, ainda, onde os “liberais” também pareciam transitar entre idéias conservadoras (católicas e não católicas) sem muito constrangimento (LEITE, 2010, p. 68).

Para Leite, observando a defesa de idéias e propostas políticas é possível compreender o embate entre o liberalismo e a doutrina social católica no século XIX. O conflito se apresentava nas discussões políticas referentes aos mais diversos e importantes temas para a consolidação das instituições no Brasil na segunda metade daquele século, especialmente no que se refere à separação entre Estado e Igreja.

De um lado, uma série de princípios que tinham como alicerce primeiro o *indivíduo* autônomo, livre em consciência. Do outro, o “pensamento” da Igreja católica que, contrário ao liberalismo, pregava e promovia a idéia de que o *organismo social* apenas não adoeceria e nem pereceria enquanto a hierarquia do mundo, com Deus no topo, fosse garantida. No lugar do *indivíduo*, segundo o pensamento oficial da Igreja, a *comunidade* deveria ser o valor supremo das organizações humanas (LEITE, 2010, p. 69).

Ao lermos afirmações de Machado, como a última citação que fizemos acima, na qual deixa claro seu entendimento de que a Coroa, enquanto Estado, deveria ter tomado para si a tarefa de colonização ao invés de ter entregue a tarefa a particulares, ou mesmo em outras passagens onde defende a atuação da igreja como agente civilizador, nos leva a inferir que seu liberalismo não seria tão radical quanto seus comentadores asseveraram. Ao que parece, Machado se aproxima mais dos moderados. Se Machado foi radical à época da Praieira, seu radicalismo parece ir se arrefecendo até o ponto de se tornar mais moderado, como nos dá impressão ao lermos a *História da Província da Paraíba*.

Aquela busca desenfreada pelo lucro, impulsionada pela Coroa através de sua política de Capitânicas Hereditárias, iria prejudicar as relações entre colonos e indígenas. A consequência disso seria a ocorrência de conflitos sangrentos entre as partes, e a repulsa dos nativos à vida social. Dificuldades que impediram o avanço da civilização. Interessante, pois

não são os índios o impedimento primeiro para a civilização, mas a cobiça dos colonizadores que os afugentaram do convívio social. Para Machado, se tivessem sido demonstrados aos indígenas os benefícios da sociedade, estes teriam aderido a ela por vontade própria. Contudo, a Coroa, ao se esquivar da sua atribuição civilizadora, concedendo aos colonos essa tarefa, causou um enorme problema para o processo civilizatório, pois afugentou os indígenas do convívio social. Para resolver esse problema, e conduzi-los à civilização, as ordens religiosas teriam que “consertar” os erros cometidos pelos particulares: “A palavra dos missionários teve mais autoridade, que as alçadas dos donatarios, e todas essas grandes atribuições que excitaram-lhes a cubiça” (MACHADO, 1977, p. 26).

A Paraíba, fruto dessa política do governo português, incorreria no mesmo erro das demais capitanias. O surgimento da capitania da Paraíba se deu pela impossibilidade dos herdeiros de Pero Lopes de Souza de manterem um território recebido por foral em 1534, que constituiu a capitania de Itamaracá. Sua viúva e filhos devolveram à Coroa as terras que compreendiam desde a barra do rio Goiana até a Baía da Traição. Estas seriam as terras equivalentes ao que mais tarde viria a ser a capitania da Paraíba²⁶:

Não foi, todavia, esse o pior resultado da falta de previsão nas grandes concessões territoriaes á pessoas de pequenos recursos. Dôar á fidalgos de modesta fortuna, por serviços prestados ao rei, grande numero de leguas, povoadas por selvagens, para formarem Estados quasi independentes, com poderes discricionarios, era impedir a colonisação da parte dos naturaes, porque estes, senhores da terra, sem consciencia dessas doações, nem conhecerem os attractivos da vida social, não se chegariam com certeza á ella para terem o gosto de viver sob o latego truculento das alçadas dos capitães-móres ou donatarios.

(...)

A colonisação importava primeiro a catechese ou a redução á sociedade, e depois a conservação nella pelos costumes e pela religião. Isso, porém, era obra da persuasão e do tempo, e os donatarios, e seus companheiros de expedição, queriam lucros imadiatos e prompts. Dahi, o que tinha de succeder (MACHADO, 1977, p. 18-19). (grifos nossos).

Como podemos ver, segundo Machado, essa maneira de colonizar apenas trouxe prejuízo para a civilização, pois privilegiava o lucro em detrimento do desenvolvimento humano. Para ilustrar que tal maneira de colonizar estava errada, Machado traz uma série de exemplos de donatários que, ou morreram nas mãos dos indígenas, ou acabaram na miséria devido aos gastos na luta contra eles. Pretende, assim, demonstrar que se quisessem ter evitado perdas de vidas, tanto de um lado quanto do outro, deveriam ter insistido na catequese

²⁶ Por conta de problemas dos herdeiros do donatário de Itamaracá em administrarem todo o território da capitania, desmembraram-se 23 léguas, uma extensão que compreendia desde o rio Goiana, ao sul, até a Baía da Traição, ao norte. Essa área desmembrada viria a ser a Capitania da Paraíba (GONÇALVES, 2007, p. 64).

indígena, meio mais eficaz de trazê-los para o seio da sociedade. Uma vez que percebessem as vantagens de pertencer ao convívio social, não precisariam ser forçados a trabalhar, pois o fariam entendendo que estavam contribuindo para a civilização.

Deixar os índios revoltados com aquelas atitudes pôs em risco a colonização. Os colonos estavam sem recursos para impedirem seus avanços. Toda a empresa da colônia estava ameaçada. Itamaracá estava quase capitulando às correrias e Pernambuco seria a próxima a cair caso não se fizesse nada para conter a ira dos indígenas, provocadas por aqueles mesmos colonizadores.

E nem foi outra a razão que levou a corôa á fundar na Bahia [*sic*] cidade do Salvador, com um governador geral, empregados e soldados, sinão auxiliar os donatarios em falta de recursos proprios; nem outra a razão tbem [*sic*] que a levou a mandar povôar a Parahyba á custa do Estado, senão deixar livres Olinda e Itamaracá das hostilidades do gentio

(...)

A par de soldados, mandou padres, de abnegação e virtudes, que se atiraram ás selvas com a palavra e o exemplo, a converter os desgraçados, que viviam no estado da natureza, á religião e á sociedade (MACHADO, 1977, p. 24 - 25). (grifos nosso)

Refletindo sobre a ação dos portugueses, o autor assevera que não poderiam aqueles índios dóceis, que receberam tão bem a Cabral e sua comitiva, terem se tornado, para os colonos, outra coisa senão feras. Em contraponto, ressalta a relação totalmente oposta entre indígenas e franceses. Estes, ao contrário dos portugueses, podiam andar pelo território sem serem incomodados, podiam negociar, penetrar o interior, pois eram bem recebidos e acolhidos entre os nativos. Segundo Machado,

E' que estes dominavam pela generosidade e pelo amor, politica humana, bem astuciosamente manejada para tornar ainda mais detestados os primeiros, os quaes se impunham opprimindo, captivando e desfazendo-se delles como quem se desfazia de uma cousa inutil. Chegaram mesmo á fazer passar, que não eram creaturas humanas, porém brutos animaes, negligentes, imbecis aos quaes não se fazia mal em desprezar, perder e matar! (...) (1977, p. 26).

Para Machado, do lado português, os únicos que poderiam tratar os índios com dignidade e amor, não seriam outros senão os religiosos. Estes teriam papel fundamental para salvar a empresa colonial e colocar mais uma vez a civilização no caminho correto. A tarefa não seria fácil, pois, enquanto os jesuítas tentavam trazer os indígenas à paz e à sociedade, os colonos, agindo agressivamente, colocavam a perder todo o trabalho desenvolvido pelos padres da Companhia:

E' certo que os padres da companhia, expondo-se á grandes perigos, empregavam todo o esforço e zelo apostolico em chamal-as á paz e á sociedade, mas o Portuguezes com o seu procedimento despotico crevam todos os dias novos obstaculos áquelle paciente trabalho (...) O governo chamava-os á obediencia a tiros de polvora e balla, não havia piedade para essas infelizes creaturas! (MACHADO, 1977, p. 31).

Em vista disso, Machado chega a refletir retoricamente sobre o fato dos indígenas rejeitarem a vida em sociedade. Como eles iriam ver vantagens nela se somente a conheciam através das atrocidades dos colonos! (1977, p. 31).

Em geral os povoadores não queriam saber de preceitos religiosos nem de principios de moral; só procuravam dinheiro e goso, e estes estavam na cana e na exportação do pau-brazil, que sómente a escravidão do Selvagem produzia em mais alta escala sob a inspecção do deshumano senhorio. (MACHADO, 1977, p. 33).

Os jesuítas, junto com o Governo Geral, tentariam proteger os indígenas das ações dos colonos impedindo o cativo e a exploração daqueles. O conflito entre colonos e jesuítas não tardaria; sendo estes difamados e odiados por aqueles. Contudo, seriam os colonos que iriam sofrer as conseqüências de suas ambições e dos maus-tratos contra os indígenas: "(...) Olinda foi sitiada pelos Cahetés, e os colonos não puderam romper o cêrco e nem domar o inimigo". (MACHADO, 1977, p. 33).

Como podemos perceber, para Machado, o processo de conquista do Brasil foi equivocado, por já ter começado em um erro. A causa do equívoco estava no modelo adotado pela Coroa portuguesa para colonizar as novas terras. Ao invés desta ter promovido o povoamento no intuito de levar àquelas terras e aos seus habitantes a civilização, as entregaram a particulares, pelo sistema de capitanias hereditárias. Para Machado, a Coroa poderia ter evitado muito derramamento de sangue se tivesse tomado, para si, a tarefa de civilizadora.

A Coroa, ao entregar a particulares a exploração daquele território acabou por atrasar o processo civilizatório, acabou por inviabilizar a sua marcha. O domínio do território e, conseqüentemente, o início do processo de civilização se daria a partir do momento em que os conflitos entre portugueses e indígenas cessassem. Conflitos esses que tiveram início por conta da cobiça e da ambição dos colonizadores que escravizavam e exploravam os índios, fazendo com que estes se revoltassem e lutassem contra o avanço da colonização a rejeitando. Como iriam aderir à vida social, se os agentes da civilização usam a força para explorar aqueles infelizes, se pergunta Machado.

Como podemos perceber, Machado está preocupado em apontar o porquê de se ter demorado a iniciar o processo de civilização do Brasil. Mais ainda, uma vez iniciado, o que teria acontecido para tal processo ter sido lento e truncado? O obstáculo estava no conflito entre portugueses e indígenas, não por estes serem um entrave à civilização e por isso precisassem ser eliminados, como queria Varnhagen.

Maximiano Machado acreditava que isto poderia ter sido evitado, e que o processo de civilização podia ter iniciado mais cedo e de uma outra forma, caso a Coroa tivesse seguido suas atribuições de promotora da civilização. Antes, diz Machado, deveria a Coroa ter enviado os religiosos, para que, pela brandura, fossem os índios trazidos ao grêmio da sociedade. Assim, os padres, enquanto instrumentos civilizadores do Estado, teriam evitado tantos conflitos entre portugueses e nativos. Possivelmente, se isto tivesse sido feito, o Brasil estaria figurando entre as demais sociedades civilizadas e desenvolvidas do mundo.

O processo de civilização da Paraíba, conforme demonstra Machado, também foi tardio e violento. A capitania passou anos “esquecida” por conta da incompetência dos seus donatários que não conseguiram colonizá-la, sendo preciso a intervenção da Coroa para conter os avanços dos índios às capitanias de Itamaracá e de Pernambuco, que, por conta das suas relações com os indígenas, estavam ameaçadas. A Coroa iria, com a colonização da Paraíba, tentar corrigir os erros dos particulares proprietários dessas donatarias.

Para Machado, o processo de conquista da Paraíba demonstrou justamente esse embate entre a tentativa de civilizar o Brasil e a rejeição da civilização pelos nativos; tal rejeição emperrava a marcha do progresso. Muito sangue foi derramado por conta do erro original da colonização. Contudo, era fundamental para a civilização resgatar aqueles índios; o processo de conquista da Paraíba apenas se “completou” quando eles foram “civilizados”.

3.2. Os Indígenas na Conquista da Paraíba

A conquista do rio Paraíba foi motivada, principalmente, por conta dos ataques que os índios Potiguara deflagraram contra as capitanias de Itamaracá e Olinda a partir dos anos sessenta do século XVI. O território, antes, fazia parte da capitania de Itamaracá que, como vimos, fora devolvido à Coroa portuguesa por impossibilidade dos herdeiros de Pero Lopes de Sousa, antigo donatário, controlarem a vasta extensão de terra. Esta se estendia desde a barra do rio Goiana até a Baía da Traição. E era justamente dessa região que saíam os ataques dos Potiguara. Estes, por sua vez, estavam apoiados pelos franceses, seus parceiros no negócio do pau-brasil.

O rio Paraíba seria o local onde o conflito entre os Potiguara e os portugueses iria decidir a posse do território em jogo. Conquistar esse rio era o primeiro passo para se dominar a região que viria a ser a Paraíba. Mais ainda, conquistar o Paraíba significava dar mais um passo para o avanço da civilização.

Essa situação impedia o desenvolvimento das capitanias de Itamaracá e Pernambuco. Machado pinta um quadro desolador desta última, ressaltando que, por conta dos ataques dos Potiguara, unidos aos franceses, a capitania mal conseguia colocar seus engenhos para moer sem seus moradores serem molestados pelos indígenas. Contudo, alguns colonos não se intimidavam e tentavam se instalar nos limites de Itamaracá. Eis que, como exemplo, Machado traz à cena a figura de Diogo Dias. Este colono recebeu autorização de Jerônimo de Albuquerque, então donatário da capitania de Itamaracá, para se estabelecer com seus familiares, alguns colonos e soldados – ao todo seiscentas pessoas, segundo estimativas de Machado – na várzea do rio Goiana, limite com o território do que viria a ser a Paraíba (1977, p. 43).

Essa atitude de Diogo Dias foi, segundo Machado, vista com preocupação pelos franceses. Estes entendiam que, se esse senhor de engenho obtivesse sucesso com aquelas instalações, logo outros colonizadores iriam segui-lo. Assim sendo, o comércio do pau-brasil estaria ameaçado. Os franceses então “resolveram de acordo com estes [os índios] atacar aquelle Diogo Dias, leval-o de vencida e exterminar-o de modo á conter os portugueses no recinto de suas povoações.” (MACHADO, 1977, p 44).

Isto acertado, Maximiano Machado narra como todo o ataque se passou. É interessante notar que, neste episódio como em alguns outros que veremos mais adiante, o autor coloca os indígenas como auxiliares conduzidos pelos franceses ao ataque. A iniciativa não teria partido daqueles e sim destes. Machado jamais imputa aos indígenas qualquer responsabilidade. Suas ações sempre são orquestradas pelos europeus, quer quando aliados dos portugueses, ou dos franceses ou, mais tarde, dos holandeses. Estes insuflavam os índios a guerrearem a seu favor conforme as circunstâncias. Certamente os europeus deveriam saber, através das alianças estabelecidas, como lidar com os indígenas para terem o seu apoio quando necessário. Como vimos anteriormente, Machado destaca que os franceses, diferentemente dos portugueses, tratavam os indígenas “com respeito e amor”; sendo assim, nada seria mais coerente que tivessem boa figura dos franceses e uma péssima imagem dos portugueses. Portanto, Machado credita à ação dos portugueses, mais precisamente à sua cobiça, a culpa por fazerem vir à tona essa face cruel e sanguinária dos indígenas.

Assim, é bastante emblemático quando o autor diz, referindo-se ao início do ataque ao estabelecimento de Diogo Dias, que as canoas que conduziram os índios, “eram dirigidas por franceses” (p. 44). É como se os Potiguara estivessem sendo guiados, como peças de guerra, ao ataque. Ao narrar os episódios, no entanto, não se refere a nenhum ato cometido pelos franceses, mas, ao contrário, os atribui exclusivamente aos Potiguara e à sua ira devastadora.

Os índios atearam fogo nos canaviaes, e o incendio veio dar ao combate um aspecto medonho, mostrando á luz de impectuosas labaredas todo o horror do desespero e da morte.

(...)

O valor por fim cedeo ao numero, e a victoria se proclamou pelos potyguares no meio de uma algazarra infernal. Seiscentos homens foram mortos da parte de Diogo Dias. Elle, seu irmão, duas filhas, um filho, seus cunhados, um genro, tres netos faziam parte dessa horrorosa carneficina!

(...)

Levaram os índios tudo quanto puderam conduzir, e o que não puderam levar consumiram: mataram cavallos e bois, incendiaram as casas e reduziram toda a fazenda á um montão de ruinas (MACHADO, 1977, p. 44-45).

Esse massacre desencadeou ações mais enérgicas da Coroa portuguesa em relação à conquista da Paraíba e à submissão daqueles indígenas. A todo o momento, em seu livro, Machado ressalta a preocupação do governo português com a contenção dos Potiguara. O governo entendia que, caso não fossem expulsos os franceses e não se submetessem os indígenas, as capitanias de Itamaracá e Olinda estariam em apuros. A ordem para se conquistar a Paraíba havia sido dada pela Coroa após aquele massacre. Contudo, nenhum dos encarregados da tarefa conseguiu escapar das emboscadas dos Potiguara, sofrendo baixas consideráveis e retornando sem sucesso.

Apesar de várias investidas, os portugueses não obtiveram nenhum avanço significativo. Foi só com a ordem do governador geral, Diogo Lourenço da Veiga ao capitão João Tavares, de que este fosse ocupar a ilha da Gamboa – mais tarde conhecida como ilha da Restinga, localizada no rio Paraíba – que os portugueses conseguiram um relativo progresso.

João Tavares, segundo Machado, reuniu um grupo de colonos para ocupar aquela ilha com o objetivo de levantar-se ali um fortim. O autor ressalta que o capitão, sem ter feito mais nada do que atravessar o território e se colocar naquela ilha, foi por isso tolerado pelos índios. Ou seja, como ele não havia molestado nenhum Potiguara, pode se instalar tranquilamente no lugar. “João Tavares esquecido, e sem recursos para se manter e fazer alguma cousa de util, procurou retirar-se para Pernambuco e o conseguiu sem ser encommoado pelos indios, que pouco ou nenhum caso tinham feito d'elle e da sua pouca gente, alem de o observar”

(MACHADO, 1977, p. 48). Mesmo assim, não tendo recebido do governo o apoio necessário para a manutenção do forte e da sua gente, o capitão o abandonou e retornou para Olinda. João Tavares seria figura fundamental para a historiografia paraibana no episódio de conquista definitiva do rio Paraíba.

Nesse ínterim, Machado traz à cena o comerciante Frutuoso Barbosa. Este foi designado pela Coroa para render João Tavares e dar continuidade à empresa da conquista. Em troca, seria nomeado governador da Paraíba, tendo direito de explorar e comercializar nesse território. Mais uma vez, Machado recupera a conjuntura européia para demonstrar a repercussão na Paraíba. Desta vez, é a União das Coroas Ibéricas que atrasa a partida de Frutuoso Barbosa para o Brasil e a nova ação de conquista. Ao chegar a Pernambuco, Barbosa tenta sua primeira investida contra os Potiguara. Não obteve sucesso, apenas perdas. Dentre elas, seu filho, morto durante a empresa. Desta forma, retirou-se para a Bahia até organizar-se uma nova investida.

Maximiano Machado aproveita o ensejo de Frutuoso Barbosa ter sido enviado diretamente pela metrópole para dar conta da situação da Paraíba e critica, mais uma vez, os colonizadores por sua cobiça. Machado denuncia que os donatários ou seus prepostos não gostaram da idéia da Paraíba ser conquistada por um comerciante enviado do reino, pois, nessa atitude da Coroa enxergaram um precedente em que esta poderia arbitrariamente retirar, dos donatários e de seus herdeiros, poderes e direitos conseguidos por ocasião da doação das capitanias. Não apoiaram aquela ação, mesmo que desta resultasse a dispersão dos índios, cujas correrias tinham sido sempre tão “fataes á causa da civilização e do progresso (...)” (MACHADO, 1977, p. 51).

Os donatarios se queixavam em particular d’aquella pretendida usurpação, ainda que fosse em seu proveito e bem estar dos povos; preferiam grandes territorios incultos, a pobreza e o terror á abundancia e á tranquillidade dos colonos á sacrificarem algumas leguas de terra, onde por seus esforços e recursos jamais chegariam os beneficios do trabalho e da civilização (...) (MACHADO, 1977, p. 51).

Os donatários ficaram com receio de que a conquista da Paraíba, sendo feita por mando da Coroa, pudesse abrir um precedente para uma intervenção em suas propriedades.

Machado aponta que quem mais sofreu com tais intransigências foram os moradores. Estes, cansados de tantos ataques, se uniram e enviaram um representante diretamente à Bahia para pedir providências ao governador geral. Em resposta, foi nomeada uma junta de homens para organizarem novas investidas de conquista da Paraíba. Entre eles, Frutuoso Barbosa e

Martim Leitão, o Ouvidor Geral do Estado do Brasil. Este seria o articulador fundamental daquela empresa.

Saindo da Bahia e dando início à organização da expedição em Olinda, prepararam, sem demora, um ataque para se estabelecerem à margem do rio Paraíba. Com muito custo, conseguiram se instalar ali e levantar o forte São Filipe. Contudo, sob forte pressão dos ataques dos Potiguara, apenas alguns conseguiram se manter no forte enquanto os demais recuam para Olinda.

Os potyguares, animados com a victoria alcançada contra forças numerosas, apresentaram-se em frente a fortaleza para tomal-a de assalto. Eram elles em grande numero, e tal a audacia nos diversos ataques que dirigiam, que talvez conseguissem o seu fim, se a furia da artilheria, que cruamente os despedaçava, os não detivesse.

(...)

Os potyguares continuavam a dirigir repetidos ataques contra o forte, e quando o não faziam, os rebates traziam a todos em movimento. Afinal conseguiram alliança com o celebre Pyrajyba, o mais poderoso da tribu tobajara (MACHADO, 1977, p. 61).

Essa aliança entre os Potiguara e os Tabajara, à qual Machado se refere, é de fundamental importância para o desenrolar dos acontecimentos da conquista do Paraíba. Estes indígenas, sob as lideranças de Piragibe e Guiragibe, fariam toda a diferença enquanto aliados dos Potiguara. Os portugueses sabiam que, se aquela aliança continuasse, a conquista estaria comprometida.

Para o sucesso da colonização portuguesa nas novas terras, e, de certo modo, de qualquer outra nação que buscasse se estabelecer nesse território, um dos fatores decisivos era a aliança que se estabeleceria com os nativos. Sem o “auxílio” destes, a empresa colonial seria inviável, devido a dois motivos principais: o desconhecimento da região e a falta de contingente para a sua defesa e povoamento. Os índios, ao longo de todo o processo colonizador, tiveram papel fundamental não apenas na sobrevivência dos colonizadores na região, mas, sobretudo, no processo que garantiria, mais tarde, a posse efetiva da terra (PEREIRA, 2009).

Machado, então, discorre sobre como aquela aliança era fundamental para os Potiguara, e como os portugueses sabiam disso e precisavam reverter a situação buscando desfazê-la e atrair aqueles chefes para o seu lado. Desta feita, demonstra como Martim Leitão buscou, a todo custo, seduzir Piragibe a deixar os Potiguara e unir-se aos portugueses. É interessante que Machado via naquela atitude de Martim Leitão muito mais do que apenas o esforço para conseguir um aliado de guerra:

As grandes vantagens, que deveriam resultar deste acontecimento para as duas capitanias e para a conquista e povoação do Parahyba, tinham sido muito bem apreciadas e atendidas por Martim Leitão, que nestas cousas via longe, e com olhos de verdadeiro político. Não era somente arredar dos potyguares tão valioso auxiliar, era introduzir entre elles a desmoralisação, incitando-os á deixarem a vida dos bosques e á procurarem a sociedade, onde iriam achar provas em contrario do que dos portugueses lhes diziam os franceses; era arredar e mesmo nullificar a influencia destes; era pelo menos fazer trocar os papeis que nesta luta representavam os tobayaras, fazendo que estes fossem os guardas avançadas dos portugueses em vez de serem dos potyguaras. (MACHADO, 1977, p. 71).

Embora Piragibe não tenha aceitado o acordo com Martim Leitão, chegou aos ouvidos dos chefes Potiguara que ele estava negociando com os portugueses. Aqueles, então, acreditando que estavam sendo traídos, saíram em busca do “valente e sagaz” chefe Tabajara, tido agora como traidor.

Martim Leitão, sabendo do resultado imprevisto da sua conversa com Piragibe, enviou dois emissários, “índios domesticados”, avisá-lo que os Potiguara pretendiam castigá-lo e que estava disposto a socorrê-lo “no caso de aceitar sua amizade” (MACHADO, 1977, p. 74). Dias mais tarde, Piragibe se encontrava sitiado pelos Potiguara em umas de suas posições próximo ao rio Paraíba e acabou por enviar um pedido de socorro a Martim Leitão, “aceitando a sua amizade segundo mandara offerecer” (p. 84).

Desta forma, o ouvidor reuniu alguns homens para socorrê-lo tendo João Tavares como chefe da expedição. Iniciou-se aí o que, para a historiografia do IHGP, é o momento primordial da história da Paraíba: o acordo de paz entre os portugueses e os Tabajara.

Logo que lançou anchora, desparou alguns tiros de peça, como para avisar ao chefe tobayara que o socorro por elle pedido não se havia demorado. O aviso, porem, produzio melhor reSultado; assombrados os potyguares com o que ouviam, levantaram o cerco e deitaram a fugir para o interior, suppondo-se ameaçados por gente de Olinda, e na impossibilidade de seguirem para a foz do Parahyba, donde lhes viera a noticia da occupação do forte pelas forças de Fructuoso Barbosa.

(...)

Pyragybe, então livre do inimigo, mandou reconhecer o logar donde tinham vindo os tiros, e informado do acampamento de João Tavares tractou de entender-se com elle por meio de enviados, e a paz foi concluida no dia cinco, dia da invocação de N. Senhora das Neves, que ficou sendo a padroeira da povoação, que logo depois se deo começo, e sob cujo amparo ainda hoje se mantem (MACHADO, 1977, p. 85).

O dia 05 de agosto marca, para a historiografia do IHGP, o nascimento da Paraíba. Todo um universo simbólico seria criado por ela em torno do evento da paz entre os

portugueses e os Tabajara. O IHGP, no esforço de construir a história oficial da Paraíba, ressaltando uma identidade comum a todos que nasciam nesse território, construiu a idéia de “paraibanidade”, constituída por virtudes tais como a coragem, a força, o pacifismo, que todo paraibano possuiria. Isto pelo fato da Paraíba ter surgido de um ato de paz (DIAS, 1996). Contudo, esse evento de paz, na realidade, marca o momento em que as forças portuguesas conseguem um aliado de peso, os Tabajara, contra os Potiguara. O território estava ainda longe de ser dominado. Muito sangue ainda seria derramado, devido ao constante estado de beligerância, até a capitulação dos Potiguara em 1599. Portanto, quatorze anos ainda se seguiriam daquela guerra de conquista (GONÇALVES, 2007).

Interessante que, para Machado, a data de 05 de agosto de 1585 significa que os portugueses, a partir daí, estavam em vantagem, relativamente seguros. Mas muita coisa ainda deveria ser feita, até o estabelecimento concreto da Paraíba.

Com a paz que acabava de firmar, decahia consideravelmente o poder dos potyguares, e o que convinha fazer era aproveitar todas as vantagens da situação: repellar os naturaes para o Rio Grande, embaraçando por este meio a intervenção dos franceses, e os esforços empregados para se estabelecerem no Parahyba; fortificar os postos occupados antes que estes tornassem pelo verão á dirigir novos ataques; povoar a terra; chamar ao gremio da civilisação os novos alliados; tratal-os como homens, douctrinando-os e defendendo-os dos assaltos dos seus inimigos (MACHADO, 1977, p. 86). (grifos nossos)

Para Machado, o fato de terem acordado a paz foi de extrema importância para as capitanias de Itamaracá e Olinda, assim como para o início da capitania da Paraíba. Relata como os moradores de Olinda receberam, com alegria, alguns índios Tabajara que foram ao encontro de Martim Leitão, que lá se encontrava, para agradecerem por seu apoio. Relata, ainda, que o Ouvidor, tendo passado alguns dias, foi se encontrar com o chefe Piragybe para saudá-lo pela aliança.

No dia 29 [outubro] foi elle [Martim Leitão] recebido á uma legua de distancia pelo chefe tobayara, principaes e muitos indios todos bem vestidos, assim como pelo capitão João Tavares e alguns dos seus. Martim Leitão ao encontral-os, apeou-se do seu cavallo, bem como todos os da sua comitiva; abraçou Pyragybe e no meio de muita festa e alegria fez sua entrada na povoação, onde foi recebido com grande alvoroço (MACHADO, 1977, p. 87).

Só então, reunidos os indígenas, Martim leitão, João Tavares, Fructuoso Barbosa e alguns outros notáveis, é que se decidiu finalmente, após a ameaça dos Potiguara ter sido

temporariamente afastada, se iniciar as construções da nova povoação que viria a ser a Paraíba.

(...) em dezembro recebeu o nascente povoado o título de cidade, com a denominação de *Filippéa*, em honra e obsequio ao soberano (...) o forte só ficou concluído em Janeiro (...) Os tobayaras prestaram juramento de obediência e vassalagem ao rei de Castella, prometendo ser amigos e inimigos dos amigos e inimigos do soberano e dos que governassem em seu nome. (MACHADO, 1977, p. 88).

Contudo, a conquista da Paraíba ainda não estava definida. O rio havia sido conquistado e a povoação iniciada, mas a guerra contra os Potiguara e seus aliados franceses continuava. Estes haviam se dividido entre a serra da Copaoba, a oeste, no interior, e a Baía da Traição, no litoral norte. Trataram, então, os portugueses de tomar a ofensiva antes que aqueles resolvessem voltar a atacá-los.

Machado relata detalhadamente, a partir daí, como teriam sido esses ataques dos colonizadores e seu avanço no território dos Potiguara. Registra tudo como uma verdadeira epopéia liderada por Martim Leitão, tendo que enfrentar as fortificações levantadas por franceses, que, como o autor deixa transparecer, estavam bastante à vontade na região. No meio de sua narrativa, aproveita para louvar as ações do Ouvidor. Diz ele,

Os esforços empregados por esse honrado magistrado e nobilíssimo capitão em levar ao cabo a difícil empreza da conquista da Parahyba, com os pequenos recursos de que podia dispor, e esses mesmos muitas vezes embaraçados pela má vontade ou pela desidia, são credores de sinceros reconhecimento pela observancia do dever que sempre soube mostrar, pelo zelo e actividade que desenvolveu em todo o curso dessa espinhosa comissão, não olhando para seus commodos nem mesmo para os perigos á que expunha sua vida (MACHADO, 1977, p. 91).

Martim Leitão foi informado pelos homens de Piragibe que os franceses estavam ao lado dos Potiguara retirando pau-brasil na serra da Copaoba. Dá-se novo confronto, porém agora, segundo Machado, os franceses saíam daquela Baía e a ação dos Potiguara ficaria restrita àquela serra.

Os franceses tendo a noticia da sua derrota, e da destruição de grande parte do carregamento dos seus navios, receiosos de serem atacados por navios portugueses, fizeram-se de vela da Bahia da Traição, deixando assim em paz os habitantes da Parahyba. (MACHADO, 1977, p. 91).

O que é interessante, nessa perspectiva de Machado, é que o grande problema era a presença daqueles “estrangeiros”. Os Potiguara, na realidade, agiam daquela forma por culpa

dos europeus, tanto portugueses por suas ganâncias, quanto franceses, porque os incitavam ao ódio contra os portugueses. Para Machado, deixando os franceses de incitar os Potiguara, e os colonizadores mudando suas atitudes em relação a estes últimos, logo seriam incorporados “ao gremio da civilização”.

Machado em nenhum momento menospreza os Potiguara. Ao contrário, exalta-os, e principalmente aos seus líderes. O autor compreendia que os indígenas viviam em outro estágio evolutivo, um estágio inferior. Tal como crianças, necessitavam ser tutelados e conduzidos em direção à civilidade. Estes, se bem catequizados e educados, em outras palavras, civilizados, poderiam chegar ao estágio evolutivo social no qual se encontravam os europeus. Prova disso seria D. Antonio Felipe Camarão, um indígena Potiguara que saiu da sua condição de selvagem para figurar entre os homens mais ilustres da colônia recebendo títulos militares da própria Coroa portuguesa. Biologicamente eram homens, socialmente eram animais selvagens e precisavam ser direcionados à vida social. Daí ele se referir aos indígenas com expressões tais como “celebre Tyjucupaba, o mór-principal dos potyguares” (1977, p. 91)(grifos nossos), ou a Pyndaçama, “um dos mais notaveis chefes da nação potyguar” (1977, p. 93) (grifos nossos). Os Potiguara eram inimigos temporariamente, até que compreendessem que a civilização era a melhor e a única opção. Contudo, os franceses por um lado, e os portugueses ambiciosos por outro, os impediam de enxergar os benefícios da vida social.

Para Machado, os religiosos, com seu projeto de catequese, teriam papel fundamental na incorporação daqueles indígenas na sociedade. Os aldeamentos criados pelos jesuítas e depois administrados por outras ordens, tais como franciscanos, beneditinos e carmelitas, livravam os indígenas do assédio dos colonizadores ao mesmo tempo os atraindo para a vida social.

Ao discorrer sobre a chegada dos franciscanos a Olinda, em 1585, ressalta a importância de suas primeiras ações naquele lugar. Criaram, perto do seu convento, um seminário para intensificarem a catequese. Machado ressalta que,

Foram na verdade mui grandes as vantagens, que resultaram desta instituição, apesar dos embaraços opostos por alguns moradores, que não queriam ver nos indios senão escravos ainda que contra todas as leis da natureza e principios de humanidade. Tudo, porem, venceu a perseverança e o zelo religioso desses virtuosos padres.

(...)

Neste pequeno instituto ensinavam a ler e escrever, instruiam nos preceitos da religião e inspiravam todos os sentimentos do dever. Sempre attentos ás propensões do espirito, e reconhecendo que os catechumenos eram inclinados á musica, buscaram mestres que os ensinavam a cantar e a tocar, e

com este poderoso instrumento de civilização conseguiram que muitos índios mandassem seus filhos ao gremio da sociedade (MACHADO, 1977, p. 112). (grifos nossos)

Para Machado, ao contrário de Varnhagen, os indígenas não seriam um obstáculo à civilização. Antes, o processo civilizatório só lograria êxito quando eles fossem incorporados. Nesse sentido, Machado critica a política de conquista da Coroa que privilegiou a ambição de particulares ao invés de promover a civilização dos nativos, evitando os conflitos, o derramamento de sangue, e, conseqüentemente, o atraso civilizacional no qual se encontrava o Brasil, em sua época, em relação às demais sociedades do mundo.

Na Paraíba, não seria diferente. Como podemos perceber, os religiosos conduziram os indígenas, através dos bons tratos, à civilização. Mesmo que Machado, num primeiro momento, apoiasse e elogiasse a ação dos jesuítas em defender os indígenas do assédio dos colonos, passa a criticá-los após a sua chegada à Paraíba. Para Machado, os jesuítas estavam com “inveja” da grande aceitação que os franciscanos conquistavam. Sentimento que atrasava o objetivo principal que seria o progresso da civilização: “sentiram-se os jesuitas summamente contrariados com aquela aceitação e influencia e vendo que perdiam no animo da população principiaram a maquinar surdamente” (MACHADO, 1977, p. 115).

No segundo tomo da sua obra, especialmente no segundo capítulo, em que trata, dentre outros assuntos, do “ESTADO DAS ORDENS RELIGIOSAS – SEUS SERVIÇOS – SEUS PROGRESSOS E DECADÊNCIAS”, Machado denuncia que os jesuítas da Paraíba eram tolerantes em relação às práticas dos indígenas, que iam desde as suas danças rituais – “cantigas brutas e gentílicas” – até o uso de amuletos – “divisas que os índios costumavam levar á guerra por consulta aos pagés” –, o que, além de contrariar os princípios da igreja, contrariava ainda a ordem moral e civil, causando problemas de obediência ao governo. Acreditar naquilo que, para Machado, seria superstição, mantinha os índios apegados às suas crenças ancestrais, renegando os ensinamentos da Igreja Católica. O autor assevera que tal tolerância dos jesuítas, tinha por efeito “influir no retardamento da marcha do progresso (...)” (1977, p. 349) (grifos nossos). Para Machado, essa condescendência dos jesuítas era proposital. Misturar crenças pagãs a cerimônias católicas criou uma teogonia peculiar que mantinha os índios ao lado daqueles sacerdotes. Ele ainda chama atenção para o fato de que essa mistura de crenças conseguiu atravessar o tempo e se fazer presente na cultura dos homens do campo, para o autor esse era um sinal do atraso social do sertão:

Ainda hoje na gente rude dos campos não falta quem acredite no prenuncio funesto do canto da peítica, quem não sinta pavor de penetrar só no

embrenhado das florestas, quem não attribua á caipora certas contrariedades na vida, quem não suponha verdadeira a presumpção de terem alguns valentões o corpo fechado; é que nessa gente subsiste a crença do poder sobrenatural dos seres subalternos dos deuses dos selvagens. E ao mesmo tempo que se confessa, ouve missa e reza o terço, não ha quem retire do seu espirito essas abusões, toleradas ao principio pelos jesuitas, confundidas depois nas crenças e por fim transmittidas ás gerações até o presente (MACHADO, 1977, p. 350) (grifos nossos).

Esses sacerdotes que, para o autor, foram de grande importância logo nos primeiros anos da colonização, se tornaram empecilhos para o progresso da civilização, chegando a impedir o trabalho de outras ordens religiosas, tais como a dos franciscanos.

O autor revela, em tom de reprovação, as ações dos jesuítas para sabotarem os franciscanos. Para Machado, ao atentarem contra estes, os jesuítas punham em risco tudo aquilo que já se tinha feito em prol da civilização na Paraíba. Para ilustrar uma dessas ações, Machado cita um episódio narrado por Southey, no qual alguns índios na Paraíba estariam formulando um culto ritual, baseado no “cristianismo dos jesuítas”, no qual elegeram um papa indígena, bispos abaixo dele e alguns presbíteros. Haviam estabelecido colégios tais como os jesuítas e alguns rituais religiosos parecidos, no intuito de reunirem pessoas para se voltarem contra os portugueses. Maximiano Machado acredita que indígenas e mamelucos não teriam capacidade para orquestrar tamanho embuste. Para ele, aquilo era obra dos jesuítas.

Mamelucos e semiconversos não tinham capacidade, pelo estado de ignorancia em que viviam, de organizar um systema de embuste, menos que superficial, para converterem as funções e practicas do christianismo dos jesuítas em meio d’exterminio dos portugueses. E’ mais certo que elle fosse organizado pelos padres da companhia, que, para se eximirem de qualquer responsabilidade e comprometimento o atirassem depois á conta daquelles (MACHADO, 1977, p. 117). (grifos nossos).

O interessante nessa questão do conflito entre estas ordens é que Machado mostra, mais uma vez, seu posicionamento em relação ao processo civilizatório. Ele apóia todas as ações que visam trazer o indígena para a sociedade, como se isso garantisse que, enfim, a civilização não enfrentasse mais percalços. Mostra-se radicalmente contra e crítico de todas as ações que atrasam esse processo. Podemos perceber que acredita que, inexoravelmente, o processo civilizatório ocorrerá, o problema são os empecilhos e os atrasos causados pelas más ações dos homens.

Depois da expulsão dos jesuitas, as cousas correram mais regularmente, e quando já não servissem de prova contra elles os factos que se lhes attribuiam, e a resolução do governo mandando-os despedir da capitania, o

estado prospero, em que se achavam as aldeias, depois da sua retirada, dava bem a conhecer que o germen das perturbações não estava longe delles (MACHADO, 1977, p. 119).

Desta feita, o processo de civilização da Paraíba caminhava. A ação dos Potiguara agora estava reduzida à serra da Copaoba, de onde lançavam ataques esporádicos à cidade. Contudo, nada que compromettesse os moradores. Os “estrangeiros” ainda continuavam atacando o litoral, auxiliados pelos Potiguara. Porém, o progresso da Paraíba estava no rumo certo. A agricultura e a catequese avançavam e faziam a capitania prosperar (MACHADO, 1977, p. 129).

Ao encerrar a narrativa da conquista da Paraíba, Machado se volta para uma questão bastante peculiar: a origem daqueles povos que habitavam o território antes da chegada dos europeus. Pergunta-se: “mas donde tinham vindo esses indomáveis inimigos, esses valentes potyguares que com tanto esforço defendiam o seu paiz? Procediam elles, pelos seus antecedentes, da Azia, da Europa ou da Africa?” (MACHADO, 1977, p. 101).

Entendendo que não seria uma tarefa fácil para nenhum estudioso ter certeza de onde eles teriam vindo, pela destruição de suas culturas pelos europeus, Machado irá especular a respeito. Lamenta que

Os conquistadores do Novo Mundo fizeram como os romanos, destruíram os caracteres anthropologicos das sociedades indigenas; os missionarios aboliram as memorias da idolatria com a propaganda da religião christan; a politica dos governos europeus apagou os vestigios da nacionalidade americana; e o que hoje resta é o esforço do sabio ou do philosopho na investigação da origem desses povos, que contra as leis do progresso humano chegaram até a degeneração dos sentimentos moraes! (MACHADO, 1977, p.101) (grifos nossos).

Misturando religião e ciência, reportando-se a uma interpretação bíblica-monogenista da origem do homem, assim como se apoiando na teoria da dispersão humana através de ligações entre os continentes, Machado busca encaixar os Potiguara nessa marcha da Humanidade, o que explicaria sua origem e como teriam chegado até a Paraíba. A partir disso, tenta compreender como teriam se degenerado intelectualmente.

Senão se pode aceitar a existencia de outros homens fóra da sua derivação commum, porque seria isso combater as tradições biblicas; e se na Azia teve a familia humana o seu berço como tambem não se pode contestar; a emigração só se podia operar como se operou a dessiminação dos primeiros homens por passagens que ligassem os continentes entre si (...) (MACHADO, 1977, p. 102).

Se tinham uma origem comum, se eram herdeiros de antepassados sábios que ergueram grandes civilizações, questiona-se Machado, como então explicar que estivessem atrasados em relação à civilização?

A raça semítica era a mais ilustrada desde mesmo os primeiros tempos. Soube ella conservar as tradições dos patriarchas, relativas a sciencia humana e aos dogmas da religião; e á admitir-se que os americanos procedem dessa raça; como explicar o deploravel estado em que foram encontradas as tribus brasileiras, e a maior parte das da America do Norte, quando alias os mexicanos e peruvianos mostravam pelos seus monumentos, pelas relações sociaes e pelas tradições, que conservavam, um estado adiantado de civilisação? (MACHADO, 1977, p. 102).

Como teriam se afastado da civilização, como haviam se degenerado? Machado sabia que não conseguiria obter as respostas, só poderia conjecturar. Nada mais restava a fazer do que, pelo menos, “reconduzir” estes infelizes à civilização.

A teoria de Machado era de que, na realidade, o que houve foram diversas migrações de povos para as Américas. Uns mais adiantados do que outros, vindo tanto pelo estreito de Behring quanto por outros lugares. Nisso acredita que alguns povos que povoaram a América do Sul, dentre eles os indígenas do Brasil, seriam, por não terem deixado vestígios de uma civilização adiantada, descendentes de povos também menos adiantados:

O que supomos mais natural é, que semelhantes tribus proviessem da raça *caucasea*, producto hybrido de individuos de diversas castas, que se encontraram pelos montes Atai ao Caucaso, donde sahiram os tartaros, e destes os – tongús e mongoes.

(...)

Queremos suppor que destes surgissem as tribus brasileiras, como as outras menos adiantadas em civilisação, e que effectuassem a sua passagem pelo norte para as duas Americas (MACHADO, 1977, p. 104) (grifos do autor).

Acreditando que esta seria a origem dos indígenas no Brasil, Machado tenta desvendar outro problema, o de como teriam se originado dois grupos indígenas distintos que ocupavam o litoral, à época do descobrimento. Seriam esses grupos os Tupi e os Tapuia²⁷. Demonstra algumas características físicas para marcar a diferença entre eles. É interessante que, no que se refere aos Tapuia, Machado se apóia nas descrições feitas por alguns cronistas holandeses, possivelmente, a partir da documentação conseguida com José Higino, como vimos mais acima.

²⁷ Tapuia é uma palavra Tupi que designa o outro indígena não-tupi. Geralmente os Tapuia pertencem ao grupo lingüístico Jê. (GONÇALVES, 2007, p. 39).

Em contraponto aos Tapuia, apresenta os Tabajara. Estes seriam mais adiantados na questão da organização social, que pode ser um pouco mais desenvolvida do que a daqueles. Faz uma descrição física dos Tabajara apontando suas características. Para Machado, os Tupi que ocupavam o litoral descendiam dos Tabajara e argumenta, a partir de estudos lingüísticos, que estes vieram antes dos Tupi. Segundo ele, algumas palavras teriam um significado que apontaria para a anterioridade daqueles. Detém-se a descrever um pouco da sua organização social, suas crenças e costumes.

Para conectar a mesma procedência entre Potiguara e Tabajara, Machado, mais uma vez, se aporta na lingüística. Para ele, se todas as línguas descendem de uma só, variando apenas por escolhas humanas, quanto menos diferente for um idioma em relação a outro, mais próximos serão os dois povos. Nesse sentido, como os Tabajara e os Potiguara falam uma língua muito parecida, além de terem costumes também parecidos, então, deveriam ser o mesmo povo. A partir dessa conclusão, explana a respeito dos Potiguara:

Formavam os potyguares uma grande nação, que se estendia da margem septentrional do rio Parahyba ao Jaguaribe no Ceará, tendo por vizinhos os tapuyas ao norte e os tobajaras ao Sul, com os quaes viviam quasi sempre em guerra. Eram respeitados e temidos pelo seu valor nas armas, nas quaes praticaram feitos dignos da historia. Por vezes assenhorearam-se de grande parte do territorio ao Sul daquelle rio levando de vencida os tobayaras, expellindo-os das suas possessões de Itamaracá, Goyanna e Olinda, e os cahetés até quasi ás margens do S. Francisco.

(...)

Dispunham de trinta mil combatentes, e alliados com os franceses causaram serios damnos á portuguezes e hespanhoes.

(...)

Eram grandes lavradores e estavam sempre providos de todos os mantimentos necessarios á vida.

(...)

A má politica dos portuguezes, por um lado, querendo submettel-o a ferro e fogo á civilização do captiveiro e dos trabalhos forçados, e a ambição dos franceses, por outro, fazendo-os inimigos irrecomsiliaveis daquelles por um odio sempre crescente que se transmittia de paes á filhos, produziram o que se devia esperar – a quasi extincção desse povo intelligente, valoroso e leal – como falla bem alto o vulto venerando de Camarão -. E tudo isso quando o paiz precisava de homens para povoal-o, e que regassem a terra inculta com o suor da industria! (MACHADO, 1997, p.111) (grifos nossos).

É interessante perceber a preocupação de Machado em buscar conhecer melhor aqueles índios que viviam no território da Paraíba, tentando identificar a sua origem para compreender quem seriam. A passagem que grifamos é bastante emblemática e nos ajuda a compreender um pouco mais o que ele pensava a respeito desses indígenas. Diz ele que a política portuguesa de cativo acabou por colocar os indígenas contra os lusitanos, mais

ainda, contra a civilização. Esse ódio que os indígenas sentiam pelos portugueses fomentava os conflitos, o que quase os levou à extinção. Como podemos ver, pelo elogio de Machado, isto seria um desperdício. Para ele, se, ao invés daquela política gananciosa em que apenas se visava o lucro, a Coroa tivesse investido em mais missões religiosas para trazê-los à civilização, esses indígenas poderiam ter sido de grande utilidade para a nação. E, para sustentar sua argumentação, refere-se a D. Antônio Felipe Camarão, um dos heróis da Restauração.

Junto com João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e Henrique Dias, Camarão se tornaria, após a vitória contra os holandeses, um ícone do movimento restaurador, sendo lembrado pela historiografia nativista, como um dos “homens que por bravura e patriotismo expulsaram o invasor holandês”²⁸.

Como expoente de uma interpretação patriótica dessa luta, Varnhagen escreveu um dos livros clássicos da historiografia brasileira que tratam da ocupação holandesa no Brasil, o *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*²⁹. A obra foi escrita, como o autor mesmo admite, com o intuito de incentivar os soldados brasileiros que lutavam na guerra do Paraguai:

Achávamo-nos, por motivos de serviço público, no Rio de Janeiro, acidentalmente em Petrópolis, e ainda estava por decidir a titânica luta que o Brasil sustentou no Paraguai, e nem se quer as armas aliadas haviam vencido o Humaitá, e éramos testemunhas dos desfalecimentos de alguns, quando com o assentimento de vários amigos, pareceu-nos que não deixaria de concorrer a acoroçoar os que já se queixavam de uma guerra de dois anos, a avivar-lhes a lembrança, apresentando-lhes, de uma forma conveniente, o exemplo de outra mais antiga, em que o próprio Brasil, ainda insignificante colônia, havia lutado – durante 24 anos sem descanso e, por fim, vencido – contra uma das nações mais guerreiras da Europa, naquele tempo (VARNHAGEN, 2002. p. 11-12).

Felipe Camarão entraria para a historiografia como um herói da Restauração e um exemplo de patriota (PEREIRA, 2009). Para afirmar que Camarão era um índio “diferente”, que compreendia a importância da colonização portuguesa, e percebendo ainda que esta era irreversível, Varnhagen dizia:

²⁸ Tal leitura é fruto do chamado nativismo, que viu naquele movimento de restauração pernambucana o nascimento do sentimento patriótico do Brasil, no qual as três raças – o Branco, o Negro e o Índio – se uniram para se libertarem do jugo do invasor. A tese das três raças não se sustenta pelo simples fato de, também no lado holandês, estarem lutando Brancos, Negros e Índios, sendo o fenômeno de muita complexidade para se resumir em um ato de traição dos que lutavam ao lado dos holandeses, como o quis, por muito tempo, esse tipo de historiografia (MELLO, 2008).

²⁹ A primeira edição deste livro é de 1871. Estamos utilizando, neste trabalho, a edição de 2002 realizada pela Biblioteca do Exército.

Associado à causa da civilização, desde antes da fundação da Capitania do Rio Grande do Norte, o célebre varão índio não deixara de prestar de contínuo, aos nossos, importantes serviços, já contra os selvagens, já contra os holandeses, em todas as capitanias do Norte, desde a Bahia até o Ceará. Consta que este chefe era muito bem inclinado, comedido, cortês e no falar muito grave e formal; não falta quem acrescente que não só lia e escrevia bem, mas que nem era estranho ao latim. Ao vê-lo tão bom-cristão e tão diferente de seus antepassados, não há que argumentar entre os homens com superioridade de gerações; sim, deve abismar-nos a magia da educação que ministrada, embora à força, opera tais transformações, que de um bárbaro prejudicial à ordem social, pode conseguir um cidadão útil a si e à Pátria (2002, p. 248).

Nesse trecho, podemos perceber que a visão que o autor tem a respeito de Camarão é a de um índio “aculturado”, que já não possui mais nenhuma característica dos seus ancestrais “primitivos” e, por conta da educação recebida dos jesuítas, conseguiu se livrar da barbárie, e se tornou um “bom-cristão”, civilizado.

Como vimos, para Machado, as ordens religiosas teriam essa função, a de civilizar os indígenas, inseri-los na sociedade, e conseqüentemente torná-los úteis à Nação. Os Potiguara, como pudemos ver anteriormente, se não tivessem sido molestados pelos colonos ávidos por lucro e, antes disso, se tivessem sido catequizados, convertidos, civilizados, teriam se tornado vários outros “Felipes”.

A má política dos portugueses levou esses povos, que poderiam ser bem aproveitados para a civilização, a se revoltarem não apenas contra os europeus, mas sim contra a vida social. Para Machado, a conquista da Paraíba deveria ter sido aproveitada para corrigir aquele erro que a Coroa cometera, o de afastar esses povos da civilização. Seu dever seria trazê-los para o “grêmio da sociedade”. Apenas desse modo, o progresso da civilização poderia continuar avançando. Trazer os índios à sociedade significava elevá-los a um outro patamar evolutivo. Machado, tendo como parâmetro o modo de organização social europeu não reconheceria nos indígenas qualquer forma de sociedade. Ao contrário, estes viviam em um estágio evolutivo primitivo, impossível de elaborarem qualquer tipo de organização social. Tirá-los do atraso e conduzi-los à vida social, este seria dever do Estado através dos seus agentes religiosos.

Com a conquista da Paraíba e a efetiva construção da cidade de Nossa Senhora das Neves, conseguiu-se um momento de relativa tranquilidade em que a capitania começou a se desenvolver. Momento em que a agricultura começa a prosperar e o comércio a se movimentar, além de outros aspectos da vida naquele território. Machado destaca ainda que, nessa ocasião, as ordens religiosas começaram a se instalar no território conquistado estabelecendo suas missões junto aos indígenas e, desta forma, foram obtendo significativos

sucessos em relação à conversão e à catequese. Vencida aquela barreira da conquista, a civilização, agora, parecia realmente estar em marcha no território conquistado da Paraíba.

Tudo corria bem até que, no início do século seguinte à conquista da Paraíba, outra ameaça “estrangeira” poria em risco o seu desenvolvimento. Com a união das Coroas ibéricas, a América portuguesa fora submetida à Castela, sob o domínio do rei Felipe II. Este, levando adiante uma política expansionista, à medida que aumentava seu domínio via crescer o número de seus inimigos que não tardariam a voltar seus olhares para o Atlântico no intuito de conquistarem as rentáveis, porém desguarnecidas, terras do Brasil (MELLO, 2007). Seria a política “gananciosa” do rei Felipe II, conforme Machado, que colocaria a “pátria” em risco. Sua guerra contra os holandeses na Europa iria reverberar em todas as possessões espanholas no mundo. Portugal, sob o governo de Castela, iria herdar da Espanha também seus inimigos. Desta forma, os holandeses não tardaram a investir contra o Brasil, chegando a dominar a sua parte mais rica – as capitanias do norte - de 1630 até 1654. E é durante esse tempo, conhecido como o período holandês, que a civilização estagna mais uma vez. Agora não mais apenas o processo civilizatório da Paraíba estava ameaçado, e sim o do Brasil como um todo.

3.3. Os Indígenas na Guerra Holandesa

Vencida, então, a primeira etapa do desenvolvimento da Paraíba com a sua conquista efetivamente concretizada, marcando o início do processo civilizatório, segue-se a implantação das atividades econômicas - a agricultura, o comércio, a edificação da cidade e o estabelecimento de ordens religiosas para catequizarem os indígenas. A partir daí Machado se atém, ao longo de seis capítulos, ao episódio que, para ele, evidencia a grande prova de “patriotismo” dos “paraibanos” à nação “brasileira”: a guerra holandesa.

Para demonstrar como a Paraíba esteve envolvida no processo de resistência à invasão dos holandeses – tendo sido, inclusive, a última a cair diante do “inimigo”, e como ela colaborou para a Restauração, Machado narra os eventos desde a criação da Companhia das Índias Ocidentais (W.I.C) até o momento da sua expulsão do Brasil. Sua narrativa mantém o tom de uma epopéia, evidenciando os momentos de conflitos, de angústias e, finalmente, de glória dos paraibanos. Sua intenção é demonstrar que a Paraíba fora tão importante quanto Pernambuco nesse episódio, que os paraibanos foram tão patrióticos quanto os pernambucanos.

Pernambuco, onde esse grito [de guerra contra os Holandeses] foi erguido primeiro com entusiasmo e esperança, colheu, não ha negal-o os immacessiveis louros que embellezam a sua fronte gloriosa. E', porem forçoso confessar, por mais que seduzam os esplendores da fama, que elle não esteve só nessas horas tremendas em que se jogava a honra da patria. E quando seu coração estremecia no mais renhido da lucta pela anciedade do receio, a Parahyba estava ao seu lado envolta no sangue da peleja (MACHADO, 1977, p. VII, grifos nossos)

Como veremos, Machado busca demonstrar que a Paraíba deu sua contribuição para a unidade nacional. Quer, assim, escrevendo no século XIX, evidenciar a importância da província para a nacionalidade. Igualar a Paraíba a Pernambuco significava reivindicar respaldo político para aquela que, nos registros dos historiadores até então, sempre havia ficado à sombra desta.

Sua narrativa sobre o evento começa com uma crítica ao fato da Holanda ter concedido autorização para que uma companhia privada, a Companhia das Índias Ocidentais (WIC), pudesse atacar, conquistar e explorar as possessões de Castela. Faz uma apreciação crítica da criação dessa Companhia, principalmente pelo fato do Estado ter concedido tantos poderes a uma empresa particular. Mais uma vez, com críticas às ações particulares e às concessões feitas pelos Estados, Machado deixa transparecer a sua posição relativa às atribuições que deveria ter o Estado. Este deveria ser o promotor do desenvolvimento social, do progresso e da civilização, agindo pela coletividade. Para ele, a esfera particular não levava em conta essas atribuições. As motivações privadas eram mesquinhas, visavam apenas alcançar lucros e satisfazer a ambição de poucos.

Desta forma, podemos compreender a virulência de sua crítica ao Estado holandês por ter autorizado a criação da companhia:

A Hollanda estava no seu direito atacar as colonias hespanholas e occupal-as militarmente; mas permittir que uma companhia particular tivesse privilegio para fazel-o e dispor á seu bel prazer da propriedade publica e particular, quando ella não tinha semelhante direito sem renuncia expressa ou tacita da Hespanha, era um abuso inqualificavel, um crime que a historia não pode deixar de condemnar (MACHADO, 1977, p. 140).

Nesse sentido, sua crítica se assemelha à já feita à Coroa portuguesa por esta não ter tomado para si a empresa da conquista, povoação e colonização do Brasil. Ao contrário, instituiu as Capitanias Hereditárias e cedeu poderes a particulares. Estes visavam o lucro, o ganho particular. Talvez seja por isso que a conquista da Paraíba tivesse um elemento especial que a distinguia das outras unidades da nação, e que deveria ser evidenciado no estudo de Machado: ela fora conquistada por ordem direta da Coroa.

Interessante que, antes de entrar na questão dos holandeses propriamente dita, Maximiano Machado mostra como as ordens religiosas estavam se estabelecendo, propiciando a catequese dos indígenas, indicando que a colonização da Paraíba estava prosperando. Contudo, esse momento de avanço da civilização estava prestes a ser interrompido:

Quando tudo fazia crer no Brazil que um auspicioso periodo de paz, de trabalho e prosperidade, ia começar pelo desengano dos franceses, repellidos de toda parte, dos bandos de piratas que infestavam a costa e pela quasi geral submissão das hordas selvagens, toldavam-se os seus horisontes e soava o momento tremendo de uma luta desesperada e cruel, provocada pela criminosa avidez de uma sociedade estrangeira, autorisada pelo governo do seu paiz (MACHADO, 1977, p. 142).

Em relação às consequências, no Brasil, daquela concessão da Holanda à Companhia das Índias Ocidentais, sua crítica não é menos contundente:

Esse mesmo governo que, tanto lutara pela liberdade de sua patria e se tornára digno por isso da admiração da Europa, consentia agora que uma sociedade, organizada nas trevas, cahisse de improviso e á mão armada sobre um povo longincuo e indefenso para lhe arrebatara o fruto do seu trabalho e fadigas, e dividil-o entre si com desprezo da moral e do direito universalmente acatados! E ainda mais: que despojado dos seus bens o reduzisse a opressão e ao cativoiro dos seus proprios subdtos! (MACHADO, 1977, p. 142).

Maximiano Machado se detém a relatar, com detalhes, as investidas da Companhia para dominar o Brasil³⁰. Desde os preparativos para a investida, passando pelo ataque à Bahia, e a sua expulsão pela armada de D. Fradique de Toledo. Em seguida comenta o novo preparativo da WIC para atacar, dessa vez, Pernambuco, relatando como se deu a queda de Olinda, mostrando os esforços que foram realizados para resistir às investidas.

Depois de finalizar a descrição da conquista de Recife e Olinda pelos holandeses, Machado passa a relatar as investidas da Companhia para tentar dominar a Paraíba. Para o autor, conquistar a Paraíba não foi uma tarefa fácil. Tanto que, para que isso acontecesse, os

³⁰ A ocupação holandesa dos territórios das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, pela Companhia das Índias Ocidentais (WIC) da República dos Países Baixos, coroou um processo detonado em 1580, com a União das Coroas Ibéricas sob o domínio dos Habsburgo. Felipe II, depois de ocupar o trono português, proibiu os negócios entre o mercado lusitano e os comerciantes das Províncias do Norte, especialmente de Amsterdã que, até então, se ocupavam de grande parte da refinação e da distribuição do açúcar do Brasil na Europa. A interrupção desse fluxo comercial levaria os negociantes e financistas da República a fundarem a WIC (1621) com o objetivo de ocupar posições coloniais na América e na África. O ponto mais frágil do Império Habsburgo eram justamente as colônias que haviam sido incorporadas após a ocupação de Portugal. Assim, a área açucareira do Brasil e os portos fornecedores de escravos de Angola tornaram-se os alvos privilegiados. Para se compreender a conjuntura da invasão holandesa, ver *Holandeses no Brasil* de Charles Boxer (2004).

holandeses tiveram, primeiro, que conquistar a Capitania do Rio Grande para, só então, conseguirem fechar o cerco contra a Paraíba. É no episódio da conquista do Rio Grande que Maximiano irá intensificar a utilização de termos que denotam uma identificação parcial frente àquele conflito, tais como “pátria”, “estrangeiro”, “inimigo”, “traição”, “deserção”, dentre outros. Com tais expressões, Machado deixa claro seu posicionamento ao lado dos portugueses. Mais ainda, coloca-se ao lado dos personagens daquele conflito, demonstrando a lógica de pertencimento local. Está atribuindo, assim como outros historiadores o fizeram antes dele, dentre estes Varnhagen, um sentimento de nacionalidade aos que lutavam contra os holandeses, e, ao mesmo tempo, se identificando com este sentimento.

O episódio da guerra holandesa entra para a historiografia brasileira, especialmente a produzida dentro dos diversos institutos históricos, como um momento, se não o principal, de manifestação da nacionalidade (GUIMARÃES, 1996). Tal episódio, sempre que conveniente, ao longo dos séculos, fora trazido à tona pelas elites locais para firmarem-se enquanto herdeiras de um movimento que “libertou” o país de uma ameaça “estrangeira” às custas de suas vidas e fazendas. Posição que marcaria o sentimento nativista (MELLO, 2008).

No século XIX, esse episódio é interpretado como a primeira manifestação de nacionalidade, pois, nele, brancos, negros e índios haviam se unido para expulsar os holandeses, o que expressaria um sentimento de pertencimento e de identidade comum. Notadamente, Pernambuco, sendo o palco dessa manifestação, pois os principais eventos relacionados à Restauração³¹ lá ocorreram, tinha por obrigação não deixar que tal feito caísse em esquecimento. Sintomaticamente, a sua casa da memória, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, surge de um constrangimento ocorrido com a visita de D. Pedro II ao Recife, em que este, interessado em saber onde se encontravam os restos mortais de um dos heróis restauradores, João Fernandes Vieira, não obteve resposta, pois aqueles que o receberam não tinham esse conhecimento, e muito menos sobre os outros locais onde haviam se desenrolado os episódios da Restauração (SCHWARCZ, 2008, p. 120). A partir dessa situação foi proposta a criação de uma entidade que se responsabilizasse por conservar a história pernambucana, e que a enaltecesse no contexto nacional. De acordo com Eduardo Guimarães (1996), a produção historiográfica daquele instituto, que visava destacar Pernambuco e “suas irmãs” do norte, mesmo expressando o esforço pelo resgate de uma

³¹ Sobre os eventos relativos à Restauração Pernambucana, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

tradição das mais significativas para a elite pernambucana, não manifestava sentimento separatista ou um liberalismo de cunho federalista na tentativa de se opor à monarquia:

Em realidade não se opunham tradições, mas antes, buscava-se articulá-las segundo os cânones romântico-liberais da monarquia brasileira. Nesse sentido o episódio e enfoque que serão privilegiados pelo discurso histórico do IAGP, já indicados na data de criação da entidade, tratar-se-iam dos mesmos aos quais tanta atenção dera o Imperador quando de sua visita à província: a **Restauração Pernambucana** como **manifestação da nacionalidade**. (GUIMARÃES, 1996, p. 82, destaques do autor)³².

Em Maximiano Lopes Machado vamos perceber um movimento semelhante. Ao dar ênfase ao episódio da guerra holandesa, especialmente à resistência da Paraíba, o autor, que está escrevendo sua obra dentro do IAGP, como um de seus membros, quer mostrar que a “província-irmã”, a Paraíba, faz parte daquela tradição, e que fora tão importante quanto Pernambuco na defesa da pátria e da unidade da nação. Para Machado, aquele episódio realmente fez surgir um sentimento de nacionalidade entre os brasileiros, em especial naqueles que participaram da expulsão dos holandeses.

Para ilustrar essa relação que o autor desenvolve com o conflito que narra, o caso de Domingos Fernandes Calabar é bastante significativo, inclusive porque se dá no episódio da tomada do Rio Grande e nas investidas contra a Paraíba. Os holandeses, ao se prepararem para mais um ataque contra aquela região, conseguiram um aliado importante do ponto de vista estratégico. Aliado, segundo Machado, que fora decisivo para o sucesso da conquista holandesa: “infelizmente se dera o deplorável acontecimento da deserção de Domingos Fernandes Calabar das fileiras dos defensores da patria para as do inimigo estrangeiro”. Para identificar quem ele seria, inicia qualificando-o como “desgraçado natural do Porto Calvo” (MACHADO, 1977, p. 156). Queixa-se pelo fato de Calabar ter sido um dos primeiros a pegarem em armas contra os invasores; que dois anos antes da sua “deserção” tinha recebido “honrosas feridas”!

O autor se questiona sobre o que teria levado Calabar a “abandonar a causa da patria, para armar-se depois contra ella, e lançar-lhe os pesados grilhões do jugo estrangeiro” (1977, p. 156) (grifos nossos). O certo é que, para o autor, independente do que o teria levado à traição, “a deserção de Calabar fez pender desde logo para o inimigo a decisão favorável de luta”, entregando aos holandeses “a patria supplicante e afflictá” (1977, p. 156, grifos nossos).

³² A criação desse Instituto foi uma das maneiras das elites locais reivindicarem um maior espaço político em âmbito nacional. Nessa época, Pernambuco passava por um processo de decadência econômica e com isso estava perdendo lugar privilegiado de hegemonia política regional (GUIMARÃES, 1996).

Fica evidente, nas expressões utilizadas por Machado ao se referir a Calabar, que ele se identifica inteiramente contra a causa holandesa. Enquanto paraibano e, portanto, descendente dessa linhagem de homens que heroicamente defenderam o Brasil do jugo estrangeiro, colaborando assim para a pátria ser o que era, Machado se coloca como herdeiro daqueles heróis, buscando mostrar, em sua narrativa, os percalços que aqueles homens tiveram de enfrentar para, novamente, recolocar o processo civilizatório em curso. Processo este que havia sido, mais uma vez, interrompido, agora pela intervenção dos holandeses.

Seria ainda em relação àquele episódio que Maximiano Machado iria, pela primeira vez na sua narrativa, usar o termo “parahybanos”. Identifica aí um pertencimento ao território. Não se sabe ao certo se seriam os que moravam ou nasciam na Paraíba ou se as duas coisas. Até porque aquele território havia sido conquistado havia poucos anos. Também não explicita que grupos raciais comporiam, naquele momento, aquela identidade. Diz Machado que, após terem conquistado o Rio Grande, em 1633, os holandeses, sob orientação de Calabar, decidiram desembarcar tropas na enseada de Lucena, praia próxima à foz do rio Paraíba, portanto, território da capitania da Paraíba, para atacarem o forte que ficava na margem direita do rio. O autor diz que “(...) não sabiam, que em meio caminho tinham já os parahybanos levantado uma forte trincheira no intuito de prevenir qualquer assalto repentino, que daquellas bandas podessem vir às suas fortificações” (MACHADO 1977, p. 156). Portanto, mais uma vez, os holandeses não tiveram sucesso na investida contra a Paraíba, mesmo com a posse do Rio Grande e o apoio de aliados indígenas tapuias, comandados pelo “poderoso chefe Janduy” (1977, p. 157).

Continuando sua narrativa, ressalta o ataque definitivo que os holandeses empreenderam contra a Paraíba em que, por fim, obtiveram sucesso, subjugando-a. O acontecimento é descrito detalhadamente, mostrando as movimentações de tropas holandesas e portuguesas, a forma como aquelas prepararam o ataque e como estas bravamente se defenderam. Para marcar a diferença entre os lados em conflito e, mais ainda, para marcar a diferença do seu próprio posicionamento, Machado, por várias vezes, durante a narrativa, utiliza o pronome pessoal “Elles” para identificar os holandeses, e o pronome possessivo “Nossos”, para identificar e se identificar com os portugueses. (1977, p. 162) Desta forma, “Elles” atacavam com violência as posições de defesa da Paraíba. Os “Nossos” as defendiam com honra, coragem e bravura.

Mesmo com todo o esforço dos “nossos” para manterem a Paraíba na resistência contra os “inimigos”, os “estrangeiros”, com as outras praças – Recife, Olinda e Rio Grande –

já dominadas por “elles”, sem mais recursos para combaterem, se valendo apenas dos “seus animos esforçados”, não foi possível manter as posições.

Cederam enfim, os parahybanos, mas cederam quando já não tinham fortaleza nem outros meios para impedirem a invasão estrangeira. Cahiram com ella, e se ahi ficaram sepultados e esquecidos tantos que perderam a vida em defesa da patria, por certo não ficaram o esforço e a gloria com que souberam cumprir o seu dever (IDEM, p. 164).

A Paraíba, então, ficava sob o domínio holandês. O que Machado irá demonstrar na sua narrativa sobre esse período em que o território ficou dominado pelos “estrangeiros”, será a resistência que os “parahybanos” empregaram, das mais diversas formas, contra seu “opressor”. Privilegia o fato de “elles” serem inimigos poderosos e os “nossos”, sem recursos, até mesmo esquecidos pela Coroa, mas que jamais desanimam e se mantêm firmes até conseguirem, enfim, se livrar dos invasores.

Contudo, ao que parece, para Machado, a resistência não se dava apenas pegando em armas contra o inimigo. Se, por um lado, fora extremamente contrário ao alinhamento de Calabar com os holandeses, mostra, porém, certa flexibilidade ao interpretar o acordo realizado entre Duarte Gomes da Silveira e os “inimigos”.

Depois de dominada a Paraíba, os holandeses buscaram fazer com que os donos de engenhos e moradores retornassem às suas propriedades, assegurando que, se aceitassem a obediência aos Estados Gerais, não seriam molestados. Visavam, assim, fazer com que a capitania voltasse a produzir e, ao mesmo tempo, evitar novos conflitos. Essa era uma tática utilizada pela Companhia das Índias Ocidentais em todos os locais onde se estabelecia. Seu objetivo era a exploração do lugar e não sua colonização (MELLO, 2007). Nesse sentido, procuraram Duarte Gomes, senhor de engenho, um dos conquistadores da Paraíba, para terem o apoio deste e, assim, atraírem os outros moradores.

Duarte Gomes, reconhecendo quaes seriam os damnos resultantes do abandono das suas propriedades, das privações e trabalhos da vida errante, sem que tão grandes sacrificios melhorassem o presente e firmassem o futuro nas antigas prescripções toleradas ou concedidas pelo governo legitimo, *concordou* (...) (MACHADO, 1977, p. 166) (grifos do autor).

Machado acha prudente tal posição, repreendendo quem a interpretou como uma traição. Repreende, principalmente, o fato de Antonio d’Albuquerque, irmão do capitão-mor Matias d’Albuquerque, que, ao ser procurado por Duarte Gomes da Silveira, o prendeu acusando-o de traição. Para Machado,

Os grandes serviços prestados por Duarte Gomes, com riscos imensos de sua pessoa e sacrifícios extraordinários de sua fazenda, não deviam nunca ser compensados de semelhante modo, e quando, negligenciada a defesa da Parahyba, tornava-se agora impossível sua recuperação.

(...)

Duarte Gomes não foi um traidor; se scientemente o tivesse sido, não se entenderia com Antonio d'Albuquerque sobre as propostas do general hollandez

(...)

Submettendo-se a força das circumstancias, fez o que todos os mais fizeram pouco depois da retirada de Matias d'Albuquerque para a Europa e da morte do general hespanhol D. Luiz de Rojas e Borja, e entretanto nenhum destes foi censurado!

(...)

o venerando Duarte Gomes, o qual passou a gozar da paz e liberdade, de que a intolerancia dos seus o tinha privado, e feito a força amigo dos contrarios (MACHADO, 1977, p. 169).

Alguns moradores que haviam se refugiado em Pernambuco, ao serem encontrados pelos holandeses, aceitaram retornar às suas fazendas para viver em paz, a exemplo de Duarte Gomes. Outros, no entanto, decidiram se refugiar junto a Matias d'Albuquerque, na Bahia. Ao discorrer sobre esse episódio, em que Matias d'Albuquerque deixa Pernambuco em direção à Bahia, juntando-se a ele moradores da Paraíba que estavam refugiados no Arraial do Bom Jesus, assim como outros da Várzea, Jaboatão, Muribeca, Cabo e Ipojuca, Machado deixa de lado o rigor de descrever aquilo que via nas fontes para imaginar como deve ter sido a retirada daquela população para a Bahia. O autor acredita que nenhum historiador jamais conseguiria se aproximar na descrição das angústias daquela população, por não se ter como exprimir aquelas dores da retirada. Mas ele próprio não deixou de tentar expressar tais sofrimentos. Pensamos ser proveitoso colocar aqui, o trecho em que tenta fazê-lo. Recorrendo à sua imaginação apresenta o possível caso de uma dessas famílias que estavam em fuga:

A anciedade produsida pelo terror da approximação de um inimigo indomavel e cheio de caprichos insaciaveis augmenta nos fugitivos de instante á instante. A esposa e a filha já não se lembram do tecto, onde viveram recatadas e tranquilladas no meio dos affectos da familia. Caminham a principio resolutas e cheias de dignidade ante o triste espectáculo que se desdobra ás suas vistas, sem escutar o gemido dos ventos por entre a ramagem do bosque, nem os agudos silvos das fêras. Descem pelos desvios fragosos do ermo, tombando silenciosamente aqui e alli, mas já resentidas contra as rochas, que suppõem embargar-lhes o passo. Transpõem depois os rios, deixando correr uma lagrima de vergonha pelo sacrificio de irem das leis do seu recato. Chega, porfim, o desalento, e os pés contundidos ou dilacerados não as deixam mais caminhar, e com tudo é forçoso seguir! Sinistro pensamento assalta então a todos para se entregarem a horrivel

herança da desgraça. Nenhum já duvida de que o inimigo bate no encalço e que estão por momentos a honra e a vida dos entes que nos são mais caros... Que espectáculo de angustias e desespero!

(...)

O pae arranca desabrido a filha estremecida dos braços maternos, e depois de beber nos seus olhos o amor que lhe pulsa violento no peito, quer rasgar-lhe o coração, mas um poder occulto o detem, e ele fica immovel, insensível e feroz. O esposo tenta com energico esforço tomar sobre os seus hombros a esposa desalentada e ir morrer com ella, precipitando-se nos abysmos pavorosos dessas lugubres paragens. O filho, com o sentimento do mais puro affecto, incita a coragem no animo do pae, desfallecido pelas fadigas e pelos annos; requer lhe alguns instantes mais de energia, para não serem sorprendidos, trucidados e mortos.

(...)

Debalde as supplicas! O autor dos seus dias está prestes a exhalar o ultimo suspiro, e a piedade filial não o deixa sahir do lado daquelle que lhe deu o ser.

Quem poderá descrever as manifestações d'essas longas agonias?... (MACHADO, 1977, p. 173).

Maximiano, nesse trecho, divaga a respeito desse suposto episódio ocorrido com esta família. Descreve com tanta emoção que parece até mesmo ter presenciado esse acontecimento. Evidente que é uma criação de sua imaginação. Contudo, podemos também imaginar que ele esteja se referindo veladamente ao que pode ter ocorrido com uma tradicional família da cidade de Areia, a família Santos Leal, que formaria, anos depois, já no período republicano, junto com a família Machado, a oligarquia que permaneceria no poder político do estado de 1892 a 1912. Em uma determinada altura do seu livro sobre a Revolta Praieira na Paraíba, Machado relata as perseguições que essa família havia sofrido por parte da polícia a mando do presidente da Província. Maximiano discorre sobre como os membros daquela família foram ultrajados, desde o patriarca, Joaquim José dos Santos Leal, passando pelos demais parentes. Todavia, o mais dramático relato é a respeito da fuga da matriarca D. Maria dos Santos Leal e suas filhas. Diz ele:

A senhora D. Maria dos Santos Leal, a mais vigiada pela polícia por ser chefe dessa numerosa família presa e perseguida, propoz-se a affrontar todas as difficuldades, para sahir desse estado perigoso em que si via. Acompanhada de algumas senhoras, suas filhas, caminhando de noite e a pé por trilhos ingratos e desconhecidos pôde afinal, depois de muitas fadigas, illudir as vedêtas da policia, e por-se fora do alcance dos seus deshumanos perseguidores. Dahi obtendo cavalgaduras conseguiu chegar a – Pedras de Fogo –, onde, protegida pelas autoridades de Pernambuco, fixou temporariamente a sua residência ficando contudo as suas propriedades entregues ao furor daquelles selvagens, que o foram satisfazendo pela franqueza com que as podiam destruir e assolar (MACHADO, 1983, p. 118).

Nesse sentido, podemos perceber que Maximiano faz um paralelo entre o que ocorrera em Areia e o que poderia ter ocorrido no período holandês. Assim, é bastante emblemática a comparação que faz entre as perseguições e os horrores cometidos pelo governo conservador contra os praieiros e as que os batavos haviam feito contra os pernambucanos durante a invasão holandesa. Para ele, a perseguição conservadora era ainda mais criminosa. Tal como descreve, ainda naquele mesmo livro sobre a Praieira:

A dominação batava em Pernambuco, bem que fosse um acto de violência e usurpação, si havia tornado legitimo pelo *direito de conquista*, pela obediência dos povos, e pelo abandono de Portugal então encorporada a Castela. Os holandeses exercendo actos prossessorios, que não foram contradictados jamais por ninguem, firmáram o seu domínio e dahi um governo delegado a um ou a muitos. *Cegos de ambição, e na practica de atrocidades somente eguaes as que hoje exerce o partido luso-saquarema*, tiveram de baquear vergados sob o peso de suas mesmas iniquidades; influindo para similhante fim não a política deste ou daquelle gabinete, mas a vontade daquelles, cujo valor sopria o numero, e não menos o soffrimento. Ainda ninguem deixou de elogiar o patriotismo, constancia e valor de João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, de Camarão, Dias e outros não menos famosos contra o herege invasor, que souberam castigar a sordidez da Hollanda, então rainha dos mares (MACHADO, 1983, p. 118).

Entre aqueles retirantes, estavam “quatro mil indios mansos” e alguns capitães, dentre eles, D. Antonio Felipe Camarão com seu terço (MACHADO, 1977, p. 172). Chama-nos atenção o fato de, até este momento da narrativa, Machado não se preocupar em explicar quem seria Felipe Camarão. Dá a entender que este já seria conhecido do leitor. O mesmo aconteceria ao comentar que o “celebre Henrique Dias” se juntaria ao grupo de capitães na resistência. Diferentemente de como se referiria a outro “herói” da Restauração, André Vidal de Negreiros, “illustre parahybano, á quem os louros da victoria deram-lhe fama immorredoura e fizeram mais tarde pelo seu valor e civismo o vulto mais notavel em toda essa luta” (MACHADO, 1977, p. 176).

Como, então, Machado via a atuação dos indígenas nessa guerra? O que significavam os indígenas que se juntavam aos seus para lutarem contra os holandeses, mais ainda, como ele interpretava aqueles que estavam ao lado dos invasores lutando contra os portugueses?

A primeira vez que os coloca na cena do conflito é quando menciona um outro “traidor”, o jesuíta Manoel de Moraes, “sacerdote de grande influencia entre os indios aldeados, e que desgraçadamente depois fez-se calvinista e casou-se em Amsterdam” (MACHADO, 1977, p. 169). Machado ressalta que aquele jesuíta foi intermediário dos

holandeses junto aos índios aldeados, fazendo com que estes lhes prestassem obediência³³. “Reconhecida a obediência dessa pobre gente, deu-se-lhe instruções, não faltando blandícias e promessas que nunca se realizaram” (1977, p. 170).

Ao longo das páginas em que Machado versa sobre o domínio holandês os indígenas seriam tratados por ele, de forma geral, como uma massa que estaria de um lado ou de outro no conflito. Dessa massa, o autor apenas destacaria suas lideranças. Não seria diferente da forma como se reportaria aos outros grupos, como os negros, os colonizadores portugueses e mesmo os holandeses. De todos, destacaria as lideranças. Dos negros, ressaltaria a figura de Henrique Dias. Dos colonizadores, evidenciaria os capitães, nomeando a todos sempre que estivessem em campo lutando pela “liberdade do Brasil”. Dos holandeses, nomearia, e até em alguns momentos elogiaria, seus almirantes, generais, capitães e outros que estivessem ligados às esferas militar ou governamental. Os moradores, escravos e soldados, para Machado, não têm rostos, nomes ou ações autônomas. Suas ações são guiadas pelos notáveis que estão na liderança de seus grupos. Nesse sentido, com os indígenas não seria diferente.

Como vimos anteriormente, ao tratarmos da conquista da Paraíba, Machado arrola os nomes de lideranças indígenas que participavam como aliados: no caso dos Tabajara, Piragibe e Guiragibe, ou como adversários, no caso os Potiguara, Tyjucupaba e Pyndaçama. Para ele, as lideranças sempre são louváveis.

Em relação ao período holandês, sem dúvida, a liderança indígena mais relevante para o autor é a de Felipe Camarão. Contudo, faz menção a outras, mesmo sem tecer maiores considerações sobre quem seriam. Apenas cita seus nomes dependendo do acontecimento que esteja narrando. Como também já vimos, citou o nome do chefe Janduí, com quem os holandeses teriam feito aliança quando da conquista do Rio Grande.

Outras duas lideranças às quais se refere são as de Pedro Poty e Antônio Paraupaba. As histórias desses dois indígenas iriam se entrecruzar diversas vezes durante suas vidas, tendo em comum a guerra luso-holandesa e, principalmente, a vingança contra aqueles que

³³ Machado faz uma relação dos aldeamentos que se “submeteram” aos holandeses: “1^a. Tapuá ou Vrecutussa, á dez leguas ao poente da Capital. O chefe Francisco Goipéba apresentou-se ao vencedor e submeteu-se, segundo o *accordo* offerecido.

2^a Jaraguassú, á tres leguas ao noroeste, margem septentrional. Capitão Francisco Araduy; apresentou-se e submeteu-se.

3^a. Jacuipe, á quatro leguas ao sudoeste, na margem meridional. Capitão João Javaraty; apresentou-se e submeteu-se.

4^a. Yapuan ou Igapuan, á cinco leguas ao norte do forte de S. Antonio, lado septentrional Capitão Francisco Pavaraya, compareceu e submeteu-se.

5^a. Jacóca, á quatro leguas ao Sul, caminho de Goyana. Capitão Diogo Botelho. Não compareceu; seguiu com Antonio d’Albuquerque.

6^a. Pindaúna, á seis leguas ao Sul, á margem do rio Gramame. Capitão Manibapú; também não se apresentou”. (MACHADO, 1977, p. 169-170).

assassinaram seus parentes no massacre da Baía da Traição³⁴. Ainda jovens, em 1625, por conta da represália portuguesa à ajuda que os Potiguara deram aos holandeses evadidos da Bahia, Poty e Paraupaba, juntos com mais alguns outros índios, foram levados para os Países Baixos para escaparem da fúria dos portugueses. Permaneceriam por lá até a década de 1630, quando retornariam ao Brasil para ajudarem a arregimentar índios para as tropas holandesas. Durante o tempo em que estiveram na Holanda aprenderam a ler, escrever e se converteram ao protestantismo, considerado, por eles, a verdadeira fé (PEREIRA, 2009). Ambos eram indígenas Potiguara, assim como Felipe Camarão. Contudo, diferentemente deste último, que entraria para a história do Brasil como um dos restauradores da pátria, aqueles eram aliados dos holandeses. O interessante é que Machado não faz nenhum tipo de juízo de valor a respeito. Menciona-os, relata a sua participação em ações contra os portugueses, mas não os repreende, nem os taxa como traidores ou desertores, tal como fez em outros casos, conforme mencionado anteriormente. Dá-nos a entender que eles não tinham culpa de suas ações. Estavam agindo por influência dos holandeses, que os incitavam, tal como os franceses o haviam feito, contra os portugueses. Àqueles sim deveria ser imputada a culpa.

Machado menciona Pedro Poty ao discorrer sobre a iniciativa das autoridades holandesas que governavam a Paraíba, quando do início da Restauração, para tentar aliviar as tensões com os moradores. Uma das medidas foi conter aquele indígena: “disse-lhes, que mandara ordem a Pero Poty para se recolher á capital, a fim de o subtrair as perseguições que costumava fazer aos moradores” (MACHADO, 1977, p. 221). Contudo, antes de voltar à capital, Poty, junto com Jacob Rabbi, um língua a serviço dos holandeses, chegou à povoação do Cunhaú onde cometeram um massacre que acabou por colocar em desconfiança as promessas que os holandeses faziam para tentarem apaziguar as suas relações com os moradores.

Chegavam (...) Pero Poty á Cunhaú com os seus indios, e Jacob Rabbi com alguns soldados hollandezes, á 29 de junho [de 1645], dia de S. Pedro, e sorprendiam na missa os moradores. Não escapou ninguem ao furor dos selvagens. Todos foram passados a fio de espada como traidores: homens, mulheres e creanças, sem exceptuar o sarcedote que celebrava, respeitavel ancião de noventa anos! Foi horrivel a matança, e lamentaveis as scenas que a precederam. Não houve lagrimas, nem supplicas que os commovessem, sessenta e nove pessoas ficaram estendidas sobre as lages da egreja! Depois de tudo isso, o incendio e o roubo! ...
(...)

³⁴ O massacre da Baía da Traição, acontecimento marcante da história Potiguara, foi um ataque que os portugueses fizeram aos índios que residiam naquela localidade em represália à ajuda prestada aos holandeses em 1625, quando estes ali aportaram, após terem sido expulsos da Bahia (GONÇALVES, 2007, p. 83)

Com a noticia das crueldades de Cunhaú houve grande estremecimento na Parahyba. Todos queixavam-se do governo e nenhum tinha confiança nas suas promessas. Procuraram armas e prepararam-se para a resistencia. (MACHADO, 1977, p. 221).

As autoridades holandesas, contudo, atribuíram aquela ação a Jacob Rabbi, que teria agido sem autorização superior.

No que se refere a Antonio Paraupaba, este é mencionado através do relato de Lopo Curado, um dos restauradores, a João Fernandes Vieira, sobre as atrocidades que os holandeses, junto com os indígenas, estavam cometendo no Rio Grande, especificamente o que haviam feito a um grupo de colonos que viviam próximo ao rio Uruassú. Os moradores não queriam atender ao chamado dos holandeses para se renderem, pois acreditavam que poderia acontecer com eles o que havia acontecido em Cunhaú. Antonio Paraupaba estava no comando de alguns índios. Estes, recebendo as ordens dos flamengos, trucidaram os homens daquele lugar. Mais um massacre relatado por Machado com a participação dos indígenas, sem que os culpasse pelo acontecido.

Passado todo o conflito, os holandeses, enfim, capitulando em 26 de janeiro de 1654, pôde o Brasil retomar o seu processo de civilização, então interrompido com aquela invasão. A Paraíba, tendo colaborado na resistência e, principalmente, por ter doado para a nação um dos seus filhos, um dos maiores líderes da restauração, André Vidal de Negreiros, pôde então esperar dias de paz. O dever patriótico, para Machado, havia sido cumprido, e agora depois da escrita da sua obra, fez-se justiça, colocando a Paraíba junto a Pernambuco na vanguarda da luta contra os holandeses. Conforme o autor, aqueles homens “combatiam pela liberdade e independencia, pelos campos cultivados com as suas mãos, pelo lar domestico, pelo berço dos filhos, pelas sepulturas dos avós, pelos templos em que adoravam Deus, por tudo quanto em uma palavra constitue a patria” (MACHADO, 1977, p. 240).

Dentre os que são incorporados imediatamente após a capitulação dos holandeses, estão os indígenas que haviam lutado ao lado dos invasores. Trata-se do mesmo tratamento que foi dado àqueles que anteriormente haviam sido aliados dos franceses. Todos foram, na leitura de Machado, reincorporados aos portugueses, os agentes da civilização. Como peças de guerras, viraram parte do espólio:

Os Indios e pretos, que serviam no exercito hollandez, foram encorporados ao nosso. Os effeitos e munições entregues eram de grande valor, comprehendendo quatrocentas e sessenta e quatro casas, tresentos canhões, trinta e oito mil ballas, cinco mil espingardas, duas mil arrobas de polvora, grande numero de pistolas e espadas (MACHADO, 1977, p. 257).

Derrotada a última ameaça contra a colonização, puderam, enfim, ser retomados a agricultura, o comércio e tudo aquilo que garantiria o funcionamento da capitania. O avanço da civilização agora rumo ao sertão. O conflito com os índios do interior da Paraíba iria se iniciar e seria necessário o mesmo esforço para civilizá-los, tal como havia sido feito no litoral. Quanto a isso, vários serão os relatos de Machado sobre conflitos entre os índios do sertão e os colonos, bem como quanto aos esforços do governo junto aos religiosos na tentativa de conter e controlar os nativos da região.

Contudo, ao que parece, a missão de civilizar o índio seria tão problemática no sertão quanto fora no litoral. Para Machado, isso era questão fundamental. Tanto que, no último capítulo do primeiro tomo de sua obra, um dos temas que aborda é a questão dos aldeamentos. Faz uma rápida apreciação da política de catequese indígena organizada pelo Estado, desde a conquista até após a Restauração, apontando que a falta de regras e a constante troca de missionários acabou por falhar em trazer tais índios para a civilização, e essa falha reverberava ainda em seu tempo³⁵. Nas palavras do autor,

(...) as reliquias dessas aldeias, que ainda existem, attestam toda a historia do seu passado, e o que é peor, não se procura melhorar o que ainda resta, sem o intuito conhecido ao menos de se procurar reduzir ao goso das relações sociaes mais de um milhão de infelizes que vagueiam pelas selvas horrorisados da nossa civilização! Dizem que são indolentes e preguiçosos; não admira, porque, para viverem como vivem, desconhecendo as exigencias sociaes, basta-lhes a caça ou a pesca, os fructos ou as raizes silvestres para manterem a vida com todos os gosos da sua natureza selvagem (MACHADO, 1977, p. 297) (grifos nossos).

A falha na catequização dos indígenas, e o descaso do Estado com a sua condição de vida, explicaria o fato de terem sido deixados à margem da civilização e, mais ainda, o fato de “um milhão” deles terem rejeitado a vida em sociedade. Em outras palavras, “um milhão de infelizes” permaneceram em seu estágio evolutivo atrasado, vivendo de suas práticas ancestrais, suprimindo apenas as suas necessidades básicas para subsistência. Um desperdício para o desenvolvimento da nação.

Ao que parece, Machado se referia à quantidade de índios no Brasil, não aos da Paraíba. Assim, deixa uma dúvida a respeito dos da Paraíba, se acreditava que estariam já incorporados à sociedade paraibana ou se ainda existiam esses índios que fugiam dos horrores

³⁵ No segundo capítulo do segundo tomo retoma o mesmo assunto, de forma mais detalhada, e se detém nas ações de todas as ordens que passaram pela Paraíba, avaliando suas condutas em relação ao processo de civilizar os indígenas.

da sociedade. O fato é que, para o bem do Estado, e entenda-se o progresso da civilização e da sociedade, esses indígenas deveriam ser incorporados. Tal perspectiva remete ao General José Vieira Couto de Magalhães que, na mesma época da pesquisa de Machado, escreveu o livro *O Selvagem*³⁶, em 1876, como encomenda do Imperador D. Pedro II. Este pediu que Couto de Magalhães preparasse um curso de língua Nheengatu, ou Tupi Vivo, e que fizesse uma “descrição das origens, costumes e religião dos selvagens” para ser exposta na biblioteca da Exposição Universal da Filadélfia, naquele mesmo ano (MAGALHÃES, 1975, p.07).

A intenção da obra, mais até do que fazer parte daquela exposição, como o próprio autor deixa claro na introdução, era de se tornar uma espécie de manual para se “amansar” as “raças indígenas”. Envolvido no debate sobre a formação da nação, e especificamente sobre o que se deveria fazer com os indígenas, Couto de Magalhães cria um método para “amansar os selvagens”. O seu objetivo era incorporar o indígena à nação por meio da civilização. Para ele, a melhor maneira de fazê-lo seria através da língua. Assim, elabora o curso de língua tupi para servir de base a um futuro corpo de intérpretes, o qual sugere que seja criado para atuar junto aos indígenas no intuito de civilizá-los.

Civilizar o indígena não seria apenas um ato de “caridade”. Couto de Magalhães tinha objetivos muito pragmáticos quanto à sua incorporação à nacionalidade:

1.º) conquistar duas terças partes do nosso território; 2.º) adquirir um milhão de braços aclimatados e utilíssimos; 3.º) assegurar nossas comunicações para as bacias do Prata e do Amazonas; 4.º) evitar, no futuro, grande efusão de sangue humano e talvez despesas colossais, como as que estão fazendo outros países da América (MAGALHÃES, 1975, p. 13-14).

O pragmatismo seria, talvez, uma das grandes marcas na escrita do autor nessa obra. Alguns dos tópicos, na introdução do livro, evidenciam esse caráter. Por exemplo, no tópico “O Selvagem Como Elemento Econômico” deixa claro que, se o Brasil pretende ser uma grande nação, tem que se preocupar em tratar de povoar as regiões que ainda não o foram – quase dois terços do país, segundo seus cálculos; e, incorporar o indígena como força de trabalho aclimatado para a região. Eles seriam úteis na “indústria extrativista”. Para o autor, povoar significava,

1.º) Importar colonos da Europa para cultivar as terras já desbravadas nos centros, ou próximos aos centros povoados. 2.º) Aproveitar para a população nacional as terras ainda virgens, onde o selvagem é um obstáculo; estas terras representam quase dois terços do território do Império. Tornar

³⁶ A edição utilizada aqui é a lançada pela editora Itatiaia, em 1975. Trata-se de edição comemorativa do centenário da 1ª edição.

produtiva uma população, hoje improdutivo, é, pelo menos, tão importante como trazer novos braços. 3.º) Utilizar cerca de um milhão de selvagens que possuímos, os quais são os que melhores serviços podem prestar nessas duas terças partes do nosso território, porque as indústrias extrativistas, únicas possíveis nessas regiões (enquanto não houver estrada), só tem sido e só podem ser exploradas pelo selvagem” (MAGALHÃES, 1975, p. 22–23).

O General, ao sugerir essas alternativas, o faz baseado nos anos em que fora Presidente de algumas das províncias situadas nos limites do Império: Goiás em 1862, Pará em 1864 e Mato Grosso em 1867 (SANTOS, 1999, p. 13 -14). Lugares que ainda precisavam ser civilizados. Diz Couto de Magalhães:

Na presidência de Goiás e Mato Grosso eu vi experimentalmente que o principal instrumento de trabalho na indústria do interior – a criação do gado – é o índio antigamente catequizado pelo jesuíta, ou o mestiço seu descendente. Mais tarde, viajando pela República do Paraguai, Corrientes, Santa Fé e outras províncias argentinas, vi que ali, como no interior do Brasil, e Províncias do Rio Grande, Paraná, São Paulo, o principal instrumento de riqueza pública, o vaqueiro por excelência, não era nem o branco nem o preto, e sim o *gaúcho*, o *caipira*, o *caboré*, o *caboclo*, o *mameluco*, o *tapuio*, nomes que indicam a mesma coisa, a saber: o antigo índio catequizado pelo jesuíta, ou pelos corpos de línguas e intérpretes tão sabiamente organizados pelos antigos portugueses e espanhóis (MAGALHÃES, 1975. p. 24, grifos do autor).

É ainda naquele mesmo tópico da introdução que toca em outro aspecto central nas discussões a respeito da formação da nação brasileira no século XIX, a miscigenação. Enquanto, para muitos intelectuais da época, o mestiço era sinal de degenerescência, Couto de Magalhães não só o via positivamente, como o entendia como elemento fundamental para o “engrandecimento” da nação, fosse social ou economicamente. Para Couto de Magalhães, o mestiço seria uma especificidade positiva, pois trazia, no seu “sangue”, o que o branco europeu teria de bom, a civilidade; e traria o sangue do indígena, aclimatado, o que corrigiria um “defeito” do europeu, a sua falta de adaptação ao clima do Brasil. Além disso, o mestiço traria o conhecimento do território e das potencialidades econômicas do mesmo. Ele exemplifica isso, demonstrando que o Brasil só obteve êxito na guerra do Paraguai, da qual participara, pois a maioria dos praças eram formados por esses mestiços, que conheciam os caminhos dos sertões, as frutas, o que se poderia ou não comer e etc. Diz ainda que, se o exército fosse formado apenas por brancos, talvez o Brasil não tivesse ganho a guerra.

Assim com os homens aclimatados ao solo e habituados à vida semibárbara foram condições essenciais à vitória, assim também esses homens, e nessas condições, são elementos indispensáveis de sucesso na luta mais pacífica,

porém não menos tenaz, de elaboração da riqueza de um povo (MAGALHÃES, 1975, p.23).

Machado teria opiniões parecidas com as de Magalhães no que diz respeito à incorporação dos indígenas à civilização para que estes se tornassem braços úteis para a nação. Acreditava que, se a Coroa portuguesa tivesse pensado desta forma já na colonização, o Brasil poderia ter sido melhor civilizado. Esse fora o principal erro do Estado português.

Fato é que, como pudemos constatar, ao findar os relatos sobre a guerra holandesa, nada mais é dito especificamente a respeito dos Potiguara ou dos Tabajaras. Machado ainda voltaria a comentar a respeito das missões de aldeamento e das regulamentações para tais no décimo primeiro capítulo do Tomo I da sua obra. No segundo capítulo do Tomo II, em alguns pontos, ele ainda volta a comentar assuntos relacionados aos indígenas, como a respeito das juntas das missões, a conquista do sertão, dentre outros, mas em nenhum se refere à participação dos Potiguara ou Tabajara, nem tão pouco se refere aos indígenas, tal como o havia feito ao tratar dos acontecimentos que se estenderam desde o período da conquista até o fim do conflito luso-holandês.

Com o fim da guerra holandesa a Paraíba pôde dar continuidade ao seu desenvolvimento. Outra barreira ao progresso havia sido vencida. Um dos aspectos desse processo seria ainda o da pacificação dos indígenas, em outras palavras, a incorporação desse contingente populacional à sociedade.

Ainda no último tomo, comentando a respeito das reformas pombalinas, menciona que a primeira medida Marquês foi a de acabar com as juntas das missões. Para Machado, tal medida foi importante para livrar os indígenas da tutela dos jesuítas, o que impedia a incorporação daqueles à sociedade.

O regulamento, conhecido com o nome de directorio dos Indios, foi um dos actos mais importantes do governo de Sebastião de Carvalho. Por elle retirava aos padres a absoluta disposição dos indigenas e fazia que estes entrassem na comunidade nacional. Libertava-os do jugo do captiveiro disfarçado em que tinham sempre vivido para lhes restituir a dignidade de homens (1977, p. 454) (grifos nossos).

É mais uma constatação de como os jesuítas foram prejudiciais na ação de civilizar o índio, tornando-se essa companhia um empecilho para o progresso. Machado reconhece que, no começo da colonização, aqueles religiosos prestaram grandes serviços, indo aos sertões catequizar, sem medo de arriscar a própria vida pela missão. Mas, algo acontece que faz com que estes jesuítas se desviem do caminho honroso.

depois da mais reconhecida abnegação e das excellencias de tantas virtudes, veiu o interesse sórdido, a sêde do ouro, a ambição de grandezas terrenas, quando reconheceram que podiam tirar proveito dos braços submettidos à sua palavra. A obra da civilização parou e por fim retrogradou, chegando á desobediencia e á resistencia armada em defesa do egoismo e da supremacia do poder jesuitico na sociedade civil (...)” (MACHADO, 1977, p. 455) (grifos nossos).

Para Machado, mais uma vez, a ganância e a cobiça desviaram a marcha da civilização de sua trajetória. Agora não eram mais particulares, mas religiosos que se deixaram corromper pelo brilho do ouro, algo que, para Machado, seria imoral. Os jesuítas que tinham a missão de conduzir os indígenas à salvação, leia-se, à civilização, estavam encaminhando a nova colônia à perdição.

Ao explicar a respeito da população da Paraíba, ainda no século XVIII, sob a administração do Marquês de Pombal, descreve os tipos raciais que compunham a população: o Branco, o Negro e o Índio. Comenta que a Paraíba tinha pouca incidência de mistura racial entre os de “raça vermelha” – os índios – com as demais.

O autor já não trata mais diretamente sobre os indígenas. Fica claro que a participação dos indígenas do litoral na história da Paraíba estaria encerrada junto com aquele episódio da expulsão dos holandeses. Com a Restauração, o desenvolvimento da Paraíba pode novamente ser retomado, a criação de um maior número de aldeamentos e a adesão dos indígenas à catequese expressavam que a colônia estava caminhando rumo ao progresso. Nesse sentido, para Machado, os índios puderam, então, entrar em processo de incorporação à sociedade, agora afastados da incitação de franceses e holandeses. Desta forma, não havia mais por que se falar em índios na Paraíba, já que estes estavam, com o desenrolar do processo de colonização, se inserindo na sociedade. Tabajaras e Potiguaras desapareceriam da história e da Paraíba imiscuídos aos demais grupos sociais que compunham a população local. Sinal indelével da vitória do progresso e da civilização.

Machado, através da sua escrita, parece também ter se unido ao processo de pacificação dos índios que se iniciou ainda na conquista. Na sua narrativa, ao evidenciar a transformação pela qual os indígenas passaram com a colonização, através da qual saem de um estado de barbárie para um de convívio social, e cujo maior expoente desse processo seria Felipe Camarão, ele procede a um “amansamento” dos indígenas, os transforma de assassinos contrários à civilização, manipuláveis e manipulados pelos “estrangeiros” que, em diferentes ocasiões, haviam ocupado o território, em dóceis rebanhos prontos a serem conduzidos à civilização.

O liberalismo de Machado preconizava que o Estado teria o dever de conduzir todos ao melhoramento humano, ao progresso econômico e à evolução social. Esse tipo de liberalismo era contrário à iniciativa privada, assim como ao lucro individual em detrimento do bem comum. O bem comum seria alcançado ao mesmo passo em que a civilização avançasse. Em seu estudo, Machado identificou que a marcha civilizatória foi interrompida a cada vez em que as ações de particulares visando o lucro individual se sobrepuseram ao objetivo de civilizar o Brasil em um primeiro momento, e a Paraíba em seguida.

Como destacamos anteriormente, a Coroa, ao delegar a particulares, através do sistema de capitanias hereditárias, a colonização das novas terras, deixou que o lucro e a “cobiça” movessem as ações dos colonos. Estes, por conta de suas ações, puseram em risco as chances daquelas terras serem civilizadas, principalmente pela animosidade nas suas relações com os indígenas. Para Machado à Coroa cabia civilizar as terras e seus nativos. Nesse sistema, a terra seria colonizada, mas não civilizada.

O processo de conquista da Paraíba foi motivado justamente por conta da “selvageria” das terras, ainda não submetidas ao plantio da cana, e dos seus habitantes que, além de impedirem o avanço da colonização, ameaçavam as Capitanias vizinhas.

Para Machado, a pacificação do indígena e sua adesão à vida em sociedade seriam imprescindíveis para que a civilização, enfim, se estabelecesse e pudesse seguir seu rumo ao progresso. O lucro e a cobiça dos europeus embargaram o processo civilizatório, especialmente pelo fato disso ter fomentado o acirramento dos conflitos e tensões entre colonos e indígenas, acabando por criar nestes últimos uma repulsa à sociedade, o que por sua vez atrasou o desenvolvimento da Paraíba. Podemos entender, desta forma, que para Machado o processo de civilização da Paraíba apenas estaria completo quando os indígenas fossem incorporados à sociedade.

Até que ponto essa interpretação de Maximiano Machado iria permanecer na historiografia paraibana, especialmente na produzida pelo IHGP? Teria mesmo sido a obra de Machado fundamental para essa historiografia? No capítulo seguinte buscaremos observar de que forma a história construída por Machado é recepcionada, apropriada e interpretada pelo IHGP. E, principalmente, qual o interesse deste Instituto em publicar o estudo de Machado quase trinta anos após sua redação ter sido concluída.

4. A História da Província da Parahyba na Construção da Memória Paraibana.

A *História da Província da Parahyba* foi escrita por Maximiano Lopes Machado ainda na década de 1880, época em que este figurava entre os membros do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco – IAGP. Sua intenção era escrever uma história de sua pátria, a Paraíba, que, para ele, era conhecida de forma superficial e equivocada. Muito deste desconhecimento atribuiria à História Oficial produzida na Corte, materializada na obra *História Geral do Brasil* de Varnhagen.

Sua pesquisa iniciou-se ainda na década de 1870, recolhendo informações referentes à Paraíba dispersas nos mais diferentes arquivos do país e do mundo. Muito do que havia de documentação a respeito da província havia sido enviada para a Corte como parte da política de centralização de poder do império, sediado no Rio de Janeiro. Política essa alvo de críticas do próprio Machado. Este, enquanto intelectual, não aceitava a concentração das informações das províncias na Corte. Enquanto político, vinculado ao Partido Liberal, suas queixas contra aquela política seriam em relação à pouca autonomia que sobrava para as províncias.

O contexto em que Machado escreveu sua obra é marcado justamente por esta tensão entre o poder central-Corte e o poder local-Província. Contudo, embora a sua intenção fosse a de construir uma obra que se contrapusesse à História Oficial, e uma crítica à sua centralização de poder, ela estava longe de ser um manifesto contra a Monarquia, e um libelo a favor da República, tal como iriam interpretar alguns intelectuais paraibanos no século XX.

Na realidade, Machado buscava corrigir o que considerava um equívoco cometido pela História Oficial do Brasil, a qual privilegiava as províncias do Sul em detrimento das do Norte. Ele buscava demonstrar que a Paraíba fora tão importante para a unidade da nação quanto as demais províncias, especialmente em relação à vizinha Pernambuco. Buscava demonstrar que a Paraíba foi tão patriótica no episódio entendido como a principal manifestação de nacionalidade da história do Brasil, a Restauração Pernambucana, ressaltando que sua terra natal esteve ao lado da província vizinha resistindo às investidas dos holandeses, e unida na expulsão da “ameaça estrangeira”.

Machado, ao reconstituir a história da Paraíba desde a conquista até o momento da independência do Brasil – embora esta parte não tenha sido publicada por ter se extraviado com a demora da edição do livro –, tinha o objetivo de explicitar, de evidenciar os momentos em que a Paraíba contribuiu para desenvolvimento da nação e, conseqüentemente para a sua evolução social e o seu progresso. E, como pudemos perceber no seu livro, sua preocupação

não foi apenas demonstrar a contribuição da Paraíba para o Brasil, mas sim, para o mundo, procurando encaixá-la no contexto da história universal.

Sua obra foi recepcionada pelos historiadores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, como a primeira obra de história da Paraíba. A *História da Província da Paraíba*, assim como seu autor, serviriam para fomentar um discurso republicano que o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano buscava implementar, desenvolver, reforçar. Este iria colocar Machado como exemplo de paraibano que lutou pelo advento da República, e sua obra seria tomada como modelo, como fonte onde deveriam ser buscados os momentos em que a Paraíba demonstra essa “vocação” republicana.

4.1. O Instituto Histórico Paraibano e a Memória da República.

O Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba foi fundado no dia 07 de Setembro de 1905, “octagesimo terceiro da independência do Brasil, décimo sexto da proclama  o da república (...)” (RIHGP, 1909, grifos nossos). Ressaltando essas datas se inicia seu termo de funda  o. Sintomaticamente, ressaltar esses dois momentos da vida da na  o explicitam o tipo de memória que tal Instituto tem por inten  o construir e proteger.

Se, com o processo de independência do Brasil, os institutos históricos iriam se esforçar para produzirem uma identidade nacional, criando um passado comum a todos os brasileiros e reforçando o regime monárquico, com a queda deste e o advento da República, estes mesmos institutos se reordenam para a cria  o de um universo simbólico que legitima o novo regime.

A necessidade de se formular uma identidade para essa nova na  o, fez surgir um esforço historiográfico com a tarefa de escrever uma história oficial do Brasil (GUIMARÃES, M., 1988). Se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro coube a formula  o de uma história que incorporasse todos os brasileiros, e que contribuíssem para criar um sentimento de união nacional, aos institutos regionais (provinciais e, depois, estaduais), coube a tarefa de criar as especificidades locais, sem perder de vista as elabora  es do IHGB. Ao longo do Período Imperial, alguns institutos regionais foram fundados. Conforme estabelecido pelo órgão nacional, sediado na Corte, àqueles institutos ficaria a incumbência de coletar documentos, e de fomentar uma produ  o intelectual de forma a colaborar com as diretrizes deste último. De fato, os institutos regionais fomentaram uma produ  o que reforçaria a do centro do poder, mas isso não ocorreu de forma passiva, como podemos perceber em alguns deles. Houve, na realidade, uma tensão entre o poder central e as oligarquias locais. Os

institutos regionais, tendo seus quadros ocupados por membros das elites locais, utilizariam essas agremiações como espaços privilegiados e legitimadores de seus discursos para se firmarem politicamente, tanto no âmbito local quanto no nacional.

Através da demonstração da relevância de suas respectivas regiões para o contexto nacional os membros de tais institutos, ou os grupos a eles vinculados, galgavam espaços políticos. Alguns fatores conjunturais, tais como a ascensão ou decadência econômica, levam-nos a formular sua produção no intuito de se impor politicamente para conquistar novos espaços ou manter a hegemonia de grupos locais.

Os institutos regionais surgiam praticamente de uma mesma necessidade: a emergência de tornarem suas regiões visíveis nacionalmente. É assim, por exemplo, com Pernambuco e a ênfase dada à restauração pernambucana, demonstrando e evidenciando a importância daquela província para a unidade da nação com a expulsão dos holandeses (GUIMARÃES, 1996).

Outra agremiação regional que surgiu ainda no Império foi o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Almir Leal de Oliveira, em sua tese de doutoramento, na qual estuda as formulações historiográficas deste instituto e como elas contribuíram para a constituição de uma “memória cearense”, demonstra, entre outras coisas, que ele também surge com o intuito de criar uma história local, com suas especificidades, para inserir o Ceará no contexto nacional.

Para a história do Ceará a criação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará marcou a definição de um *métier* (campo profissional e intelectual) que regulamentaria os caminhos de singularização da trajetória cearense. Essas regulamentações se efetivariam em uma tematização da história local, na definição e datação de suas origens, no estabelecimento de suas fronteiras geográficas e culturais, de seus tipos, cronologias, cartografias, enfim, do lugar e da imagem do Ceará para a nacionalidade (OLIVEIRA, 2001, p. 12).

Este instituto surgiu em um contexto de reorganização das estruturas sociais e produtivas do Ceará. Oliveira aponta que a grande seca ocorrida entre 1877 a 1880, naquela região, acabou por desestruturar sua vida econômica e social. Aquela seca, “associada às epidemias, dizimou o gado, arrasou a agricultura, estabeleceu uma fratura demográfica e redefiniu a organização econômica, social e cultural da província” (OLIVEIRA, 2001, p. 47). Isso criou um ambiente que proporcionou a emergência de um discurso historiográfico de caráter ideológico e articulado “com grupos emergentes em Fortaleza de políticos e comerciantes com fortes aspirações burguesas” (2001, p. 53).

O Instituto Histórico do Ceará se, ao buscar reconstituir seu passado demarcando suas origens, e nisso suas especificidades diante da nação, corroborava com o modelo do IHGB de construção de uma identidade nacional. Ao mesmo tempo, a partir de um discurso produzido dentro de um espaço privilegiado de saber, firmava, no contexto local e nacional, o grupo político ao qual pertenciam ou representavam. Vamos perceber que, ao buscarem as origens da história do Ceará, tinham um compromisso de incluí-lo no processo civilizatório (OLIVEIRA, 2001, p. 86) mostrando como a região teria contribuído para o avanço da civilização. Desta forma, o Ceará se firmava e conquistava destaque político frente à nação.

Nesse ponto, Machado parece se alinhar com essa perspectiva do Instituto cearense. Como já enfatizamos anteriormente, aquele historiador busca construir uma história da Paraíba no intuito de inseri-la em um contexto mais amplo de civilização, colocando-a entre as demais províncias e destacando sua importância no processo que levou o Brasil a figurar entre as demais nações do mundo. Sua intenção era a de demonstrar a evolução da Paraíba e como esta contribuiu para o desenvolvimento da “civilização humana”.

Assim, a demanda nos institutos que atuaram durante o Império, foi a de construir histórias locais em harmonia com a nacional, demonstrando suas especificidades, contribuições e relevância para a formação da nação. Consequentemente, firmava-se sua presença na vida política nacional a partir de espaços conquistados e legitimados em seus discursos. Com o advento da República, outra demanda intelectual se apresentou. Se durante o Império, o mote era a unidade nacional em torno da Corte, no novo regime, o tema seria a sua legitimação.

O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano surgiu no contexto republicano. Diferentemente de outros institutos que nasceram ainda no Império e com o advento da República tiveram que se reformular suas diretrizes para atender àquela nova demanda, o IHGP começou a desenvolver sua produção intelectual envolvida no novo contexto político. Sua orientação também passa a ser a de demonstrar como a Paraíba contribuiu para aquela nova conjuntura. É nesse sentido que, como bem aponta Dias (1996), este instituto irá demonstrar, através do seu discurso historiográfico, como a Paraíba evoluiu, desde a conquista até o momento republicano. Seu intuito é o de criar uma “memória republicana” daquela antiga capitania, depois província, agora, estado da federação. Assim, é emblemático que no termo de fundação deste instituto, se façam menções às principais datas cívicas nacionais, o 7 de setembro e o 15 de novembro.

O IHGP surgiu, como vimos, da necessidade de se fazer a história da Paraíba conhecida, tanto pelos outros brasileiros, quanto pelos próprios paraibanos. Segundo Dias, o

objetivo maior de se escrever uma história da Paraíba era o de torná-la conhecida demonstrando a sua grandeza (1996, p. 36).

Desse ideal de grandeza, surge a proposta de um homem paraibano; com ele, uma identidade, a paraibanidade. Essa construção de uma identidade paraibana, pautada em características que marcam aqueles que nascem no território da Paraíba, serve para destacar no meio nacional as especificidades dessa terra, a proeminência de seus filhos, firmando-a politicamente no cenário do país.

Este Instituto, ao nascer sob a égide da República, busca atender a demanda de legitimação do novo regime, construindo uma história oficial alinhada aos ideais republicanos. Mais ainda, demonstrando a evolução da Paraíba desde a conquista (1585), passando pelo período holandês (1634-1654), daí saltando para a colaboração da Paraíba à Revolução Pernambucana (1817), à Confederação do Equador (1824), à Revolução Praieira (1849) até aquele novo estágio político (1889).

Nesse sentido, de que forma, então, Maximiano Lopes Machado teria sido importante para esta historiografia? Como sabemos, ele escreve sua obra ainda no Império deixando-a pronta ainda em 1885, quatro anos antes da proclamação da República. Machado buscou responder às demandas do seu tempo a partir das tensões entre o local e o nacional, tal como vivenciava. Momento distinto das demandas à época da fundação do IHGP em 1905, assim como no período em que este instituto efetivamente publica a obra, em 1912. Nesse sentido, se o IHGP busca elaborar uma memória da República na Paraíba, buscando legitimar o regime, como, então, Machado seria útil, já que ele escreve antes do advento do mesmo?

4.2. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Gênese do “Político-Historiador”

Ao analisarmos os textos que recepcionam Maximiano Lopes Machado no IHGP e mesmo as primeiras revistas deste Instituto onde são fundados os cânones da historiografia paraibana, como veremos mais a frente, pudemos perceber que ele, enquanto historiador, não teria sido de grande relevância no que compete à formulação da memória proposta pelos membros da agremiação. Estes reconheceram seu trabalho como fundamental para inaugurar o conhecimento do passado da Paraíba, mas ao mesmo tempo, o revisaram de forma geral, e ignoraram e recusaram algumas de suas interpretações a respeito desse passado. Entendemos que, para o IHGP, a sua figura política e a simbologia republicana que representava era o que mais importava para que fosse admitido como um historiador que deveria ser lembrado pelos intelectuais. Afinal, ele havia participado, de forma ativa, de um dos momentos que seriam

tomados como da maior relevância para a formulação de uma “memória da república” na Paraíba, a Revolução Praieira. Foi nesta condição que o IHGP acabaria por inserir Machado no *hall* dos paraibanos ilustres que colaboraram para o advento da República.

É nesse sentido que o IHGP irá formular uma imagem de Machado enquanto um historiador engajado; antes de tudo um político de ação, envolvido com os principais debates da época, tais como a abolição da escravidão, as reivindicações por maior autonomia das províncias, e, especialmente, o republicanismo.

Seus biógrafos, pelo menos aqueles ligados ao IHGP, são unânimes em enfatizar a sua participação política nesses diversos movimentos durante os anos de sua atuação na vida pública como parlamentar e ativista político, assim como na sua vida intelectual, como historiador. Traçam sua vida como uma trajetória sem manchas, sem desvios. Aplicam-se perfeitamente aos esforços dos biógrafos de Machado, as palavras do sociólogo francês Pierre Bordieu:

essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é de uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo (BOURDIEU, 2006, p. 184).

A biografia de Machado toma o sentido de um relato histórico, o qual é produzido buscando coerência entre os acontecimentos de vida daquele personagem e a história do Brasil. Tais acontecimentos da sua vida privada são tomados como momentos em que este “político-intelectual” dá provas de sua índole, de sua suposta vocação e de sua lealdade à Paraíba e à causa republicana. Os biógrafos ligam a sua trajetória a momentos que, para essa historiografia, seriam determinantes para o processo histórico que levou o Brasil ao republicanismo, como se Machado, desde o seu nascimento, estivesse predestinado a lutar pelos ideais liberais e republicanos.

Em texto publicado no *Almanach da Parahyba* (1908), uma homenagem à memória do historiador Maximiano Lopes Machado, escrito por Manoel Tavares Cavalcanti, já podemos perceber o intuito de ligar a vida de Machado aos grandes eventos nacionais que teriam proporcionado o advento da República. Cavalcanti abre o texto explicando que o fato de Machado ter nascido em 07 de agosto de 1821, na conjuntura dos acontecimentos que conduziram à independência nacional, explicaria a sua trajetória política e intelectual. Diz Cavalcanti,

pertence [Machado], portanto, a essa geração viril que despontou para a vida, entre os assomos patrióticos da nossa emancipação política. Teve o berço embalado pelos primeiros accents do hymno da independencia. Educou-se por entre as expansões entusiastas do liberalismo da ephoca. Estas impressões do berço e dos primeiros annos modelaram o seu ideal político e ficaram vibrando-lhe n'alma até o último alento de sua vida (1908, p. 3).

Para Cavalcanti, realiza-se, no momento em que escrevia, uma justa homenagem àquele intelectual que deveria permanecer na memória da sociedade paraibana, através dos tempos, como um de seus mais ilustres filhos. E essa deveria ser, para ele, uma tarefa do IHGP, como é possível perceber nos extratos abaixo:

o Dr. Maximiano Machado vae passando talvez ao esquecimento, apesar de viverem ainda muitos que lhe ouviram a palavra brilhante
 (...)
 A posteridade tem o dever de reivindicar d'esse espesso tumulo as memorias venerandas dos heroes tombados afim de que não feneçam as glorias da patria que elles synthetisam.
 (...)
 Eis a significação da homenagem que hoje vimos prestar á luminosa figura de Maximiano Machado que se destaca o Céu da nossa historia, envolta em fulgurante aureola. (CAVALCANTI, 1908, p. 3)

A memória que se faria de Machado estaria sempre atrelada à questão política. Seu envolvimento com o Partido Liberal, sua participação no Movimento da Praieira, e suas atuações tanto na assembléia de Pernambuco quanto na da Paraíba são os marcos mais importantes da sua vida. Os biógrafos seguintes darão continuidade a essa mesma trajetória para comentar a respeito da vida pública de Machado, raramente trazendo informações adicionais a respeito da sua vida privada.

Podemos considerar que o início de um movimento para definir Maximiano Lopes Machado enquanto intelectual importante para a Paraíba se dá por meio da homenagem de Cavalcanti naquela publicação do Almanaque. Ela, de certa forma, cria e cristaliza a imagem de Machado como baluarte do republicanismo que seria reafirmada ainda quando da publicação da primeira edição da *História da Província da Paraíba*, em 1912, através do prefácio de Lyra Tavares, assim como no prefácio escrito por José Octávio para a segunda edição desta obra, em 1977. Tal perspectiva ainda pode ser observada nos estudos mais recentes sobre o autor³⁷. Ou seja, ao longo de mais de um século, desde o artigo de Cavalcanti, a intelectualidade paraibana vem reiterando tal perspectiva.

³⁷ Após o referido escrito de José Octavio, localizamos outros cinco trabalhos a respeito de Maximiano Lopes Machado: *Maximiano Lopes Machado: Primeiro Historiador da Paraíba* (GUIMARÃES, 1999); “Espírito

Lyra Tavares, apoiado naquele texto de Cavalcanti, reserva as primeiras páginas do seu escrito a comentar sobre a vida de Machado. Acrescentando poucas informações a mais, segue o roteiro de vida posto por Cavalcanti e explica que

as notas que registramos sobre a vida do auctor deste livro, nada mais são do que uma synthese, com ligeiras notas mais, da sua biographia escripta pelo sr. dr. Manoel Tavares Cavalcanti e publicada no Almanach do Estado da Parahyba, ao tempo que era esse annuario dirigido por um digno filho do pranteado publicista. Esta circumstancia vale de consideravel garantia á legitimidade das informações em que se baseou o illustre escriptor (TAVARES, 1977, p.V).

Dáí em diante, Tavares se detém a comentar a respeito da produção da obra, dos percalços que Machado teria sofrido para publicá-la, suas intenções e motivações em se prestar àqueles estudos sobre a Paraíba, e seu posicionamento em relação ao que escreveu. Com efeito, critica e revisa algumas afirmações expressas pelo autor. As críticas que faz a respeito de alguns fatos evidenciados por Machado nos revelam o tipo de interpretação histórica que Tavares, aí representando o IHGP, considerava mais condizente com os ideais historiográficos e políticos do Instituto.

Pelo fato de Tavares ter ficado de posse dos manuscritos originais da obra de Machado durante os dois anos que antecederam sua publicação, pôde observar as suas intenções, suas hesitações, e até mesmo correções e/ou trocas de termos que teria feito ao revisá-la. Como a obra de Machado não fora publicada inteiramente, pois, segundo Tavares, por conta da demora algumas partes teriam sido extraviadas, não se sabe ao certo se ele de fato havia completado seu objetivo de narrar a história da Paraíba desde a conquista até o período de independência do Brasil. Tavares, ao analisar os manuscritos, afirma acreditar que Machado o teria feito, pois eles se interrompiam de forma abrupta ao tratar ainda do século XVIII. Assim, deduz:

portanto, das próprias palavras do saudoso publicista que elle executara completamente o seu plano, parecendo que ao ter a noticia de haver o governo resolvido mandar editar o trabalho começou a passal-o a limpo, corrigindo varias paginas em borrão que tenho à vista. Falleceu, porem, antes de chegar o fim deste serviço, e desapareceram talvez as paginas que restava-lhe copiar (1977, p. XI – XII).

Revolucionário – Pensamento Libertador”: Maximiano Lopes Machado e a Construção da História Paraibana (MACHADO, 2003); Em defesa da ordem e da civilização: o discurso liberal de Maximiano Lopes Machado (MACHADO, 2009); As Contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654) (MENESES, 2009); Um Governo Justo e Liberal: A construção do discurso histórico de Maximiano Lopes Machado sobre a Praieira (MARIANO, 2011). Todos, ao formularem uma biografia de Machado, se aportam ainda nos marcos estabelecidos por Cavalcanti, mesmo quando os interpretam de forma distinta, e fazem referência à posição política liberal daquele autor.

Tavares aproveita para conclamar seus colegas de Instituto, lembrando ser esta uma das suas atribuições, para “commentar o precioso trabalho do inesquecível dr. Maximiano Lopes Machado, completando-o então e estendendo-o mesmo até, pelo menos, á instituição ao regime governativo dominante” (1977, p. XIII). Compreendemos tal passagem como sinal claro de que o Instituto buscava mesmo traçar o caminho evolutivo da Paraíba evidenciando os acontecimentos que supostamente teriam levado até o advento da República.

Como já nos referimos anteriormente, a obra de Machado se encontrava pronta desde 1885. Sua primeira tentativa de publicação se deu em 1886, ainda no período imperial, quando, no significativo dia 05 de agosto daquele ano, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano resolveu interceder junto à Assembléia Provincial da Paraíba pedindo que esta subsidiasse o empreendimento. A subvenção foi autorizada pelo poder legislativo, contudo o Presidente da Província não a sancionou. A alegação foi a falta de recursos. Lyra Tavares acredita que esta desculpa encobria os reais motivos do veto: perseguição política. Segundo o mesmo, “o Dr. Maximiano Machado pertencia ao partido liberal e dominava então uma situação conservadora. (...) eis a causa legítima que a referida alegação procusou (sic) encobrir. As dissensões políticas iam a esses extremos naquelles tempos que descontentes de hoje tanto exaltam” (1977, p. IX) (grifos nossos).

Apesar dessa afirmação, a suspeita que Tavares levanta sobre o fato da obra não ter sido publicada por conta de questões políticas, talvez esteja atrelada àquela construção da imagem de Machado enquanto defensor do republicanismo. Dessa forma, a dúvida anunciada poderia ser parte de uma operação que buscava reforçar tal imagem apontando para a possível perseguição. Acreditamos que Lyra Tavares tenta envolver Machado numa aura republicana, transformando-o em baluarte do novo regime, insinuando que o livro não fora publicado por este motivo.

O Presidente de Província da Paraíba à época daquela solicitação do Instituto de Pernambuco era o pernambucano Antonio Herculano de Souza Bandeira. Este, quatro dias antes do aniversário da cidade da Paraíba, 01 de agosto de 1886, havia estado na Assembléia Provincial para abrir a primeira sessão da 26^a legislatura, prestando conta sobre o seu ano de administração, em forma de relatório de governo, aos deputados. Em seu relatório versava sobre assuntos referentes à instrução pública, segurança, saúde pública, e outros de interesse da sociedade paraibana. Dentre esses assuntos, um em especial o preocupou profundamente: as finanças públicas. Tanto que iniciou o seu relatório invertendo a ordem daqueles que abordaria. A questão fica explícita no trecho abaixo:

E' este o principal assumpto que deve attrahir a vossa attenção, e, por isso, inverte a ordem habitual da presente exposição, collocando-o em começo.

(...)

Lucta a provincia com serios embaraços para solver urgentes compromissos, desde muito vencidos; elles abalaram-lhe o credito, em consequencia da falta de pagamentos pontuaes, e crescem diariamente de modo ameaçador, com a accumulção dos juros. Si não tomarem-se desde já medidas energicas que ponham termo ao progressivo augmento da divida passiva, será mais tarde impossivel fazel-o (Relatório de Presidente de Província, 1886, grifos nossos)

Provavelmente foi este Presidente de Província quem negou os subsídios para a publicação da obra de Machado. Ele permaneceria no cargo até por volta de outubro de 1886, quando foi nomeado outro presidente.

Como podemos ver, Antonio Herculano Bandeira estava preocupado com a situação financeira da Paraíba. Para ele, fazia-se urgente uma política de austeridade para conseguir sanar as contas. Em outras palavras, a Província não poderia despender valores com nada que não fosse essencial para a sua manutenção. Talvez, para aquele administrador, subsidiar a publicação de um livro de história fosse algo supérfluo naquele momento.

Até mesmo o seguinte presidente da província da Paraíba, Geminiano Brazil de Oliveira Góes, que assumiu o cargo em 11 de novembro de 1886, também em seu relatório de governo, apresentado em 3 de agosto de 1887, dando conta dos meses em que esteve à frente da administração da Província, chamava atenção para o estado crítico em que se encontravam as finanças da Paraíba. Dirigindo-se aos deputados, dispara:

O exame das torturas financeiras e economicas da provincia, mais accentuadas depois que sobre ella passaram as calamidades de duas secas, de 1877 para cá; o rebaixamento do preço de seus productos no mercado, influindo parallelamente em sua receita; o montante do *deficit*, que resume as difficuldades de sua situação e empobrece os recursos orçamentarios; são assumptos que pedem todo o cuidado e os melhores esforços de vossa dedicação, antes de outros quaesquer, afim de providenciardes como convem (Relatório de Presidente de Província, 1886).

Ao tratar das finanças, preocupado com as dívidas da Província, Góes é ainda mais enfático:

Sem ter a pretensão de terrorista, devo com franqueza dizer-vos, que são das mais dignas de ponderação e maior cuidado as complicações que inquietam, em alto gráo, a situação financeira do thesouro.

(...)

Minha linguagem neste delicado assumpto não pode ficar aquem de meus predecessores, pois que differentes não podem ser as apprehensões que me assaltam o espirito sobre o futuro da provincia (Relatório de Presidente de Província, 1886).

Nota-se que havia uma grande preocupação com a saúde financeira da Paraíba como expõem aqueles Presidentes de Província em seus relatórios. A Paraíba havia passado por períodos de secas que fizeram diminuir a produção e sofrera, ainda, com a queda dos preços dos seus produtos no mercado, especialmente os do algodão e do açúcar. Além disso, havia ainda uma dívida crescente, como apontaram, o que comprometia o seu crédito. Tendo em vista toda essa crise, podemos inferir que a interpretação de Tavares a respeito da negativa de subsídios do governo por falta de dinheiro ter sido uma desculpa, que escondia a perseguição política sofrida por Machado, é um tanto exagerada. Acreditamos, tendo em vista esses relatórios, que o impedimento pode mesmo ter sido financeiro e que aquela interpretação de Tavares não teria outro intuito que não o de realçar a imagem de Machado enquanto baluarte do republicanismo que havia sofrido perseguições por expor em seu texto posições que contrariavam os conservadores.

Segundo Dolhnikoff (2005), o fato do Presidente de Província ser nomeado pelo governo central induz a compreensão de que a província não teria efetiva autonomia em relação à administração local. O Presidente era mesmo um agente da Corte. Contudo, seu poder de decisão era restrito, e em muitos casos teria que se submeter às deliberações administrativas das assembleias provinciais.

O fato de o governo central ter prerrogativa de escolher o presidente da província, de modo que o controle do Executivo não ficava nas mãos da elite provincial, pode induzir à idéia de que não havia efetiva autonomia, uma vez que a gestão dos negócios provinciais sofria a influência de um homem de confiança do governo central (2005, p. 101).

Na maioria das vezes o Presidente de Província nomeado era de outra região e era mantido no cargo por pouco tempo, “não se costumava ocupá-lo por mais de alguns meses” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 102). A Corte entendia que esta era uma maneira de se garantir a fidelidade dos que eram escolhidos para a representarem nas províncias, mas isso não a impedia de nomear presidentes que eram locais e mantê-los por um longo tempo no cargo (DOLHNIKOFF, 2005). Tal procedimento visava evitar a criação de vínculos com as elites políticas locais, o que acabaria por comprometer os interesses da Corte nas províncias. Contudo, como cito acima, havia limites para a atuação desses presidentes. Suas decisões eram passíveis de vetos enquanto, por outro lado, o seu poder de veto quanto às decisões da assembleia local estava sujeito a algumas restrições.

Em primeiro lugar, o veto só poderia ser exercido nos casos especificados por lei: quando a lei provincial fosse inconstitucional, quando ofendesse os direitos de outra província ou ferisse tratados internacionais assinados pelo Brasil, ou fossem contrários aos interesses da província. Esses limites levavam até mesmo o governo central a advertir os presidentes contra vetos improcedentes (DOLHNIKOFF, 2005, p. 103).

Além disso, o veto do presidente ainda podia ser derrubado pelos mesmos deputados da assembléia que haviam aprovado uma determinada lei. Contudo, “bem verdade que para isso era necessário o voto de dois terços dos deputados, o que é um quórum alto, difícil de alcançar, mas apenas se o presidente fosse capaz de articular a seu favor o apoio de um terço dos deputados” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 104). No caso de Machado, a lei havia sido aprovada por unanimidade pelos deputados provinciais da Paraíba. Se houvesse sido mesmo perseguição, por que, então, não teriam os mesmos se revoltado contra aquele presidente derrubando seu veto? Talvez, o motivo para tanto possa ter sido desprestígio político de Machado na Paraíba.

Se aqueles presidentes da província da Paraíba não faziam parte da parentela política local, e se os deputados, que provavelmente eram em sua maioria conservadores, não se opuseram à propositura da subvenção do livro, não haveria outro motivo senão mesmo o financeiro para o presidente não sancionar a lei proporcionando os incentivos necessários para a publicação do livro. Contudo, como vimos acima, os deputados, caso assim o quisessem, poderiam ter revertido o veto, forçando o então Presidente da Província a subsidiar a publicação da obra; no entanto, não o fizeram.

Talvez não houvesse um real interesse da parte daqueles deputados de que a obra fosse, de fato, publicada. Possivelmente, as disputas entre as oligarquias locais podem ter impedido uma reação para a quebra daquele veto. Os deputados, naquele momento, de situação conservadora, receberam um pedido do Instituto Histórico de Pernambuco, e atenciosamente o atenderam, possivelmente em consideração àquela agremiação e aos grupos sociais que ela representava, e não a Machado que, para todos os efeitos, era membro de outra facção política. Desta forma, os conservadores deixaram, nas mãos do presidente de província, a decisão quanto à execução da lei. O desprestígio residiria, então, no fato desses deputados de sua terra não se movimentarem para que, mesmo com recursos financeiros escassos, a obra de Machado fosse subsidiada.

Podemos ver, assim, Lyra Tavares, enquanto membro do IHGP e solidário ao projeto de construção de uma memória da República na Paraíba, carregar na tinta e acentuar o conflito entre conservadores e liberais expresso naquele veto do presidente da província da

Paraíba. Machado estava, ali, sintetizando a disputa entre aqueles dois grupos. Como pretendia construir uma imagem deste político enquanto rebelde, buscou mostrar que, por sua rebeldia, teria pago um preço alto, se tornando alvo e vítima da perseguição política dos seus adversários conservadores. Reiteradas vezes será atrelada à imagem de Machado essa faceta de defensor da causa republicana, como podemos observar na passagem abaixo, de um artigo publicado na primeira revista do IHGP de 1909. Na ocasião, ao se referirem à Revolução Praieira, não deixam de destacar a atuação de Machado por ter apoiado os revolucionários que deixaram o Recife. A idéia é demonstrar que ele foi um político militante.

E' nesse momento que vem fulgurar no scenario da historia um nome sympathico por muitos titulos, que então manifesta um amor invencivel pela causa da liberdade, que elle personificava naquelles vencidos (...) refiro-me ao Dr. Maximiano Lopes Machado, que então occupava o cargo de Juiz Municipal na cidade de Areia (CAVALCANTI, 1909, p. 45-46).

É interessante perseguir a trajetória destas tentativas de publicação. Depois de 1886, já no período republicano, outras foram impetradas. Na tentativa seguinte, em 1893, segundo Tavares, sem nos informar de quem teria sido a iniciativa, a Assembléia aprovou a Lei nº 131 de 11 de novembro, autorizando a aquisição dos manuscritos de Maximiano Machado. Contudo, mais uma vez, o executivo deixou de cumprir a decisão do legislativo. Apesar de vários intelectuais paraibanos levantarem campanha na imprensa para pressionar o executivo, esta lei foi arquivada. Um desses intelectuais foi Rodrigues de Carvalho, e, conforme Tavares, “se causas alheias á vontade do chefe do governo não occorressem, o meritoso intellectual teria alcançado a effectividade da citada resolução” (TAVARES, 1977, p. IX).

Ao que parece, conforme relata Tavares, foram apenas detalhes no acordo entre Rodrigues de Carvalho e os herdeiros de Maximiano que impediram a aquisição dos manuscritos. E, assim, mesmo com a aprovação da lei em 1893, esse litígio demorou anos, pois Maximiano morreu em 1895, sendo a negociação, a partir de então, feita diretamente com os herdeiros³⁸.

A tentativa seguinte ocorreria em 1910 e por iniciativa do próprio Lyra Tavares. Este apresentava à assembléia legislativa um novo projeto para aquisição da obra, que foi aprovado pela casa. Neste projeto Tavares buscou corrigir um problema da lei anterior, que para ele causava um impedimento moral para a sua execução. Tavares identificou que não havia sido estipulado um valor específico para a obtenção dos manuscritos. Desta forma, “nobres

³⁸ Todas as informações a respeito da trajetória da publicação do livro *História da Província da Parahyba*, de Maximiano Machado, se encontram no prefácio escrito por João de Lyra Tavares.

escrupulos por parte do presidente do estado despertados pelos laços de parentesco que o ligavam ao referido publicista, poderiam estar servindo de obstáculo á deliberação reclamada” (TAVARES, 1977, p. X). Tal passagem nos leva a imaginar que o impedimento para a aquisição dos manuscritos teria sido uma falta de entendimento no que se refere ao valor que o Estado estava disposto a pagar e a quantia que os herdeiros almejavam. Para solucionar esse empecilho, Tavares, então, propôs a importância de seis contos de réis como indenização aos herdeiros, estipulando ainda que o governo custeasse a impressão do livro: “o mencionado projecto constitue a lei em virtude de cujas prescrições o exmo. Sr. Dr. João Lopes Machado determinou a obtenção dos autographos cuja publicação incumbiu-me de dirigir” (TAVARES, 1977, p. X).

Se o impedimento para a publicação da obra de Machado derivasse apenas das discordâncias políticas, como se explica que, sendo a sua família quem dominava o cenário político-administrativo da Paraíba, de 1892 a 1912 ininterruptamente, a execução da subvenção não fosse acatada pelo chefe do governo?

Conforme afirma a historiadora Linda Lewin, no seu livro *Política e Parentela na Paraíba* (1993), com o advento da república, dois grupos familiares polarizariam as forças políticas que disputavam o poder local: os Neiva-Lucena, de um lado, e os Machado-Leal, de outro. Aqueles assumem o poder na Paraíba ainda em 1889, encabeçados por Venâncio Augusto de Magalhães Neiva, que se tornou governador da Paraíba

graças à influência que seus irmãos militares, os coronéis João José e Tude José Soares Neiva, exerceram no plano nacional, através do general Almeida Barreto e do barão de Lucena. Venâncio foi escolhido também por ter pertencido à ala dominante do antigo Partido Conservador na política provincial da Paraíba (LEWIN, 1993, p. 208).

Esta oligarquia se manteria no poder por apenas dois anos, de 1889 a 1891. Quando Deodoro da Fonseca renunciou ao cargo de Presidente da República naquele mesmo ano de 1891, assumindo em seu lugar o vice-presidente, Floriano Peixoto, ocorreu uma substituição de governadores por outros leais ao novo presidente. Foi nesta conjuntura, então, que a oligarquia Machado-Leal elevou-se ao poder, nele permanecendo durante vinte anos, de 1892 a 1912, o ano da publicação da obra de Machado. Assim,

Os antigos liberais da Paraíba, recolocados no poder pelo governo central, formavam agora uma igreja dirigente proveniente em grande parte do município de Areia. Os areenses procurariam manter os interesses de sua zona acima de todos os demais pelos vinte anos seguintes (LEWIN, 1993, p. 213).

Quem assumiu, então, o segundo governo republicano da Paraíba foi Álvaro Lopes Machado, sobrinho do autor, Maximiano Lopes Machado. Do mesmo modo que Venâncio Neiva, ele deveu sua nomeação à rede de base familiar e às suas conexões militares no Rio de Janeiro (LEWIN, 1993). Como bem aponta a historiadora, a política oligárquica daquele momento se baseava no fortalecimento dos parentes, os alocando em cargos políticos estratégicos, fortalecendo o grupo no poder. Com a oligarquia Machado-Leal, não seria diferente. Vários cargos foram, então, distribuídos por Álvaro aos seus parentes próximos e a outras famílias que compunham o clã. Nesse sentido, irmãos, primos e tios, se beneficiaram com os cargos políticos, o que rendeu a Álvaro Machado uma crítica pública “por fundar uma ‘oligarquia’” (LEWIN, 1993, p. 215). Dentre os familiares beneficiados estava, como aponta a autora, “o irmão do pai de Álvaro, o idoso Maximiliano (*sic*) Machado, [que] *também* foi deputado federal até a sua morte, em 1895” (LEWIN, 1993, p. 215).

Como podemos ver, era a família de Maximiano quem dominava o poder político na Paraíba durante o período em que se tenta publicar sua obra. Pode ter sido por qualquer outro motivo que a mesma não chega a ser impressa com o mesmo ainda em vida. Contudo, a partir desta época, não parece ter sido por questões políticas, por perseguição. No máximo pode ter ocorrido por falta de prestígio do autor, se tornando secundária a necessidade do governo despendar dinheiro para a publicação de uma obra de história da Paraíba.

É justamente no período em que a oligarquia dos Machado estava no poder que se iniciam os primeiros movimentos para a construção de uma memória da República na Paraíba. O próprio Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, a Casa da Memória da Paraíba, foi fundado em 1905, dentro, portanto, do período de dominação daquela oligarquia e sob os auspícios do Presidente do Estado, o mesmo Álvaro Lopes Machado. Nada mais compreensível que fosse de interesse dessa família, assentada no poder desde os primeiros anos da República, que se construísse uma memória do período. Afinal de contas, lembrar, comemorar e rememorar esse período da República na Paraíba inevitavelmente seria fazer referência àquela oligarquia, elevar o nome dos Machado.

Nesse sentido, fazer emergir a figura de um intelectual oriundo desse grupo familiar, que havia se dedicado a escrever a primeira história da Paraíba, e que teria sido, desde os primórdios, um defensor da República, um baluarte da liberdade, reforçaria a legitimidade do grupo no poder. Não é a toa que, em 1908, é publicada a já referida biografia sobre Maximiano Machado escrita por Manoel Tavares Cavalcanti, no *Almanak da Parahyba*, cujo editor e diretor era filho homônimo do biografado. No ano seguinte, aquele intelectual voltaria a ser lembrado na publicação do primeiro número da revista do Instituto Histórico Paraibano.

Finalmente, em 1912, foi, então, publicada a primeira edição da *História da Província da Paraíba*, aclamada como a primeira obra de história da Paraíba.

Construir uma história da publicação da obra como o faz Tavares, aludindo às dificuldades pelas quais Machado teria passado para publicar seu estudo, dentre elas até mesmo uma suposta perseguição política, nos parece que revela o intuito de reforçar a imagem do autor como político rebelde e revolucionário. O objetivo, então, era o de demonstrar que a oligarquia no poder advinha de uma estirpe de homens, tais como Maximiano Lopes Machado, intelectual reconhecido e político combativo, que lutaram para que aquela situação republicana se instalasse na Paraíba, legitimando assim os anos de hegemonia política de sua família.

Como podemos perceber, a obra de Maximiano demorou quase trinta anos, vinte e sete para ser mais preciso, e provavelmente não por conta de perseguições políticas, como se tem acreditado e difundido na historiografia paraibana. Os motivos foram outros. Assim como o objetivo em se publicá-la décadas depois.

Depois de comentar sobre essa trajetória da publicação do estudo de Machado, Tavares aproveita o espaço para iniciar, ele mesmo, uma revisão do que aquele havia escrito. Acrescenta que a obra é importante para a historiografia paraibana, demonstrando isso através de manifestações de louvor que o trabalho daquele autor teria recebido por parte do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Porém, isso não o impediu de criticar vários pontos e interpretações de Machado a respeito dos acontecimentos históricos da Paraíba.

João de Lyra Tavares aproveita a oportunidade de estar escrevendo esse prefácio da primeira edição da obra e inicia uma série de considerações a respeito dos assuntos tratados por Machado. Faz uma crítica geral, desde aos assuntos de menor relevância para a historiografia paraibana tal como a opinião de Machado a respeito da descoberta do Brasil – que para ele teria sido por acaso – até aos de maior, aqueles que alimentavam os esforços e debates dentro do IHGP, tais como a fundação da Paraíba e o Período Holandês.

Com relação à fundação da Paraíba, Tavares critica veementemente Machado por ter atribuído a Fructuoso Barbosa lugar de destaque na conquista e fundação da Paraíba.

Na parte relativa á fundação da Parahyba o auctor deste livro faz varias asseverações que precisam ser fundamentadas.

(...)

o saudoso publicista denota as suas sympathias por Fructuoso Barbosa e occupa-se sempre da acção deste capitalista portuguez com benevolência.

(...)

Lamentamos que o escriptor não accentuasse as informações em que se baseou para exprimir-se assim honrosamente áquelle vulto de nossa historia colonial, sobre cujos feitos não me sinto habilitado a dizer igual conceito (TAVARES, 1977, p. XXVI – XXVIII)

Enquanto, para Machado, Fructuoso Barbosa fora figura imprescindível para a conquista, um homem abnegado que colaborou para se dar início à civilização na Paraíba a mando da Coroa, para Tavares, assim como para os posteriores historiadores do IHGP, aquele personagem fora apenas um oportunista. Com efeito, Tavares vai desconstruindo todas as passagens em que Machado atribui a Fructuoso Barbosa ação determinante para a conquista. Para tanto, critica as fontes nas quais o autor teria se baseado, refutando suas interpretações e desqualificando seus argumentos, pois segundo ele,

que foi Barbosa um homem trabalhador, ambicioso de fortuna e de poder, os factos o demonstram; mas que houvesse sido abnegado, que prestasse serviços á Parahyba dominado por sentimentos patrioticos sendo depois esquecido pela *ingratidão dos homens* [interpretação de Machado] não ha fonte historica que permita assegurar-se (TAVARES, 1977, p. XXVIII) (destaque do autor).

A intenção era demonstrar que Fructuoso Barbosa, foi movido por interesses pessoais para aceitar participar da empresa de conquista da Paraíba. Era um oportunista. Ainda mais por ter se fiado na coragem e bravura de outros homens que estiveram naquela campanha. Estes sim teriam sido, para Tavares e para os demais membros do IHGP, os verdadeiros heróis da conquista. Dentre eles, João Tavares, eleito por aquela historiografia como o fundador da Paraíba.

E assim sendo, isto é, recusando-se Barbosa a prestar esse serviço tão urgente reclamado pela conquista da terra que se compromettera a colonisar, será verosimil a affirmativa de que João Tavares para assentar as pazes com Pyragibe viesse recommendado ao auxilio de Fructuoso? Si fosse este o homem valoroso que a generosidade do saudoso escriptor parahybano descreve, nem mesmo seria precisa a presença de João Tavares aqui.
(...)

O proprio auctor deste livro informa ainda que Martim Leitão, ao ser scientificado das pazes firmadas com os tabajaras, recommendou a João Tavares (e não a Fructuoso Barbosa com quem deveria de preferencia entender-se sendo como effectivamente era o donatario da capitania, se não houvesse este revelado incapacidade ou medo de cumprir os seus deveres), “que se fortificasse do melhor modo (...)” (TAVARES, 1977, p. XXXI).

A intenção nos parece clara, a de se exaltar o vulto daquele que foi eleito pelo IHGP como o fundador da Paraíba. Como esse Instituto buscava recepcionar aquele estudo de

Machado como fundador da historiografia paraibana se fazia necessário aparar algumas arestas, corrigir ou relativizar algumas interpretações daquele intelectual que, por ventura, fossem conflitantes com aquilo que o próprio Instituto havia estabelecido como a verdadeira história local.

Para por fim definitivamente à interpretação de que Frutuoso Barbosa teria sido mesmo indispensável para a conquista da Paraíba, conforme entendeu Machado, Tavares assevera:

E, tal era a posição atingida por este habil e valente lutador que apesar das concessões anteriormente obtidas por Frutuoso, da metropole, somente em agosto de 1588 entregou-lhe João Tavares o governo da capitania, segundo um documento de que possui copia o Instituto Histórico Brasileiro, a carta regia de 26 de março do ano seguinte

(...)

Nos momentos mais difficeis da conquista foi, pois, Frutuoso um governador que não governava, uma figura que não figurava, o que faz crer-se que somente valia pela sua fortuna, elemento essencial que teve a recommendal-o perante os fidalgos do reino (TAVARES, 1977, p. XXXII - XXXIII).

Com relação ao Período Holandês, as críticas de Tavares se dão em relação a equívocos na grafia dos nomes dos oficiais holandeses. Contudo, para Tavares, essas faltas de Machado não comprometem o relato a respeito desse período:

E' verdade que notam-se varios enganos, por parte do saudoso parahybano, em os nomes de alguns officiais hollandezes (...) Esses equivocos orthographicos, certamente ocasionados por descuido no momento de ser passado a limpo o trabalho, não desvalorizam entretanto a narrativa, que tem a abonar-lhe a exactidão os informes dos melhores escriptores que trataram de tão importante parte da historia brasileira (TAVARES, 1977, p. XXXII - XXXIII).

Outro equívoco, esse de ordem factual, percebido por Tavares, seria o fato de Machado não mencionar um segundo ataque holandês, em 1634, ao forte de Santo Antonio comandado pelo oficial Schkoppe, ao mesmo tempo em que outras tropas atacavam as defesas em Lucena, como nos referimos anteriormente.

O historiador não allude mesmo a outra tentativa contra a Parahyba em fevereiro de 1634, além do citado desembarque em Lucena, que descreve como um simples incidente e não como a execução de um plano combinado (...) Entretanto, elle deu-se e não ha controversia a respeito (TAVARES, 1977, p. XXXII - XXXIII).

Contudo, a maior divergência seria a respeito da figura de Maurício de Nassau. Machado, em sua obra, ao tratar daquele governador, o desqualifica, colocando-o sob suspeita e acusando-o de realizar uma administração corrupta, assentada no suborno de todos aqueles que pudessem vir a incomodar o bom sucesso de seus negócios. Contra essa imagem, Tavares replica:

Esta obra apresenta-nos Mauricio de Nassau como um administrador sem os meritos que lhe são attribuidos, fazendo suppor-se que o notavel governador geral corrompera os homens de sua epocha tão profundamente <<com beneficios calculados e caricias enganadoras>> que, por isto, ninguem ousava denunciar os seus erros nem se atrevia a censurar a sua orientação (...)
Semelhante conceito não se funda, entretanto, n'um estudo desapassionado sobre a acção do illustre principe, que pode ser justamente considerado um espirito talhado para os mais nobres commettimentos (TAVARES, 1977, p. XLVIII).

Tavares ainda se demoraria em algumas páginas tecendo a defesa do Mauricio de Nassau e tentando desfazer as interpretações de Machado.

Único ponto pacífico entre os dois autores dizia respeito a André Vidal de Negreiros. Tavares endossa e reafirma a importância dessa figura paraibana que participou da restauração pernambucana: “O pranteado dr. Maximiano Machado esforçou-se justamente para realçar o vulto glorioso de André Vidal de Negreiros, vulto bem digno de figurar entre os heróis de uma epopeia nacional, como disse Varnhagen” (TAVARES, 1977, p. LII). Aproveita o ensejo também para reforçar o mito das raças que lutaram unidas para expulsar os holandeses. E, nesse conjunto, Vidal de Negreiros seria o representante “legítimo dos brasileiros”:

Henrique Dias, << dez vezes ferido e dez vezes renascido denodado do proprio sangue>>, era os negros na sua brutal coragem; Camarão era os indigenas valentes em seus apaixonamentos indomaveis; Fernandes Vieira era os portuguezes em suas audacias deslumbrantes; Vidal era, porem, o producto nacional, era o sangue desta nova raça que formou-se da rudeza, da impetuosidade e da ousadia dos elementos que preponderaram no povoamento do paiz (TAVARES, 1977, p. LII).

Suas ponderações a respeito da obra de Machado se restringiram aos pontos aqui apresentados. Contudo, Tavares, ao final do seu prólogo, afirma que outros pontos merecem ainda “demorado estudo”, e tal tarefa caberia ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Podemos perceber, então, que a obra de Machado não foi recepcionada sem críticas por essa primeira geração de historiadores do IHGP. Como vimos, Tavares, representando a

agregação, se preocupou em ponderar as afirmações daquele intelectual. Especialmente aquelas que não condiziam com o que o próprio Instituto estabelecera ao formular os princípios daquela que seria a “verdadeira” história da Paraíba. Mais à frente teremos a oportunidade de apresentar mais detidamente alguns pontos estabelecidos como marcos temporais e espaciais que se cristalizaram através do IHGP.

Em 1977, com a segunda edição do livro *História da Província da Parahyba*, vamos ver consolidada a imagem de Maximiano Machado enquanto político liberal radical, defensor da causa republicana. Abrindo esta reedição, temos o texto do historiador e também membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano José Octávio de Arruda Mello. Neste estudo sobre o autor e sua obra, fica evidente a intenção de reforçar a idéia de Machado enquanto baluarte da república. Seu objetivo é demonstrar que a historiografia paraibana se diferenciaria das demais por ser engajada politicamente, sendo de orientação republicana desde a sua gestação, e seria desta forma porque os paraibanos, como um todo, seriam propensos a isso, teriam, por característica identitária, o empenho na luta pela defesa da liberdade. E, Maximiano Machado, segundo Mello, inauguraria esta historiografia, apoiado em tais características.

Com efeito, o comentarista identifica algo de comum na historiografia paraibana que ligaria seus primeiros historiadores e influenciaria os seguintes. Para ele, estes seriam de uma mesma vertente política, o liberalismo. Por conta disso, seus trabalhos refletiriam tal orientação. Diz Mello,

Fiquemos pois com os seis maiores – Maximiano, Joffily, Irineu Pinto, Coriolano, Celso e José Américo –, sem esquecermos de João Lyra e Horácio. Que há em comum entre eles?

(...)

Simplemente o acendrado liberalismo que professaram, como apanágio de uma Historiografia que, impregnada de sentimento libertário, soube aproximar-se do povo miúdo (...) da totalidade da sociedade, legitimamente encarada como sujeito e objeto da História, *por ela e para ela* elaborada (MELLO In: MACHADO, 1977, p. 8)³⁹.

É nesse texto de José Octávio que a imagem de Machado enquanto político rebelde toma sua forma acabada. O título do trabalho, em si, já demonstra aquilo que pretende evidenciar: “Maximiano Machado – Liberalismo, Radicalismo e Revisionismo na Primeira

³⁹ Respectivamente os historiadores e suas principais obras: Irineu Ceciliano Pereira Joffily, *Notas Sobre a Parahyba* (1892); Irineu Ferreira Pinto, *Datas e Notas para a História da Paraíba* (1909); João de Lyra Tavares, *Apontamentos Para a História da Paraíba* (1911); José Américo de Almeida, *A Paraíba e Seus Problemas* (1923); Celso Marques Mariz, *Evolução Econômica da Paraíba* (1939) e João Rodrigues Coriolano de Medeiros, *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* (1944).

História da Paraíba”. O autor carrega nas tintas para evidenciar Machado como um historiador combativo, que usou seus dotes de intelectual para marcar sua posição política, sendo, assim, um exemplo de liberal-radical. O principal argumento da afirmação é o fato de Machado criticar o poder central do Império, buscando acentuar sua indignação com essa centralização. Para ele isso explicaria até mesmo o fato da obra de Machado ter sido impedida de ser publicada durante anos. Sendo assim, recorre àquela suposta perseguição política à qual se referia Lyra Tavares, como vimos anteriormente.

Alinhando Machado a esse tipo de radicalismo José Octávio afirma que sua obra seria reflexo desse posicionamento político, reflexo da “visão histórica de um radical”. Segundo esse comentador,

seja porque se houvesse batido de armas na mão pela Praia, como juiz municipal em Areia, no ano de 1849, seja pelos pronunciamentos abolicionistas que emitiu na Assembléia Provincial de Pernambuco, ou ainda pela firmeza e continuidade de suas convicções republicanas e liberais, Maximiano Lopes Machado bem pode ser considerado um autêntico radical. (...)
Data daí, a essência de sua ‘História da Província da Parahyba’. (MELLO in: MACHADO, 1977, p. 15)

Com base nisso, Mello interpreta a referida obra como um verdadeiro libelo republicano radical, na qual Machado destacaria a história da Paraíba denunciando a ação dos opressores e a reação dos oprimidos. Atribui isso ao seu temperamento liberal que não se perdeu com o tempo, tal como teria acontecido com outros intelectuais que passaram a fazer uma historiografia mais conservadora à medida que perdiam a juventude.

Com Maximiano Machado passou-se algo diferente, explicando sua coerência liberal o caráter aguerrido e por vezes até panfletário de sua ‘História da Província da Parahyba’, espécie de coroamento de todas as suas convicções, inequivocamente democráticas, de político e cidadão (MELLO in: MACHADO, 1977, p. 21)

Diferentemente do que fez Lyra Tavares, José Octávio, ao invés de criticar e corrigir possíveis equívocos factuais ou interpretativos de Machado, apenas reconhece haver alguns pontos superados, o que, contudo, não diminuiria a importância da obra, pois o seu sentido geral continuava válido (1977, p. 41).

Com relação aos assuntos abordados no livro, José Octávio apenas os pontua, exaltando e defendendo os posicionamentos de Machado. É desta forma que avalia, por exemplo, a conquista da Paraíba. Ao abordar a questão da data de fundação da Paraíba,

assunto considerado imprescindível para a tradição historiográfica do IHGP, Mello surpreende chamando atenção para a irrelevância de se discutir datas para fins comemorativos. Diz ele que

na Paraíba, trocando-se o essencial pelo accidental e o principal pelo acessório tem-se concedido demasiada atenção a datas e nomes (...) bem mais importante é a noção de *processo*, dentro da qual se situa o acontecimento histórico, entendimento a que Maximiano não se faz estranho (MELLO in: MACHADO, 1977, p. 42, destaque do autor).

José Octávio ainda chama atenção para a forma como Machado entende a participação indígena nessa história. Aquela tendência de incluir os vencidos na sua narrativa, explicaria o fato de Machado se referir aos indígenas como reativos à toda “estrutura de produção, aqui montada, implacável e feroz para com os naturais” (MELLO in: MACHADO, 1977, p. 43-44). Dessa posição, segundo o comentador, derivaria a necessidade do autor se deter longamente na tentativa de apresentar a origem desses grupos indígenas e sua distribuição no território que viria a constituir a Paraíba.

José Octávio faz uma interpretação fundamentalmente anacrônica de Machado e sua obra. Afirma que as análises de Machado são sociais, aproximando-as da vertente da história dos vencidos, formulação que viceja essencialmente na segunda metade do século XX. Elege Machado como precursor de uma modernidade histórica, como se este tivesse iniciado ainda discussões historiográficas que seriam próprias dos historiadores contemporâneos de Octávio, tais como as contradições de classe, que acreditava já estarem presentes na narrativa de Machado. Nesse sentido, ao se referir à crítica que este autor faz à companhia de comércio holandesa, a respeito da qual tratamos anteriormente, Octávio percebe aí “a modernidade de Maximiano Machado, cuja visão histórica enxergava o que se fazia essencial nas invasões holandesas, ou seja, seu significado mercantil (...)” (MELLO, 1977, p. 45). Entendia ainda que aquele autor, ao se referir aos personagens da história da Paraíba, estaria preocupado em ressaltar o indivíduo no meio social:

... partidário de resoluta visão realista da História, Maximiano Machado percebia com agudeza o papel dos indivíduos numa época em que batalhas se decidiam por rasgos isolados (...) Sua visão agudamente social – como reflexo do radicalismo que professava, transferia, porém, os dramas e peripécias da “guerra de extermínio” que então se travava, para toda massa do povo (...) (MELLO, 1977, p. 46).

José Octavio, assim, buscava demonstrar que a história construída por Machado era peculiar, pois evidenciava os vencidos, “sem reservar a História para os vencedores”

(MELLO, 1977, p. 44). Daí o porquê, para o comentador, Machado se deter a estudar os indígenas da Paraíba. Interpretação que acreditamos ser equivocada.

Ainda a respeito do período holandês, Mello apenas pontua aquilo que Machado irá tratar. Exalta as interpretações daquele autor de forma exagerada, lembrando também sua “perspicácia” em se dedicar a escrever a respeito do grande vulto daquele conflito, André Vidal de Negreiros:

Assinalou [Machado] a predominância do fator econômico nas invasões holandesas e o sentimento nacional que aí brotou, centrado em torno da figura maiúscula de André Vidal de Negreiros, como expressão da tese de que o nacionalismo se apoia num antagonismo econômico de preservação das riquezas que se produz em face de outros povos e grupos que desejam fruí-las (MELLO, 1977, p. 17).

Para ele, Machado seria um historiador notável pela competência com que trabalhou as fontes históricas e a forma como armou sua narrativa cronológica de vertente “Varnhageniana”. Contudo, apesar dessas qualidades, a obra se faz especial e essencial por conta da sua tendência liberal e radical; da perspectiva política que nela se refletiu; uma obra, insiste, “em consonância com toda atividade política e intelectual do autor, suas últimas páginas ressumam liberalismo, como expressão daquela liberdade ‘antes confusa que nenhuma’ de que o dr. Machado fez-se genuíno campeão” (1977, p. 54).

Podemos perceber que o intelectual que o IHGP pretendia destacar, nas primeiras décadas do século XX, era um homem que teria sido um político abnegado, rebelde, defensor da liberdade, descendente de uma linhagem de homens que foram decisivos para o desenvolvimento da Paraíba, e, especialmente, um combativo liberal e republicano. Para tanto, foi criada uma imagem de Maximiano Machado que comportaria todas essas características. E essas são evidenciadas, reforçadas e cristalizadas pelos dois autores que fazem a apresentação de cada uma das edições existentes. Um deles – Tavares – sócio fundador da agremiação, no início daquele século. Outro – José Octávio, também membro do IHGP, além de docente do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba – mais de sete décadas depois. Neste último caso, percebe-se claramente que a imagem de Machado formulada pelos sócios-fundadores do IHGP havia se consolidado. Tanto é assim que muitos que escreveram sobre Machado no período que separa ambos os autores ou mesmo depois de 1977, apenas os repetem sem que ao menos alguns pontos sejam criticados. E tal posição independe do fato de serem ligados ao IHGP ou não.

O fato de Lyra Tavares criticar veementemente certos pontos da obra de Machado, revisando algumas de suas interpretações e até mesmo desqualificando algumas assertivas, e

mais ainda o fato de José Octávio não achar necessário ou importante se fazer críticas ao que Machado escreveu, reforça a idéia de que este teria sido mais importante para o IHGP enquanto figura política do que como historiador. Talvez seu estudo não tenha sido tão influente para o IHGP quanto se supôs ao afirmarem que sua obra, junto com as de Irineu Joffily e de Irineu Pinto, fosse o pilar da historiografia paraibana.

4.3. O Instituto Histórico Paraibano e a *História da Província da Parahyba*.

Buscamos, no item anterior, chamar atenção para a possibilidade de Maximiano Lopes Machado ter sido mais importante para o Instituto Histórico Paraibano enquanto figura política do que historiador. Contudo, esta mesma historiografia o consagra como sendo o primeiro historiador da Paraíba, sendo seu estudo considerado um dos pilares formadores da historiografia paraibana. Nesse sentido, tentaremos observar de que forma o IHGP irá absorver a *História da Província da Parahyba*.

O primeiro número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, por ter vindo a público em 1909, quatro anos, portanto, após a fundação do Instituto, serviu para, nela, serem publicados os relatórios, discursos, resenhas científicas e conferências ocorridas no intervalo da fundação até aquele momento.

Desde o início das atividades do IHGP seus membros se articularam no intuito de produzir e publicar uma revista que comportasse as suas produções, de forma a disseminar as pesquisas e estudos realizados no Instituto. O objetivo está expresso no parágrafo 4º do artigo 2º do estatuto do IHGP, que fala sobre a intenção de se “publicar uma revista em que serão reproduzidos os documentos colleccionados, retratos de homens illustres, de monumentos, paisagens e as memórias, conferencias e quaesquer estudos feitos de accordo com estes estatutos” (RIHGP, 1909, p. 11).

Nesse sentido, o primeiro número nos revela as diretrizes estabelecidas pelo grupo de intelectuais membros daquele Instituto. Ainda na apresentação comentam que foi no dia 07 de setembro de 1905, durante a comemoração cívica da independência do Brasil, que, de um grupo de “entusiasmados” e “patriotas” ali presentes, fez surgir a ideia da criação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Esta associação se destinaria a eternizar os fatos “memoráveis da nossa Pátria, e especialmente desta circunscrição” (RIHGP, 1909, p. 3). Dali foi tirada uma comissão para organizar um estatuto, que logo foi votado e passaria a vigorar como lei básica da instituição. Desta forma, é seguindo as diretrizes estabelecidas neste estatuto que os membros da agremiação passaram a direcionar seus trabalhos, cujo eixo

central deveria ser o de colaborar para o conhecimento de tudo que dissesse respeito à história da Paraíba. A revista, assim, ajudaria a divulgar os estudos que estavam sendo desenvolvidos, solidificando o discurso da instituição.

A publicação desta Revista corresponde a uma aspiração de todos quantos desejam o progredimento desta terra.

(...)

Ella, nos limites das aptidões de seus redactores, não esquecerá a continua investigação de nossas origens historicas; o estudo ethnologico do parahybano, a sua evolução; os limites do territorio do Estado; as suas condições economicas, industriaes e financeiras; em fim [SIC], servirá de repositório dos documentos e informações adquiridas na marcha constante nesse campo de acção em que a mira alvejada é a sociologia.

(...)

A perpetuidade do passado, o estudo do presente, em busca de futuro digno da Patria commum: eis o lemma desta Revista. (RIHGP, 1909, p. 4).

Assim, e com esse intuito, a revista do IHGP foi lançada. E, já no primeiro número, podemos perceber o tipo de história que procuraram criar. E, principalmente, nela observamos o estabelecimento dos marcos temporais e espaciais relevantes para (re)contar a história da Paraíba.

Nesse sentido, no primeiro número são publicados o “Termo da Fundação do Instituto Histórico Parahybano” e o “Estatuto do Instituto Histórico e Geographico Parahybano”. Mais acima nos referimos a um trecho do termo de fundação, onde chamamos atenção para o relevo que é dado às datas de 07 de setembro e 15 de novembro, respectivamente independência e proclamação da República. Para nós, indicam uma séria vinculação daquele instituto com uma espécie de “memória da república”. E é justamente no Estatuto daquela agremiação que podemos confirmar esse alinhamento com o novo regime. O parágrafo 5º do artigo 2º do Estatuto, que versa sobre os fins do Instituto, diz: “Promover a commemoração solemne das *grandes datas e acontecimentos patrios*, especialmente os dias 13 de Maio, *5 de Agosto, 7 de Setembro e 15 de Novembro*” (RIHGP, 1909, p. 11-12) (grifos nossos).

Contudo, outros momentos do desenvolvimento da Paraíba seriam rememorados como acontecimentos importantes por a terem levado ao estado em que se encontrava. Seriam eles: a conquista (em 05 de agosto de 1585), a expulsão dos holandeses (em 1654) e as Revoluções de 1817, de 1824 (Confederação do Equador) e 1848 (Revolta da Praieira), momentos que, segundo esta historiografia, haviam sido determinantes para a manutenção da integridade do Brasil e para o advento da república.

Destas quatro datas descritas no estatuto, apenas uma, 05 de agosto, está contida na narrativa de Maximiano Lopes Machado na sua obra *História da Província da Parahyba*.

Contudo, a presença deste autor naquela primeira revista pode ser notada para além daquela data. O mais intrigante é que a sua obra apenas seria publicada em 1912.

No primeiro número da revista do IHGP, de 1909, foi publicado um dos capítulos da obra ainda inédita de Machado. Tal capítulo seria o mesmo já publicado anteriormente no jornal *A Gazeta do Sertão* de Irineu Joffily, em 1889. Como destaca em nota o editor da revista,

infelizmente, até hoje, não foi possível a publicação desta valiosa obra do nosso distinto patricio, da qual a Revista com orgulho insere este interessante capítulo, transcripto da “Gazeta do Sertão”, de Campina Grande, do anno de 1889. O Instituto já designou, sob proposta do consocio Dr. Manoel Tavares uma comissão composta do mesmo e do Dr. Xavier Junior para tratar deste assumpto (RIHGP, 1909, p. 227).

Apenas podemos especular a respeito das razões que levaram à publicação daquele capítulo no primeiro número da revista do Instituto. Poderia ser apenas pelo fato da obra ainda não ter sido publicada integralmente ou simplesmente por já ter sido apresentada naquele jornal. Contudo, isso não explica o fato de terem escolhido esse número para compor a revista. Talvez não fosse gratuita a intenção de se trazer aquele excerto da obra de Machado.

Tal texto, que corresponde ao capítulo V do Tomo II, aborda, dentre outros assuntos, temas que dominariam os debates daquela agremiação, particularmente nos seus anos de consolidação. Especialmente a questão da anexação da Capitania da Paraíba à de Pernambuco. Segundo Dias (1996), um dos objetivos do IHGP era o de criar uma história da Paraíba separada da de Pernambuco. Segundo a autora, isto era de fundamental importância, pois, apenas assim, seria possível construir uma identidade genuinamente paraibana, com características peculiares a quem nascia naquele território. Sem dúvida há uma intenção em se construir uma história desvinculada da de Pernambuco, contudo, acreditamos que não seria a partir de uma oposição ou apenas uma delimitação para diferenciar as especificidades. Acreditamos que o IHGP, tal como Machado o fizera antes, buscou demonstrar que a Paraíba era tão importante para a nação quanto Pernambuco o fora. Seria mais o intuito de igualar a Paraíba a Pernambuco do que diferenciar as duas.

Tal capítulo, na realidade, começa tratando minuciosamente do processo de expulsão da Companhia de Jesus do território de Portugal e de suas possessões, e o consequente sequestro e arrematação dos seus bens, operado pelo Marquês de Pombal pelo decreto de 3 de Setembro de 1759. Em seguida, mostra como isso se processou no Brasil, Pernambuco e Paraíba. Disso tratado, passa a apreciar o estado econômico em que se encontrava esta última.

Machado demonstraria que o estado econômico da Paraíba no século XVIII não era dos melhores. O mais estranho, para o autor, era que esta Capitania, por ter uma população considerável, produzia alimentos e outros gêneros em quantidades razoáveis o que deveria fomentar e aquecer o comércio local, mas, ao contrário, este segmento teria estagnado. A culpa da situação era dos atravessadores que canalizavam a produção da Paraíba para o Recife. Desta feita, o comércio decaía, o que impossibilitava o sustento da própria Capitania. E foi justamente por essa incapacidade em sustentar o próprio governo que a Paraíba acabou subordinada à Pernambuco.

Em seguida, comenta a respeito da população da Paraíba. Nesse ponto Machado traça um perfil dos grupos “raciais” que a compunham naquele período: os “Branços descendentes de Europeus; negros descendentes de africanos; mulatos e suas variedades, producto do cruzamento do branco e negro, do mulato e negro; pequena descendencia do índio, do índio e branco, e do índio e negro” (MACHADO, 1977, p. 254). Descreve as práticas, as atividades econômicas e os costumes de cada um desses grupos. No caso dos brancos, detalha os traços físicos, as roupas que homens e mulheres vestiam, como estas se portavam e a sua alimentação.

A respeito dos negros, diz que apenas 2% da população era escrava e que eles “dividiavam-se em tres classes: os de Angola, creoulos e do Maranhão (...)” (MACHADO, 1977, p. 255). Os primeiros, para ele, seriam mais dóceis e conformados com sua condição. Os segundos acreditavam que sua condição era natural, então estavam satisfeitos com naquela forma de vida. Já os do Maranhão não eram dados ao trabalho e apenas se submetiam à força.

Em relação aos índios, Machado diz que estes

Restituídos já então á liberdade moravam em aldeias sen a direcção dos chefes naturaes e inspecção da autoridade civil. Indolentes e sem estímulos, plantavam apenas alguma mandioca e pescavam quanto bastava para se manterem. Viviam despreocupados, sem ambição de riqueza, satisfeitos com possuírem a cabana e a rede em que dormiam. Fora disso, e quando era absolutamente indispensável, procuravam pelo trabalho adquirir algumas varas de panno com que elles e as mulheres se vestissem, contentando-se com umas calças e jaqueta e aquellas com uma saia e cabeção (MACHADO, 1977, p. 488).

Em seguida trata das entradas para o sertão da Paraíba e do confronto com os índios cariris. Finaliza o capítulo retomando a crítica à subordinação da Paraíba à Pernambuco.

A publicação desse capítulo atendia assim a dois interesses, o primeiro de se fazer conhecida na sociedade paraibana uma parte da obra daquele intelectual, e o segundo, por este texto corroborar com as idéias do IHGP.

Não pudemos, pelos limites desse trabalho, avaliar a repercussão desse capítulo no meio intelectual paraibano naquele momento e de que forma ele contribuiu para fixar uma idéia de história da Paraíba. Tal intento demandaria uma análise profunda das diferentes gerações que compuseram o IHGP ao longo do século XX e as diversas interpretações a respeito do período tratado. Contudo, podemos ver que, nos anos iniciais de funcionamento deste instituto, de certa forma, o que escrevera Machado, reforçava já uma visão do que seria a Paraíba, e, principalmente, dos grupos que compunham aquela sociedade. Podemos ver que, aqui, o mito das três raças é retomado e reforçado, o que pode ter contribuído para cristalizar estereótipos, especialmente em relação a negros e índios.

A leitura do resumo da primeira conferência do IHGP, proferida em 12 de outubro de 1905 pelo orador oficial João Pereira de Castro Pinto, intitulada “A Parahyba nos Tempos Coloniaes”, também publicada neste primeiro número da Revista do Instituto, nos permite observar uma grande aproximação com a posição de Machado, cuja obra, àquela altura não havia ainda sido publicada, com exceção do capítulo que o fora na *Gazeta do Sertão*, ainda no final do século XIX.

Nesta conferência, Castro Pinto primeiramente faz uma distinção entre Crônica e História. Para ele, esta seria uma apreciação filosófica dos acontecimentos, enquanto aquela seria apenas um registro fiel deles. Isso posto, entende que a história colonial é apenas uma, a do Brasil, contudo, é possível escrever uma história colonial de uma região, à parte, quando ocorridos ali fatos originalmente manifestados ou essenciais. Essa perspectiva se encaixa no intuito, tanto de Maximiano Machado quanto do IHGP, de se formular uma história da Paraíba integrada à história do Brasil. Construir uma história essencialmente da Paraíba não significava em absoluto uma história isolada, voltada para si, mas evidenciar as contribuições da Paraíba na formação histórica nacional. Nesse sentido, recorre ao exemplo da guerra holandesa para Pernambuco, já que está entre os eventos que “concorreram para a independencia e para a Republica” (PINTO, 1909, p. 21). Já a Paraíba também teria sua crônica à parte da crônica geral da colônia, contudo, não teria uma “história, no sentido estricto do termo, fóra da História de Pernambuco durante o longo periodo que decorre do povoamento á independencia” (PINTO, 1909, p. 21). Após essa ressalva, começa a discorrer sobre os acontecimentos no desenrolar daquele período.

Não seria apenas pela maneira como ordena cronologicamente os acontecimentos que as aproximações com aquilo que Machado já havia delimitado na sua obra ficam evidentes, como pudemos ver no capítulo anterior desta dissertação. O que nos chama atenção no texto

de Castro Pinto são as críticas e os elogios que faz em determinados momentos, que são muito semelhantes aos do próprio Machado.

Como vimos anteriormente, Machado critica alguns momentos da colonização do Brasil, especialmente a demora do seu início e a forma como a Coroa portuguesa a realizou. Apontamos que o autor evidencia, no correr da história da Paraíba, os pontos em que o processo civilizatório e a marcha do progresso foram interrompidos, tais como o descaso da Coroa portuguesa em iniciar a colonização, a implementação das capitanias hereditárias, a guerra contra os indígenas, a invasão holandesa, entre outros.

Vamos notar que a mesma crítica, e seguindo a mesma sequência de eventos, vai estar presente no texto de Castro Pinto. Tal qual Machado, denuncia os anos em que o Brasil esteve esquecido pela Coroa portuguesa em detrimento da exploração das Índias Orientais (1909, p. 21). Critica, ainda, a solução encontrada pela Coroa para colonizar o Brasil, as Capitanias Hereditárias. Para o autor, da mesma forma que para Machado, de pouco isso adiantou, e cita o exemplo de Pero Lopes de Souza, o mesmo que Machado utilizou para demonstrar que a Paraíba, por conta disso, estava atrasada no processo de civilização. Por ter uma extensa porção de terra aquele donatário não teria se interessado por conquistá-la inteiramente, deixando as terras ainda sob o domínio dos indígenas. Segundo Castro Pinto, “Muitos annos depois, a Parahyba ainda era a matta impenetravel á civilisação européa, dando o unico accesso da foz de seu principal rio á ousada e habil pirataria dos francezes no trafico remunerador do páo brasil” (1909, p. 22).

Em seguida, relata o processo de conquista da Paraíba, evidenciando, tal como Machado, a urgência da Coroa portuguesa em realizá-lo. Contudo, não faz menção ao perigo que os índios imputavam a Olinda e a Recife, diferentemente de Machado que o enfatiza e que, portanto, demonstra que a conquista da Paraíba as teria salvado. Em relação a estes, nessa conjuntura da conquista, é mais enfático quanto à divisão dos grupos envolvidos. Os Tabajara, considerados como colaboradores pela historiografia paraibana, Castro Pinto qualifica como de “índole mais branda”; já os Potiguara, “eram inimigos rancorosos dos portugueses” (1909, p. 24).

Continuando a comentar o processo de conquista, sem maiores detalhes, relata que João Tavares, no dia 05 de agosto de 1585, fez as pazes com os índios, sem especificar com qual deles havia acordado. Para ele, quem funda a Paraíba é João Tavares, e justifica:

da incerteza de datas e palpavel contradicção dos chronistas, pode se concluir que a João Tavares si não é elle o fundador da Parahyba, cabe a gloria do facto principal, o accordo de paz e amisade com os tabajaras”

(...)

A essa figura *sympathica* de letrado operoso, a se incorporar nas successivas expedições, deve-se o resultado auspicioso de converter o estado de guerra exterminadora dos índios em um periodo franco de colonisação progressiva, a ponto de ser a Parahyba, cinco lustres mais tarde, sob a imminencia da invasão hollandeza, um grande viveiro de soldados, entre os quaes se recrutou o primeiro reforço enviado em soccorro da Bahia, sob o commando de Francisco Nunes Marinho (PINTO, 1909, p. 25).

Ao tratar da guerra holandesa, assevera que este teria sido o evento que realçaria a Paraíba na história nacional, pois foi o momento que propiciou manter a integridade do Brasil: “o proprio genio militar de um Cesar não conseguiria dar-nos a patria de Jose Bonifacio e de Benjamin Constant, como ella é actualmente, como nós somos, o povo brasileiro” (PINTO, 1909, p. 27).

Desta forma se detém a narrar os momentos que se seguem, desde as investidas dos holandeses à Paraíba até a sua capitulação. Faz uma narrativa sucinta, certamente pelo fato da ocasião exigir tal postura. Em seguida, dedica a maior parte do texto comentando, de forma exaltada e elogiosa, a atuação de André Vidal de Negreiros, que, segundo o autor, teria sido o verdadeiro herói da restauração Pernambucana: “Os acontecimentos que se desdobram até 1654, forjam, sob os raios da guerra, um vulto olympico: é o parahybano André Vidal de Negreiros, o maior de todos os brasileiros natos, durante o periodo colonial” (1909, p. 30). Nessa apreciação quanto à importância de Vidal de Negreiros, o autor se aporta em Robert Southey e em Varnhagen. Negreiros, para Castro Pinto, entra para o rol da linhagem de homens que heroicamente contribuíram para que a Paraíba e o Brasil alcançassem o estágio político no qual se encontravam, a República:

Vidal é o typo representativo de todas as virtudes nacionaes, sem um só defeito de sua época.

(...)

A Parahyba deve-lhe um monumento, que será o monumento de nossa propria honra e gloria.

(...)

Vidal é um passado inteiro; com José Peregrino de Carvalho e Maciel Pinheiro marca o fastigio moral da Parahyba”. (RIHGP, 1909, p. 33)

Como podemos perceber, a visão que Castro Pinto tem do período holandês é a de um momento em que a Paraíba se mostra ao Brasil como heróica e fundamental na trajetória civilizacional da nação.

Para Machado, como vimos, esse período também caracteriza o heroísmo da Paraíba e, no seu contexto, contribui para a manutenção da integridade da nação, evitando a dispersão

das capitanias e o esfacelamento do território do Brasil. Nos dois casos, a Paraíba se igualaria a Pernambuco. Os autores estão reivindicando o lugar da Paraíba na história oficial do Brasil, que teria sido eclipsada pela Capitania de Pernambuco. Os dois se aportam em momentos-chave para a história do Brasil e em personagens como André Vidal para respaldarem suas teses.

O certo é que a guerra holandesa é tomada como um divisor de águas para a historiografia paraibana. Maximiano Lopes Machado seria o precursor da interpretação de que a Paraíba teria sido tão importante quanto Pernambuco naquele conflito e como, após a guerra, a capitania retoma suas atividades dando prosseguimento ao seu desenvolvimento social e econômico. Como podemos notar, tal interpretação será seguida pelos historiadores posteriores do IHGP. Para Castro Pinto, por exemplo, “terminada a guerra holandesa, recomeça, na paz, o trabalho organico da sociedade” (1909, p. 33). Nesse sentido, é sintomático comentarem como a Paraíba se estrutura após a expulsão dos holandeses, tal como Machado o fez.

Seguindo ainda o roteiro, nos mesmos marcos que Machado, Castro Pinto comenta a respeito da anexação da Paraíba à Pernambuco. Para ele, 1585 marca o momento em que a Paraíba se livra do “jugo” desta sua “poderosa vizinha” (1909, p. 34). Contudo, os governantes e administradores seguintes, a exceção de João da Maia da Gama, “cedem o terreno conquistado a absorpção esmagadora do mercado do Recife (...) é ella [a Paraíba] em 1755, anexada a de Pernambuco, pela insufficiencia de meios necessários á dotação de seus encargos de capitania autônoma” (1909, p. 34).

Como nos referimos anteriormente, a parte da obra em que Machado trataria da independência e dos momentos que levaram a ela, foi extraviada por conta da demora em sua publicação, como informou Lyra Tavares. Contudo, fica uma dúvida do que realmente aconteceu com ela. Teria sido mesmo obra do acaso a perda desse trecho?

Como sabemos, Machado escreveu um prefácio para a terceira edição do livro do monsenhor Tavares Muniz que tratava justamente da revolução de 1817. Infelizmente não tivemos acesso a essa obra. Contudo, alguns historiadores do IHGP, comentam que aquele prefácio seria o seu melhor texto, um verdadeiro libelo (MELLO in: MACHADO, 1977). O que nos leva a entender que seria um texto que possivelmente se encaixava nas diretrizes do que o IHGP entendia daquele movimento.

Outro momento decisivo para o desenvolvimento da nação também tratado por Machado, dizia respeito à Revolução Praieira, da qual ele próprio participou. Como já vimos, dessa sua participação resultou a escrita do livro *Quadro da Revolta Praieira na Província da*

Parahyba. Nele, de forma virulenta, critica as ações da Coroa e especialmente a dos “saquaremas”, que buscavam instalar uma centralização excessiva no Brasil, sufocando as províncias:

... dessa época de triste recordação datam os infortúnios, e misérias com que, em uma série apenas interrompida, tem lutado constantemente a nossa infeliz pátria; que devendo ser dos brasileiros passou de facto a pertencer a portugueses charlatães, estúpidos, e rancorosos, que hão por todos os modos cavado a nossa ruína procurando humilhar o carácter nacional ao peso de um jugo estranho (MACHADO, 1983, p. 23).

Este texto é recheado de expressões fortes, tais como as que se referem aos saquaremas, a quem chama de demônios; ao se referir a Herculano Ferreira Penna como “celerado presente de satanás” para os conservadores de Pernambuco; ou, como vimos anteriormente, chamar a D. Pedro I de “praga egípcia” (MACHADO, 1983). Talvez pela forma como se expressa, seus comentadores enxergariam aí uma prova de seu comportamento rebelde.

Esta também é uma obra bastante apreciada e elogiada pelos membros do Instituto. Especialmente por tratar de um dos momentos que, segundo a perspectiva dessa historiografia, expressa a resistência e a luta pela defesa da liberdade, fruto do suposto espírito republicano do paraibano, herdeiro ainda dos movimentos ocorridos em 1654, 1817 e 1824.

Nesses dois textos, encontraríamos um “Dr. Machado” diferente daquele que escreve a *História da Província da Parahyba*. Aqui temos um Maximiano jovem, indignado, como podemos perceber pela virulência de sua escrita e pelos termos que utiliza para se referir a seus adversários, especialmente ao poder central. Já o Machado membro do IAHGP, mais maduro, é um escritor mais moderado na escrita, mais complacente, comedido. Sua crítica à história de Varnhagen, e sua reclamação quanto à necessidade de maior autonomia para as províncias, não significou, em absoluto, o rompimento ou um manifesto contra o poder imperial, a monarquia ou a defesa de um regime republicano.

Talvez isso se explique pelo fato de, neste segundo momento, estar vinculado a uma agremiação de saber como o IAHGP, tendo que se adequar às “leis do meio” (DE CERTEAU, 2008). Há que considerar também que suas convicções teóricas, bem como a posição política e intelectual que ocupava naquela sociedade pernambucana, tenham arrefecido o tal espírito rebelde que o caracterizava e que foi tão apregoado pelos historiadores do instituto paraibano a partir da sua fundação.

Se Machado, com o passar dos anos, foi arrefecendo aquele discurso furioso, podendo mesmo ter suavizado as críticas e interpretações em relação aos acontecimentos de 1817,

1824 e 1848, infelizmente não podemos saber, porque é exatamente na parte de *História da Província da Parahyba* que foi extraviada, aquela em que o autor iria rever tais acontecimentos. Se houve uma mudança na sua percepção e nas críticas a tais acontecimentos que fosse conflitante com a perspectiva dos seus receptores do IHGP, nada mais conveniente ou providencial que tais opiniões se perdessem. Contudo, são apenas conjecturas. Não sabemos se houve uma ação deliberada para se perder a última parte da obra de Machado. Podemos inferir que houve tempo suficiente tanto para se extraviar, quanto para “editar” a obra.

Voltando ao roteiro do IHGP, nos parece que a principal contribuição do estudo de Machado para a historiografia paraibana se refere ao período holandês e pós-holandês, especialmente ao tratar da reestruturação da Paraíba durante o século XVII e XVIII, como nos referimos anteriormente. Em relação ao período holandês, Machado, por ter tido acesso à documentos inéditos daquele período, criou o discurso de que a Paraíba teria sido tão importante quanto Pernambuco na guerra da restauração e, conseqüentemente, para a manutenção da unidade territorial do Brasil. No que se refere ao período pós-holandês, aquele autor demonstra o desenvolvimento econômico e social da Paraíba, estudo publicado ainda na revista do IHGP, antes mesmo do seu livro ser efetivamente lançado. O fato de, naquela primeira edição da revista, o IHGP se aproximar do que Maximiano havia estabelecido em seu estudo, nos leva a acreditar que a *História da Província da Parahyba* já circulava naquele meio antes mesmo da sua publicação.

Se levarmos em consideração que seu estudo já estava pronto em 1885 e que parte dele havia sido publicado na revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, assim como no jornal *Gazeta do Sertão*, de propriedade de Irineu Joffily, ainda no século XIX, houve tempo suficiente, desde a primeira tentativa de publicação em 1893 até a publicação efetiva em 1912, para suas idéias circularem e servirem de base para aqueles intelectuais do IHGP na formulação dos marcos espaciais e temporais da história da Paraíba.

Ainda no primeiro número da revista do Instituto, Manoel Tavares Cavalcanti, então primeiro secretário da agremiação, publica um artigo intitulado “RESENHA DOS TRABALHOS SCIENTIFICOS DO INSTITUTO DURANTE O ANNO SOCIAL DE 1905 Á 1906”. Neste texto, dentre outros assuntos, fala da importância da fundação daquele instituto para salvar o conhecimento científico produzido pelos paraibanos. Como exemplo, se refere a Maximiano Machado e a Irineu Joffily,

Cujos nomes encheram todo um vasto periodo de trabalhos concernentes á geographia e á historia da Parahyba, e que deixaram, o primeiro um espolio vasto e disperso, constituido de publicações valiosas em jornaes e revistas, hoje talvez impossiveis de colligir, monographias bem elaboradas, ricas de informações preciosas cujas edições se esgotaram e não se reproduziram e um livro inedito – A Historia da Parahyba – sem duvida a obra capital, o trabalho fundamental de uma vida consagrada ao estudo mas ameaçado de desaparecer e perder-se sem ver a luz da publicidade; o segundo, um livro apenas, as – Notas sobre a Parahyba – parcas de informação historicas, mas denunciando a extensão dos conhecimentos e profundeza das investigações do seu autor (CAVALCANTI, 1909, p 91).

Fazendo menção à obra de Machado, seis anos antes de sua publicação, credita ao IHGP o dever de protegê-la, o que nos leva a acreditar que a *História da Província da Parahyba* possivelmente circulasse entre os intelectuais ligados àquela agremiação.

O IHGP possivelmente se apoiou em Machado e em seu discurso cientificista para respaldar a sua própria produção. Contudo, isso não significou que a obra seria aceita sem ressalvas. A interpretação do IHGP a respeito dos acontecimentos não é a mesma de Machado. É justamente na conferência proferida por Manoel Tavares Cavalcanti, intitulada “Memória da Fundação da Parahyba”, em sessão comemorativa no dia 5 de agosto de 1906, celebração do momento mais importante para a historiografia daquele instituto, a fundação da Paraíba, onde podemos perceber o conflito entre as duas interpretações. Podemos dizer que, nessa conferência, Cavalcanti condensou e cristalizou a interpretação de que a Paraíba nasce de um ato de paz no dia 5 de agosto de 1585, elegendo como protagonistas João Tavares, os índios Tabajara e os Potiguara.

Todos esses personagens já faziam parte da história da Paraíba. Já eram conhecidos pelos cronistas, especialmente através do “Sumário das Armadas”⁴⁰. Assim como Varnhagen se basearia neste texto para descrever a conquista da Paraíba, formulando sua perspectiva de que o avanço da civilização dependeria da submissão desse território, Machado também se baseou nele para reafirmar os marcos temporais e espaciais da conquista. Os dois autores seguem o roteiro estabelecido no Sumário das Armadas, e se distanciam apenas ao enfatizarem os personagens que, para cada um deles, seriam mais importantes. Para o primeiro, seria o governador geral Manuel Teles de Barreto; para o segundo, seria Fructuoso Barbosa, como vimos anteriormente. Já para o IHGP o herói seria João Tavares. Desta forma, já havia um roteiro estabelecido a respeito da conquista da Paraíba aceito sem ressalvas até

⁴⁰ Este documento, cujo título na íntegra é “*Sumário das Armadas que se fizeram e das guerras que se deram na conquista do Rio Paraíba*”, foi escrito por um jesuíta, ainda não categoricamente identificado, na década de 1580. Nele foram narrados os acontecimentos referentes à guerra de conquista da Paraíba. No Brasil, este documento foi publicado, pela primeira vez, em 1848.

mesmo pelo IHGP, com diferenciações apenas quanto às interpretações sobre as ações dos personagens. Cavalcanti não precisou “criar” mais nenhum fato ou personagem. O que fez foi matizar e realçar a participação de uns em detrimento de outros. Assim, enfatizou os momentos que, para ele, demonstrariam “o nosso alvorecer para a civilização” (CAVALCANTI, 1909, p. 67). O 05 de agosto marca o dia em que, finalmente, a semente da civilização foi semeada pelo português encontrando, naquele território de paz, ambiente propício para germinar. Portanto,

Justo é que no dia consagrado á rememoração das nossas origens vamos alem do facto commemorado para entroncarmos os nossos ascendentes na grande arvore humana, e patentear os elementos da civilisação para que foi conquistada esta terra.

(...)

A mais sincera homenagem deve ser votada no dia de hoje á velha patria portugueza, cujas quinas trouxeram a estas plagas a civilisação, e de cujos filhos herdámos a coragem, o heroismo, a abnegação cavalheiresca, alem das outras virtudes da sua raça, e a crença inalteravel no catholicismo, um dos principaes sustentaculos da unidade nacional (1909, p. 70).

Em linhas gerais, Cavalcanti, nessa rememoração, seguiu o mesmo roteiro arquitetado por Machado e trilhado por Castro Pinto, como vimos há pouco: descoberta do Brasil, o malogro das Capitanias Hereditárias, a conquista da Paraíba e o período holandês. Os marcos foram mantidos, mas a interpretação e narrativa foram modificadas. Apenas no final do seu pronunciamento, deu um salto do período colonial para a República, comentando alguns momentos do império que foram entendidos como preparativos para esse último acontecimento, a exemplo da Revolução de 1817, da Confederação do Equador e da Praieira.

Dessa interpretação alguns pontos nos chamam atenção para a forma como o autor buscou afirmar a história da fundação da Paraíba como uma espécie de epopéia com heróis, algozes, inimigos, aliados e toda uma gama de personagens que comporiam a cena. Trata-se de uma verdadeira saga da República vindoura, que se inicia na descoberta do Brasil e tem, como ponto alto, o dia 05 de agosto de 1585.

Ao narrar os fatos que levaram à conquista da Paraíba, Cavalcanti se detém a comentar sobre os índios que ocupavam o território. Ele os divide em dois grupos. De um lado, os Tupi, formados por Tabajara e Potiguara, e do outro, os Tapuia. Aqueles são localizados como habitantes do litoral, e estes, do sertão. É apenas quando os do litoral passam a ser ameaça para os portugueses que uma reação definitiva para a colonização do território é acionada: “dormia a Parahyba no esquecimento das suas selvas quando um acto selvagem dos seus incolas veio suscitar a idéa da conquista do seu rio e de toda a região circumjacente”

(CAVALCANTI, 1909, p. 73). Cavalcanti, nessa passagem, está se referindo ao episódio do massacre de Tracunhaém. Como vimos anteriormente, houve um ataque dos Potiguara a esse engenho do Diogo Dias. Isso teria sido o que forçou a Coroa portuguesa a tomar, para si, a tarefa de conquistar a Paraíba “(...) Estava, porem, declarada a guerra do governo colonial ao selvícola parahybano, guerra que só devia terminar dez annos depois pelo tratado de pazes com os senhoris tabajaras(...)” (RIHGP, 1909, p. 73). (grifos nossos)

Demonstrando que as tentativas de conquista, quando não fracassaram, tiveram apenas sucessos parciais, destaca que os portugueses só lograriam êxito quando Piragibe aceitou o acordo de aliança com João Tavares.

É neste momento que vem figurar nos memoraveis acontecimentos que relembramos a figura épica da Parahyba selvagem. Refiro-me ao grande chefe tabajara, o bravo índio Piragibe. O papel extraordinário que lhe estava reservado nos factos que decidiram os destinos dessa terra, faz-me occupar alguma coisa delle (...) (CAVALCANTI, 1909, p. 78)

A partir daqui Cavalcanti começa a fazer um grande elogio aos Tabajara. Trata-se de um momento essencial para a cristalização da idéia da participação dos Tabajara como colaboradores, o que significava um lugar de destaque na memória coletiva da Paraíba que o IHGP estava construindo.

É nesse sentido que se ressalta terem sido, os Tabajara, os índios menos refratários à civilização e mais acessíveis aos portugueses (CAVALCANTI, 1909, p.78). O autor relembra que foram imprescindíveis no auxílio a Duarte Coelho na conquista de Pernambuco; “auxílio tão precioso que lhes valeu o entrelaçamento nas mais illustres familias colonisadoras” (CAVALCANTI, 1909, p.78)⁴¹. Assim como na história de Pernambuco figuravam grandes chefes Tabajara, na Paraíba era o nome de Piragibe que ficaria imortalizado.

Depois dessa pequena digressão, Cavalcanti retoma o roteiro e relata mais um confronto com franceses, Potiguaras e Tabajaras, estes ainda aliados daqueles. Mais uma vez os portugueses são derrotados, tendo que retornar a Olinda. Para Cavalcanti, essa tática do confronto não estava dando resultado, ao contrário, estava pondo a civilização em perigo, e assevera:

A civilisação desta terra não devia ser comprada a custa do sangue! Ella não tinha que se inundar no berço com o purpurear rubro do generoso sangue de heroes anonymos. Todo aquelle que vimos derramar-se foi inutil para a obra

⁴¹ O entrelaço a que se refere diz respeito ao casamento entre um membro daquela casa donatarial, Jerônimo de Albuquerque, irmão da mulher de Duarte Coelho, com Maria do Espírito Santo Arcoverde, filha do principal Tabajara Arcoverde, com quem teve vários filhos, o que conferiu a Jerônimo de Albuquerque o apelido de “Adão pernambucano” (GONÇALVES, 2007, p. 80).

da cultura intellectual, moral e material d'esta terra. Talvez assim já o tivesse compreendido o nobre espírito de João Tavares e já elle tivesse um pensamento de paz e alliança com os selvagens quando lançou os fundamentos do nucleo colonial da Cambôa.

(...)

Como quer que fosse era para elle que estava reservada a gloria ineclipsavel de lançar os allicerces d'esta construcção que a nós e a nossos descendentes cabe completar – a Parahyba grande, forte, immorredeira! (1909, p. 79).

É interessante que Cavalcanti traz à baila a opinião de Varnhagen a respeito da aliança de Piragibe e João Tavares. Para este, Piragibe fora motivado pela vingança contra os Potiguara, que o haviam acusado de traição. Cavalcanti parece concordar com ele: “(...) entendemos que esta alliança foi, como a que se deu em Pernambuco, uma consequência da inclinação natural dos tabajaras (...)” (1909, p. 80).

Para Cavalcanti, foi essa inclinação dos Tabajara e o pendor para a conciliação do capitão João Tavares que proporcionaram a paz. Segundo essa interpretação, Tavares, há muito, almejava um interlocutor do lado adversário, e este veio a ser Piragibe. Foi, então, segundo Cavalcanti, o encontro dos dois que proporcionou a paz. Dessa forma,

(...) no faustoso dia 5 de Agosto consagrado á excelsa Senhora das Neves, subia o mensageiro da paz o nosso pátrio rio tantas vezes infestado por piratas francezes. Ao chegar ao ancoradouro dos navios, ahi encontrou o chefe tabajara com quem logo trocou a saudação cordial (...) (CAVALCANTI, 1909, p. 80).

O mito da fundação da Paraíba como resultado do estabelecimento da paz foi criado neste texto de Cavalcanti. Podemos dizer que ele foi o arquiteto dessa interpretação, não o foi Machado, Joffily ou mesmo Pinto, os autores considerados pilares da historiografia Paraibana. Não é em suas obras que vamos encontrar essa interpretação, e sim na revista, com os fundadores do Instituto. A idéia já podia estar circulando, mas é Cavalcanti quem a materializa, dá vida e sentimentos àqueles personagens e suas ações, forjando um passado comum, criando uma identidade para os paraibanos, a denominada “paraibanidade”, tal como destacou Dias (1996).

Para Machado, este foi apenas mais um episódio do conflito da conquista. Como ele relata, João Tavares e Piragibe nem mesmo chegaram a se encontrar pessoalmente. Aquele apenas espanta os Potiguara do cerco que faziam a Piragibe; este envia seus emissários para encontrar com Tavares. Tal episódio do aperto de mãos, para selar a aliança, ou mesmo a paz jamais aconteceu; não passa de uma imagem forjada por Cavalcanti. Contudo, é essa a versão

que se dissemina na sociedade paraibana e até os dias de hoje é rememorada, comemorada e, consequentemente, reforçada.

4.4. O Indígena na Memória da Paraíba.

Pouco mais de quatrocentos anos depois daquela aliança dos portugueses com os Tabajara, anualmente, no dia 5 de agosto, é comemorada a fundação da cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba. Alguns dias antes desta data a prefeitura municipal inicia os festejos com uma série de atrações culturais que vão desde grupos folclóricos locais até conjuntos musicais de expressão nacional que se apresentam para a população em geral. A comemoração é conhecida como Festa das Neves e marca, assim, a cada ano, o aniversário da cidade.

A historiografia oficial paraibana registrou como sendo a data de fundação da cidade o dia 05 de agosto de 1585. Neste dia, segundo ela, os indígenas que habitavam a região aceitaram um acordo de paz com os portugueses, fazendo surgir daí a *Cidade de Nossa Senhora das Neves*. Este nome fora escolhido em homenagem à santa que tem o dia 05 de agosto consagrado, pela igreja católica, para sua louvação. O nome da cidade se modificou diversas vezes e por vários motivos ao longo do tempo até chegar a se chamar *João Pessoa*⁴². Contudo, Nossa Senhora das Neves ainda é celebrada, todos os anos, como a padroeira da cidade.

Com efeito, a Festa das Neves têm vários tipos de celebrações. A religiosa, a cívica e a profana. A religiosa fica a cargo da igreja católica através da arquidiocese, organizando missas e procissões. A cívica envolvendo escolas, imprensa e demais instituições civis em atividades que visam cultuar os heróis e os acontecimentos relacionados com a fundação da cidade. A parte profana fica a cargo do governo municipal que organiza os festejos, contratando espetáculos artístico-musicais.

A intenção clara ao se promover esse tipo de comemoração é de rememorar um acontecimento de grande apelo identitário. No caso, o surgimento de um lugar com todas as suas implicações – as características das pessoas do lugar, os seus costumes, práticas e etc. –

⁴² Desde a fundação o nome da cidade passou por diversas mudanças. Seu primeiro nome fora Povoação de Nossa Senhora das Neves em 1585, passando à *Cidade de Nossa Senhora das Neves* em 1589, em seguida, em homenagem ao Rei Felipe após a união das Coroas Ibéricas, passa a se chamar *Filipéia de Nossa Senhora das Neves*. Após a conquista dos holandeses (1634-1650), lhe é dado o nome de *Frederica*. Com a expulsão dos holandeses volta a se chamar *Cidade de Nossa Senhora das Neves*, passando em 1817 a *Cidade da Parahyba*. Em 1930, com a morte do então presidente do Estado, João Pessoa, a cidade passa a carregar o nome deste político.

reforçando o elo entre os que nasceram na região e renovando o sentimento de pertencimento. O intuito, deliberado ou não, é a de criar uma memória coletiva. Na maioria das vezes é na historiografia que se aportam para embasar as comemorações. No caso da Paraíba, foi a historiografia produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, ainda nos primeiros anos de sua fundação, que produziu os marcos temporais e espaciais dessa história; marcos utilizados nas comemorações civis.

Conforme François Dosse, “durante muito tempo a história foi identificada à memória” (2003, p. 261). No esforço de demonstrar como se dava essa relação, o autor mostra no seu texto “Uma História Social da Memória”, como, em vários momentos, na França, se elaborou uma “história/memória” para se legitimar o Poder. Buscava-se, na história, a partir de uma vasta documentação, elementos para se criar uma memória oficial da França, e por consequência, uma memória comum para os “cidadãos”. Demonstra, ainda, como ao longo do tempo, essa memória vai se modificando conforme os interesses dos que detinham o poder. Para Dosse, a memória, ligada indistintamente à história, é um problema, seria um instrumento perigoso utilizado pelo Estado-Nação. A história e a memória têm funcionamentos específicos. Entendendo isso, propõe que uma distinção clara entre os dois campos é necessária para se compreender suas relações. Com efeito, parte de sua argumentação se apoia na dissociação proposta pelo sociólogo Maurice Halbwachs. Para este, no dizer de Dosse, as duas dimensões são distintas e mesmo irreconciliáveis:

no início do século, ele pôs, termo a termo, os dois universos, colocando do lado da memória tudo o que flutua, o concreto, o vivido, o múltiplo, o sagrado, a imagem, o afeto, o mágico, enquanto a história caracterizar-se-ia por seu caráter exclusivamente crítico, conceitual, problemático e laicizante(...) (DOSSE, 2003, p. 280).

Isso implica num afastamento diametral entre os dois campos. Enquanto a memória restitui o passado pelo vivido, a história, sendo uma temporalidade exterior, o restitui fora do vivido. Contudo, Dosse, a partir dessa separação, observa que essa dissociação, num primeiro momento, leva a um distanciamento crítico da história em relação a memória. Num segundo momento, esse mesmo afastamento proporciona uma reaproximação entre os dois campos. Não mais uma simples interação; agora é a memória enquanto um objeto da história. Esta buscaria os sentidos que a memória social cria ao longo do tempo. O interesse está no que a sociedade lembra, como lembra e o significado dessas lembranças. Assim, Dosse propõe uma *História Social da Memória*.

A busca, agora, não seria mais para encontrar, na memória, a coisa tal como se passou. Mas sim, como o sentido ou o significado dos acontecimentos vividos se modificaram no tempo e as implicações de tais mudanças para a sociedade. Assim, para Dosse, “entre história e memória, o fosso não está eliminado. Deve-se evitar o impasse ao qual uma grande separação conduz, mas também a fusão dessas duas dimensões” (2003, p.286). Suas observações e a proposta de uma história social da memória são importantes para se compreender algo que é fundamental para esse campo, a Memória Coletiva.

A Memória Coletiva nos leva a refletir como os indivíduos que possuem suas próprias experiências com o passado, se relacionam com as vivências de outros indivíduos, suscitando experiências em comum, por conseguinte, induzindo a uma identificação daqueles a um determinado grupo.

Refletindo a respeito da Memória Coletiva, José D’assunção Barros (2009), apoiado ainda em estudos de Halbwachs, aponta para a dimensão social a que tanto a Memória Individual quanto a Memória Coletiva estariam sujeitas. Segundo Barros, a memória estaria no indivíduo assim como na sociedade. Desta forma, os indivíduos poderiam se reportar a lembranças comuns que os identificam enquanto grupo social. Assim, pode-se constatar uma interação entre aqueles dois tipos de memória. A individual poderia se apoiar na coletiva para se reforçar, enquanto a coletiva seria formada por memórias individuais – ainda que aquela não se confunda com estas (2009, p.43). É nessa interação que pode ser percebida a dimensão social

isto porque mesmo o indivíduo que se empenha em reconstituir e reorganizar suas lembranças irá inevitavelmente recorrer às lembranças de outros, e não apenas olhar para dentro de si mesmo em conexão com um processo meramente fisiológico de reviver mentalmente fatos já vivenciados (...) (BARROS, 2009, p.44).

Barros ainda chama atenção para o fato da memória individual precisar de um aparato social, como língua, costumes, idéias, entre outros, para se constituir. Para ele, os grupos sociais, de certa forma, determinam o que deve ser lembrado e como deve ser lembrado (2009, p.44).

A relação entre historiografia e memória é bastante complexa, por vezes conflituosa, ambígua, mas também pode ser complementar. A Historiografia tende a se distanciar da memória se confrontando com esta a fim de verificar a sua veracidade. Como nos aponta Paul Ricoeur (2003), a memória é sempre ameaçada pela imaginação, esquecimento e diversos abusos. Assim, a historiografia tende a pôr a memória à prova através da crítica. E, nesse

movimento, aquela acabaria por colaborar com esta, a fortalecendo e mesmo a protegendo de suas vulnerabilidades. Há uma dialeticidade nessa relação. As duas dimensões se fortalecem a medida em que interagem. O problema se dá quando uma interfere arbitrariamente na outra. O exemplo mais claro é o da historiografia sujeita à memória do Estado-nação. Aquela estaria assim a serviço do poder.

É importante atentarmos para esse problema da historiografia servindo como suporte de uma “memória obrigada”, uma memória manipulada pelo Estado-Nação. Este elege aquilo que deve ser lembrado pelos indivíduos de uma determinada sociedade, forjando uma identidade comum. A memória e a historiografia estariam limitadas por interesses de poder.

A celebração a qual nos referimos no início do texto é um bom exemplo para se refletir a respeito da utilização da historiografia para se criar uma “Memória Coletiva”. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, fundado em 1905, tomou para si a responsabilidade, enquanto lugar autorizado de conhecimento, de elaborar a História Oficial da Paraíba. Estabeleceu, assim, os acontecimentos relevantes, as datas importantes e os locais que deveriam ser registrados e lembrados pelos paraibanos.

O principal evento seria o da fundação da Cidade de Nossa Senhora das Neves, como nos referimos acima. Os personagens (portugueses e indígenas), o local (as margens do rio Sanhauá, afluente do rio Paraíba), e a data (05 de agosto de 1585) não poderiam ser esquecidos. Esse ato fundador, além de se referir ao surgimento de uma nova região, significou também, para aquela historiografia, o nascimento de um novo ser: o paraibano. Este seria um ser *sui generis*, pois carregaria características que o diferenciariam dos outros das demais regiões brasileiras. O esforço por elaborar uma história da Paraíba, diferente das demais regiões, fez com que os membros daquele instituto buscassem, nesse ato fundador, os elementos que formariam este ser, criando assim uma identidade local (DIAS, 1996).

Como a fundação da Paraíba teria surgido a partir de um acordo de paz, o paraibano seria, por excelência, um ser pacífico. Até mesmo os indígenas da região, seriam lembrados como voltados para a paz. Muitas vezes essa suposta característica do paraibano é, ainda hoje, evocada por políticos em seus discursos nas celebrações oficiais, ou mesmo em campanhas de promoção do turismo na região. Sempre recorrendo a uma identidade comum a todos.

Continuemos ainda com o exemplo do ato fundador da cidade. O contexto histórico da conquista do território da Paraíba nos mostra que, naquele momento do 05 de agosto de 1585, três grupos diferentes estavam em conflito. Os portugueses, que queriam conquistar o território e criar uma povoação para expandir as suas fronteiras econômicas; os Tabajara que, num primeiro momento, estavam aliados aos Potiguara e, noutro, se aliam aos portugueses e

passam a lutar contra os Potiguara; e, este último, que estava em conflito tanto com portugueses quanto com os Tabajara. Aquele acordo de paz, enfatizado pela historiografia oficial, na realidade seria uma aliança de guerra entre portugueses e Tabajara contra os Potiguara. Tal situação nos remete, mais uma vez, a Paul Ricoeur que adverte:

aquilo que celebramos como acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos, legitimados posteriormente por um estado de direito precário. A glória de uns foi a humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração do outro (...) (2003, p.92).

Ricoeur, analisando os abusos aos quais a memória está sujeita, tenta relacioná-las do nível individual para o coletivo, demonstrando que conceitos, categorias e mesmo tratamentos da psicanálise que, por princípio, avaliam caso a caso, paciente por paciente, podem ter o seu equivalente coletivo. Isso nos ajuda a refletir mais um pouco sobre essa memória coletiva paraibana e a celebração da fundação da cidade de João Pessoa.

Temos, na memória coletiva da Paraíba, feridas que não foram tratadas; traumas ainda não curados. Traumas tais como o massacre dos indígenas Potiguara depois da aliança formada entre portugueses e Tabajaras no 05 de agosto de 1585 – sem contar outros mais dos quais foram vítimas ao longo de séculos, desde os primeiros contatos, passando pela época do período holandês ou mesmo nos dias de hoje, nos conflitos pelo reconhecimento de suas terras. Conflitos por motivos diferentes, mas, no fundo, um objetivo comum: a usurpação de suas terras. Se, por um lado, muito se fala da paz estabelecida, por outro, pouco se toca no assunto da guerra continuada. Teríamos, dessa forma, uma “memória impedida”. Segundo Ricoeur, o seu sintoma é a compulsão pela repetição. O excesso de memória por um lado e uma insuficiência por outro, impedem a lembrança do acontecimento tal como se deu. Exige-se, para isso, um tratamento (2003, p.93). A sugestão seria um trabalho de rememoração, uma espécie de trabalho de luto no qual se buscaria expor aquilo que aconteceu, e enfrentar os incômodos conseqüentes de uma lembrança dolorosa até se romper o trauma e conseguir superar o evento causador do transtorno.

Além dessa dimensão patológica, Ricoeur nos chama atenção para um outro tipo de abuso da memória: a “memória manipulada”. Esta seria uma memória sujeitada a quem detém o poder (2003, p.93). A manipulação da memória reporta, mais uma vez, à questão da identidade. Nesse caso, molda-se uma memória no intuito de forjar experiências comuns, um passado comum, conseqüentemente, uma identidade comum. Apontando para a “fragilidade da identidade”, Ricoeur observa como isso acaba por influenciar os abusos da memória:

o cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade. Entre as derivações que dele resultam, conhecemos alguns sintomas inquietantes: excesso de memória, em tal região do mundo, portanto, abuso da memória – insuficiência de memória, em outro, portanto, abuso de esquecimento (...) (2003, p.94).

Observa três causas para tais fragilidades: a primeira se refere à relação da identidade com o tempo, as mudanças ou permanências da identidade ao longo do tempo; a segunda fragilidade diz respeito à relação da identidade com a alteridade, com o outro especialmente quando este outro é uma ameaça; a terceira causa é “a herança da violência fundadora”. Como nos referimos acima, Ricoeur entende que os acontecimentos fundadores são sempre pautados na violência, “assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros (...)” (2003, p.95).

As reivindicações de identidade podem se tornar ingrediente considerável para os maus usos da memória, servindo para sua manipulação, dando respostas rápidas e perigosas àquelas reivindicações. Nisso Ricoeur alerta para o perigo da ideologia. Aquele que detém o poder, o estado, é quem autoriza e desautoriza as memórias, diz o que deve ser celebrado, o que pode e o que não pode ser narrado através da História Oficial. Um “pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração” (2003, p.98).

Para esses distúrbios da memória, tanto individual quanto coletiva, Ricoeur propõe um tratamento equivalente ao da psicanálise freudiana. Há de se explorar os fatos, fazê-los emergir, virem à tona e serem trabalhados por uma “memória crítica”. E a história, especialmente a historiografia, teria papel fundamental nesse processo pelo trabalho de rememoração, da crítica documental e da narrativa.

No fundo, Ricoeur propõe atitudes que visem reconciliações. Reconciliação do presente com o passado, da historiografia com a memória, memória individual com a memória coletiva, dos humilhados com os glorificados e assim por diante. Busca evitar, assim, confrontos, distúrbios, violências. Como bem nos lembra José Carlos Reis, sendo Ricoeur, calvinista, “sua fé exige uma boa vontade de pacificação, de religação entre os homens. Mas, não é como religioso que ele intervém no debate historiográfico. Para ele, o objetivo do esforço intelectual é criar conexões, articulações, restabelecer a possibilidade do diálogo (...)” (2010, p.45). Nesse sentido, podemos pensar que ele estaria propondo uma memória coletiva pacificada e universal, que contemplasse todos os indivíduos?

Contudo, como refletir, então, a respeito da memória dos indígenas Potiguar e Tabajara que ainda hoje existem na região do litoral norte do Estado da Paraíba? Estes teriam

que esquecer os massacres e as humilhações que sofreram ao longo dos séculos⁴³? Para Ricoeur, sim. Porém, não um esquecimento abusivo, aquele que impede a memória. Sugere um “esquecimento feliz”, que seria conseguido não pelo silenciamento do que aconteceu, mas sim pelo perdão (REIS, 2010, p. 61).

Com o mundo de hoje se abrindo cada vez mais para o multiculturalismo, no qual se observa uma tendência para a diversidade identitária entre os vários grupos sociais, talvez seja problemático falar de uma memória coletiva no sentido universalista. Talvez fosse mais interessante se falar em “memórias coletivas”. Isto seria bastante coerente com as tendências historiográficas que enfatizam histórias plurais, memórias de grupos e que seguem numa direção contrária ao sentido de reconciliação proposto por Ricoeur. Por outro lado, as historiografias produzidas pelos diversos grupos, quando confrontadas entre si, expondo suas feridas, traumas, rancores, talvez consigam encontrar uma saída para seus conflitos e partir para uma reconciliação. Nesse sentido, poderíamos pensar numa memória coletiva que consiga abrigar as memórias dos grupos. Não mais forçados a compartilhar uma identidade comum pela “memória obrigada”, mas sim enquanto identidades que formam um corpo único enquanto humanidade.

No caso da historiografia paraibana, como pensar e praticar uma reconciliação entre as memórias dos envolvidos naquele ato fundador? Os Potiguara e Tabajara atualmente passam por um processo de afirmação de sua identidade buscando se firmar culturalmente. Nesse sentido, estão buscando trazer à tona a sua versão do que aconteceu com seu povo ao longo do tempo. Já podemos vislumbrar aí um conflito de versões. No mínimo, entre a sua versão e a da historiografia oficial da Paraíba. Na qual, implicitamente, se celebra os conquistadores e se execra os conquistados.

Assim, a Festa das Neves, ao rememorar e comemorar, todos os anos, a fundação da cidade, está celebrando a vitória dos conquistadores e seus colaboradores (portugueses e Tabajara) e execrando os conquistados (os Potiguara). De certa forma, isso cria uma repulsa

⁴³ No momento em que nos preparávamos para imprimir esse trabalho em sua versão final para defesa, no dia 06/08/2012, nos deparamos com a notícia da morte do cacique potiguara Geusivan Silva de Lima, após ter passado alguns dias internado em um hospital devido a um atentado sofrido no dia 31 de julho. O cacique teria sido mais uma vítima dos constantes conflitos de terras envolvendo indígenas, fazendeiros e empresários canavieiros. Em abril deste ano, o cacique Geusivan, junto com a comunidade da aldeia retomou 90 hectares de área ocupada para plantio de cana de açúcar. Esse pode ter sido o motivo do atentado. “De acordo com o cacique geral do povo Potiguara, Sandro Gomes Barbosa, o atentado não é um fato isolado e se soma a ameaças, agressões e tentativas de homicídio sofridas por sete caciques Potiguara e relatadas para a Polícia Federal e Ministério Público federal (MPF) entre 2011 e este ano”. Tal fato mostra que a luta dos Potiguara pelo reconhecimento de suas terras e de sua cultura ainda não foi resolvida. As perseguições e os massacres sofridos desde a colonização parecem estar longe de acabar. Informações obtidas no sítio eletrônico do Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: < http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6418&action=read> Acesso: 06 ago 2012.

da sociedade em se identificar com os indígenas derrotados, negando-os enquanto parte constitutiva da formação biológica, histórica e cultural da Paraíba.

Contudo, como podemos perceber, a participação destes na história da Paraíba se encerra naquele episódio, diferentemente dos Potiguara, que ainda iriam ser mencionados no episódio do período holandês, décadas depois. Podemos perceber que a inserção dos indígenas na história oficial produzida no IHGP, se distancia da formulada por Maximiano Lopes Machado.

Nesse sentido, o IHGP, ao formular uma história oficial da Paraíba fundamentada na interpretação de Cavalcanti, a autorizando e disseminando na sociedade, colaborou para o apagamento dos Potiguara da formação da identidade paraibana, os deixando à margem e os isolando socialmente. Ao determinarem aqueles que deviam ser lembrados, Portugueses e Tabajara, e aqueles que deveriam ser esquecidos, simplesmente não os mencionando mais, induziram a sociedade a determinada relação com o passado e seus personagens.

Não é à toa que é possível encontrarmos ruas, com o nome daqueles personagens que foram destacados pela historiografia oficial, tais como João Tavares e o próprio índio Piragibe, que é homenageado tendo seu nome identificando uma rua e uma escola da rede municipal de ensino. Sintomaticamente, não há ruas que façam menção aos vencidos.

Desta forma, podemos observar que o IHGP formou uma ideia de passado que visa à constituição de um panteão de heróis que teriam sido fundamentais para que a Paraíba tivesse evoluído da conquista à República. Os indígenas, para essa historiografia, ficaram divididos em dois grupos: os que se opuseram ao avanço da civilização e aqueles afeitos a esta, e colaboradores do seu processo.

Nessa perspectiva, os Tabajara, ao colaborarem firmando o acordo de paz, possibilitaram, assim, que a saga de desenvolvimento da Paraíba tivesse início. Abriu-se o caminho para que ela passasse por outros momentos que apenas fortaleceriam a sua inclinação para a paz e para o republicanismo. Os Tabajara foram os auxiliares imprescindíveis dos colonizadores na Paraíba, tal como o foram em Pernambuco, onde já haviam dado prova disso. Assim, para o IHGP, foram fundamentais para que a Paraíba iniciasse sua jornada.

Ironicamente, aqueles que foram eleitos para serem lembrados, os Tabajara, “desaparecem” da Paraíba, são reduzidos e silenciados até que a sociedade não os conseguisse enxergá-los mais. Os Potiguara, avessos à sociedade, como preconizou aquela historiografia, estiveram mais presentes no imaginário da sociedade paraibana, e podendo mesmo serem localizados fisicamente no litoral norte, apesar da ressalva que esta sociedade faz quanto a “verdadeira” identidade indígenas deles.

Em relação ao estabelecimento da contribuição dos indígenas na constituição social, histórica e cultural da Paraíba, podemos perceber que a perspectiva do IHGP e de Maximiano Lopes Machado se distinguem no que tange às ações realizadas por eles durante o período da conquista da Paraíba. Machado chama atenção para as ações dos Potiguara contra a civilização. Como vimos, a rejeição desses indígenas à colonização, mais especificamente a não adesão à vida social, estagnou a marcha civilizatória. É apenas quando estes começam a aderir à sociedade que a Paraíba pode dar continuidade ao seu desenvolvimento e evolução. Para o IHGP, representado por Cavalcanti, como vimos há pouco, ao invés de enfatizar a resistência dos Potiguara, realça-se uma suposta predisposição dos Tabajara à paz.

O que podemos perceber é que a interpretação de Machado e do IHGP se distanciam em vários temas da história da Paraíba. A participação dos indígenas nesta é um exemplo claro. Como vimos, a historiografia paraibana elege Maximiano Machado e a sua *História da Província da Paraíba* como um de seus pilares. Contudo a narrativa do IHGP não se baseia por completo naquele autor. Ao contrário, sua perspectiva é revisada, questionada e até mesmo desqualificada. Machado seria mais importante para a construção arquitetada por este instituto a respeito de uma “memória da república” na Paraíba, do que os seus estudos o poderiam ter sido para a historiografia paraibana.

Se divergem nas interpretações, no fundo se igualam ao estabelecerem que os indígenas têm uma participação passiva e limitada, e que estes cessam suas ações em um determinado momento da história da Paraíba. Em Machado, elas se encerram após o fim do período holandês, quando a Paraíba retomou seu desenvolvimento e deu continuidade ao processo de colonização, incorporando o indígena à sociedade colonial. No IHGP isso ocorre a partir do momento em que os indígenas estabeleceram o tão apregoado acordo de paz, quando passaram a compor a sociedade imiscuindo-se a ela. Nas duas interpretações, encontramos um fim comum, a vitória da civilização contra os “selvagens”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de iniciarmos essa pesquisa, pelo maior contato que tínhamos com os comentadores do que com a obra de Maximiano Lopes Machado, estávamos convictos de que ela se constituía realmente, junto com as de Irineu Ferreira Pinto e Irineu Joffily, em um dos pilares da historiografia paraibana produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano desde sua fundação. Aliás, como tivemos a oportunidade de discutir nesta dissertação, tal condição sempre foi exaltada pelo próprio IHGP e frequentemente reafirmada, ao longo do tempo, por seus comentadores. Contudo, ao analisarmos mais detidamente aquilo que Machado escreveu em *História da Província da Parahyba* e as produções do IHGP publicadas nos primeiros números da sua Revista, nos deparamos com uma certa divergência de perspectivas acerca da história da Paraíba. Tal divergência nos fez repensar os limites da influência que aquele autor teria para a historiografia daquele instituto e da paraibana de um modo geral.

Como buscamos demonstrar, Maximiano Machado construiu uma história da Paraíba com base na teoria do evolucionismo social, muito influente na época em que escreveu o livro. Na obra, procurou demonstrar o processo evolutivo daquela província, apresentando os percalços que impediam o andamento do seu progresso e as marchas e contras-marchas pelas quais a mesma passou através do tempo. Procurava evidenciar, sobretudo, a colaboração da mesma para o desenvolvimento da civilização do Brasil. Nesse sentido, destacou os momentos em que o desenvolvimento da Paraíba esteve ameaçado. O primeiro percalço a ser vencido pela civilização seria justamente a conquista do território. Para Machado, um dos fatores que levou ao atraso do início do processo civilizatório da Paraíba foi o descaso da Coroa portuguesa em tomar, para si, a obrigação de civilizar o Brasil. Esta, segundo o autor, estaria mais interessada no ouro das Índias do que em garantir a posse da nova descoberta. Desta forma, concedeu a particulares o direito de explorarem o novo território. Este teria sido o primeiro pecado da Coroa portuguesa, deixar que particulares, movidos pela cobiça e pela busca do lucro, ficassem com a incumbência de conquistar as novas terras. Para Machado, isto trouxe apenas prejuízos para a civilização, e o maior deles foi ter afastado os indígenas do “grêmio da sociedade”.

Os indígenas, sendo molestados pelos colonos, que os matavam e os cativavam, criaram uma rejeição à civilização, à sociedade e seus agentes. A conquista da Paraíba foi a síntese desse confronto entre indígenas e os agentes colonizadores. O território da Paraíba apenas foi conquistado depois que os indígenas cessaram seus ataques e se submeteram à

Coroa. Primeiro, os Tabajara que acordaram aliança com os portugueses, atitude interpretada pela historiografia do IHGP como acordo de paz. Depois os Potiguara, que, segundo Machado, pela falta de trato dos portugueses e pela influência dos franceses, resistiram mais para aderirem à colonização. Para Machado, a Coroa poderia ter evitado muitos conflitos e muito sangue indígena se, antes, tivesse enviado sacerdotes para catequizá-los do que colonos ávidos por lucros para explorá-los. Tanto isso era correto que os momentos em que as missões religiosas se ampliaram, foram justamente aqueles em que a terra alcançou maior tranquilidade e desenvolvimento econômico ou social.

O segundo percalço do processo civilizatório da Paraíba se deu no século XVII quando da invasão dos holandeses (1634-1654). A capitania, após a conquista portuguesa, passara a se desenvolver econômica e socialmente; a catequização dos indígenas avançava consideravelmente dando resultados consistentes, sendo D. Antônio Felipe Camarão – o índio que entrou para o panteão dos “heróis nacionais” - caso exemplar deste sucesso. Para Machado, a invasão holandesa interrompeu esse momento de desenvolvimento. Não apenas estava ameaçada a civilização na Paraíba, mas em todo o Brasil. Machado buscou demonstrar, em sua narrativa, como a Paraíba, junto com Pernambuco, resistiu às invasões e conseguiu expulsar os holandeses. Sua intenção foi evidenciar a participação da Paraíba naquela guerra. Para ele, o papel desta teria sido tão importante quanto o de Pernambuco e prova disso foi a liderança militar do “paraibano” André Vidal de Negreiros. Este, a frente dos outros líderes – Henrique Dias, João Fernandes Vieira e Felipe Camarão –, restauraram a nação, pondo-a novamente em rumo ao progresso.

Após esse período de guerra, a Paraíba retoma o seu processo de desenvolvimento que, contudo era lento, não mais devido a ameaças externas e sim por problemas internos, tais como a conquista do sertão e a guerra contra os índios dessa região e, concomitantemente, a anexação da capitania à Pernambuco, ocorrida em 1755. Infelizmente, como já mencionamos, com a demora em se publicar o livro uma parte dele se perdeu, o que nos impossibilita saber quais outros momentos teriam, conforme Machado, interrompido a evolução da Paraíba rumo ao progresso e à civilização.

O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, ao ser criado em 1905, já no século XX, alguns anos após a conclusão da obra de Machado, teve como objetivo construir uma história da Paraíba escrita por paraibanos. Esta deveria primar pelos feitos dos homens notáveis em prol da Paraíba, especialmente aqueles que se destacaram nos momentos eleitos, por essa historiografia, como decisivos na trajetória entre a conquista e o advento da República. Buscou, assim, construir uma memória da República. Nesse sentido, o IHGP buscou

estabelecer os marcos temporais e espaciais dos eventos nos quais os paraibanos demonstraram seu “patriotismo”, defendendo a nação, sua união e liberdade – esta proporcionada pelo novo regime republicano.

Desta forma, de que maneira o estudo de Maximiano Lopes Machado, *História da Província da Parahyba*, colaboraria com os cânones daquela historiografia oficial, haja vista que seu estudo somente foi publicado em 1912, sete anos após a fundação do instituto, e, principalmente, por que ela é tida como a obra fundadora da historiografia paraibana?

Após analisarmos biografias sobre o autor e compararmos a sua História da Paraíba com a construída pelo IHGP nos primeiros tempos de sua existência, percebemos que Maximiano Lopes Machado havia sido mais importante como político do que como historiador nesta construção. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano buscou construir a imagem de Machado enquanto um dos baluartes da República. Tal perspectiva corroborava com intuito de se construir uma memória republicana da Paraíba. Machado comporia, então, o *hall* de paraibanos que colaboraram para o seu advento. Contudo, como buscamos demonstrar ao longo do texto, esta seria uma leitura forjada pelo instituto com o objetivo de fomentar sua perspectiva histórica de que a Paraíba sempre teve tendência para o republicanismo. Além disso, erigir uma imagem de Maximiano Machado, enquanto baluarte da República, ajudava a reforçar e justificar o poder da oligarquia Machado que, durante boa parte da primeira república, desde 1892, ocupava os principais cargos político-administrativos daquela unidade da Federação. Em 1912, último ano da administração de Álvaro Machado, sobrinho do autor, como Presidente do Estado, foi, enfim, publicada a *História da Província da Parahyba*.

É nesse sentido que, ao biografarem Maximiano Machado, tais intelectuais iriam se reportar à sua vinculação ao Partido Liberal e ao episódio da revolta Praieira da qual participou. Para essa historiografia, foi naquele episódio que o futuro historiador demonstrou seu valor patriótico ao se unir aos demais rebeldes e defender a causa da liberdade. Na realidade, como Machado expressa no seu livro *Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba*, fruto dessa sua experiência naquele movimento, estava lutando para que o Brasil não se tornasse uma monarquia absolutista, com os poderes concentrados nas mãos do imperador. Mas em nenhum momento defendera abertamente os ideais republicanos. Contudo, a leitura do instituto a respeito de Maximiano Machado fora a dele como um defensor da república, um liberal rebelde e revolucionário. Sua imagem seria, assim, atrelada a tais características políticas e, dessa forma, seria representada pelas gerações seguintes de historiadores vinculados ao IHGP. Com efeito, esta perspectiva iria interferir até mesmo na

interpretação que se faria da *História da Província da Paraíba*, entendida como um estudo realizado por um político liberal maduro.

Não obstante, como pudemos observar ao longo deste estudo, aquela obra, publicada por incentivo do IHGP e com recursos do estado, fora recepcionada com várias críticas a respeito da sua estrutura e método de narrativa, do uso que faz das fontes e de algumas de suas interpretações. As críticas já estão presentes no texto de João de Lyra Tavares que constitui o prefácio da primeira edição. Já de partida contesta o destaque que Machado daria às ações de Frutuoso Barbosa na conquista da Paraíba. Para Lyra Tavares, o verdadeiro fundador seria João Tavares e não, como atestou Machado, Frutuoso Barbosa. Em relação ao Período Holandês, enfatizaria os equívocos na ortografia dos nomes dos oficiais holandeses e, principalmente, contestaria a imagem negativa que Maximiano construía sobre Maurício de Nassau. O único ponto de convergência seria em relação a André Vidal de Negreiros, pois, para ambos, este paraibano seria o grande vulto da restauração pernambucana e exemplo de patriotismo dos paraibanos naquele conflito luso-holandês.

Nas primeiras revistas do Instituto Histórico, a divergência de interpretação a respeito da história da Paraíba seria ainda mais evidente. Como vimos anteriormente, os personagens, as datas e os locais consagrados por Machado como importantes para a história da Paraíba foram ignorados pelo IHGP. Exemplo mais manifesto seria o episódio da fundação da Paraíba. Enquanto, para ele, o fundador seria Frutuoso Barbosa, e o estabelecimento da povoação se daria aos fins de 1585, depois que a ameaça dos Potiguara havia sido controlada, para o instituto a fundação se deu a 5 de agosto de 1585, tendo a frente João Tavares, que supostamente teria arquitetado um acordo de paz com os Tabajara. Nascia, então, a Paraíba sob os auspícios da paz. Esta versão permaneceria no imaginário da sociedade paraibana, tendo o 05 de agosto como a sua principal data comemorativa.

Pensamos que seja importante o desenvolvimento de estudos mais aprofundados a respeito dessa influência de Maximiano Lopes Machado na historiografia paraibana no século XX. Costuma-se repetir que Machado, junto com Irineu Pinto e Irineu Joffily, por terem construído a base daquela historiografia, por terem sido os primeiros a escreverem sobre a história da Paraíba, estariam presentes ainda hoje na sociedade paraibana. Até onde os limites desse trabalho nos permitiram observar, entendemos que Maximiano Lopes Machado teve pouca influência na construção da história oficial da Paraíba encetada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, especialmente no que tange à participação dos indígenas como um dos elementos que fizeram parte da construção histórica e social da Paraíba, assim como os europeus e negros.

Para Machado, os indígenas Tabajara e Potiguara colaborariam com a civilização ao aderirem a ela. Era imprescindível, para o desenvolvimento da Paraíba, a incorporação daqueles indígenas à sociedade. Para o IHGP, a colaboração dos indígenas fora a aliança de paz dos Tabajara. Estes contribuíram para que a Paraíba pudesse nascer. Contudo, ao dar relevo a este acordo de paz, este instituto encobre, na realidade, a aliança entre portugueses e Tabajara para a eliminação dos indígenas resistentes à civilização, os Potiguara. Os Tabajara, então, seriam exaltados por aquela historiografia, lembrados e homenageados como colaboradores. Aos Potiguara restaria o esquecimento. A convergência dessas duas interpretações estaria no fato de que os indígenas teriam uma participação limitada na história da Paraíba, estando fadados a serem absorvidos e imiscuídos entre os outros elementos sociais. Em outras palavras, o destino destes povos seria a civilização.

É essa perspectiva historiográfica que pode nos indicar um caminho para a compreensão da forma como a sociedade paraibana enxerga o indígena na sua formação identitária. Aquela historiografia colaborou para a construção de uma cultura histórica que implicava perceber o indígena como um personagem pertencente ao passado, vítima passiva da colonização, que, se não foi exterminado, foi incorporado à sociedade.

6. Referências

Fontes:

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. 2v., João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

_____. *Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba*. 2ed. João Pessoa: UFPB, 1983.

PARAÍBA. Relatório de Presidente de Província. Antonio Herculano de Souza Bandeira. Primeira sessão da 26ª. legislatura da Assembléa Provincial da Parahyba em 1 de agosto de 1886. Parahyba do Norte, Typ. Liberal, 1886. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>>. Acesso em: 15 Fev 2012.

PARAÍBA. Relatório de Presidente de Província. Geminiano Brazil de Oliveira Góes. Segunda sessão da 26ª. legislatura da Assembléa Provincial da Parahyba em 3 de agosto de 1887. Parahyba do Norte, Typ. do Jornal da Parahyba, 1887. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>>. Acesso em: 15 Fev 2012.

Bibliografia:

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. In: *Notas sobre a Paraíba*. Brasília: Thesaurus, 1977.

ALMEIDA, A. V.; MAGALHAES, F. O.; CAMARA, C. A. G. Pressupostos do ensino da Filosofia Natural no Seminário de Olinda (1800-1817). *REEC. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v. 7, p. 480-505, 2008. Disponível em: <http://www.saum.uvigo.es/reec/volumenes/volumen7/ART12_Vol7_N2.pdf>. Acesso: 09 mai. 2012.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BARROS, José D'assunção. História e Memória. Uma relação na confluência entre o tempo e o espaço. In: MOUSEION. Revista Eletrônica do Museu e Arquivo Histórico La Salle, v. 3 n. 5, p. 35 – 67, jan – jul 2009. Disponível em: <http://www.unilasalle.edu.br/museu/mouseion/historia_memoria.pdf> Acesso: 03 mar 2012.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOXER, C. R. *Os Holandeses no Brasil*. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. 2ed. Recife: CEPE, 2004.

CABRAL, Eurico Jorge Campelo. *O liberalismo em Pernambuco: as metamorfoses políticas de uma época (1800-1825)*. 2008. 238p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e da Gente do Brasil (1583-1590)*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2006.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CAVALCANTI, Manoel Tavares. In: *Almanak da Parahyba*. Paraíba, Imprensa Oficial, 1908.

_____. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Parahyba, 1909. p. 39 – 54.

CUNHA, Manuela C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab Origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*. João Pessoa: Almeida, 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *O Fardo do Homem Branco: Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

DÓRIA, Carlos Alberto. *Cadências e Decadências do Brasil: o futuro da nação à sombra de Darwin, Haeckel e Spencer*. 2007. Tese. (Doutorado em Sociologia). Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas.

DOSSE, François. Uma História Social da Memória. In: *A História*. Bauru/SP: Edusc, 2003.

FARIAS, Eliane Silva. *Memória Tabajara: manifestação de fé e identidade étnica*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba.

FLORES, Élio Chaves. Dos Feitos e Dos Ditos: história e cultura histórica. In: *Saeculum* – Revista de História, João Pessoa, Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, n. 16, jan.-jun. 2007, p. 83-102.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630*. Bauru: Edusc, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo H. de Lima. *Religião Pátria e Liberdade: a historiografia do IAGP entre 1862 e 1876*. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. *História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa, Editora Universitária, 1998.

_____. *Maximiano Lopes Machado: Primeiro Historiador da Paraíba*. João Pessoa, Empório dos Livros, 1999.

GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de história nacional. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1988, nº 01.

JOFFILY, Geraldo I. In: *Notas sobre a Paraíba*. Brasília: Thesaurus, 1977.

_____. *Ireneo Joffily: primeiro centenário da morte*. João Pessoa: Editora UNIPE, 2004.

JOFFILY, Irineo. *Notas sobre a Paraíba*. Brasília: Thesaurus, 1977.

JOFFILY, José. *Entre a Monarquia e a República*. Idéias e lutas de Irineo Joffily Rio de Janeiro, Kosmos, 1982.

KODAMA, Kaori. *Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

LEITE, Bruno Celso Sabino. *Pensamento Político Liberal e Doutrina Social Católica na Formação do Estado Brasileiro*. 2010. 151p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MACHADO, Maximiano Lopes. Espírito Revolucionário – Pensamento Libertador. Maximiano Lopes Machado e a Construção da História Paraibana. In: MARIANO, Serioja, R. C.; SÁ, Ariane Norma de Menezes (org). *Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2003.

_____. Em defesa da ordem e da civilização: o discurso liberal de Maximiano Lopes Machado. In: **Revista COPEX/FIP**, Patos, 2009.

MARIANO, Nayana R. C. *A Representação dos Índios nos Livros Didáticos de História*. Dissertação. 2006. (Mestrado em Educação). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba.

MARIANO, Nayana R. C. Maximiano Lopes Machado e a Imagem do Índio Redimível. In: MARIANO, Serioja, R. C.; SÁ, Ariane Norma de Menezes (org). *Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2003.

MARIANO, Serioja R. C. . Um Governo Justo e Liberal : A construção do discurso histórico de Maximiano Lopes Machado sobre a Praieira. In: *V Seminário Nacional de História e Historiografia: Biografia e História Intelectual*, EDUFOP, 2011. v. 1. p. 1-10.

MARSON, Izabel A. *A Rebelião Praieira*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

_____. *O Império do Progresso: a revolução Praieira em Pernambuco (1842 1855)*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MARTIUS, C. F. von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Sexto, Rio de Janeiro, 1844.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O Descobrimento dos Outros*. Povos Indígenas do Sertão Nordeste no Período Colonial. Tese (Doutoramento em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3ed. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª ed. São Paulo: editora 34, 2007.

MELLO, José Octávio de Arruda. Maximiano Machado. Liberalismo, Radicalismo e Revisionismo na Primeira História da Paraíba. In: MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

MENESES, Hérick Dayann Morais de. *As Contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654)*. 2009. 161p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

MONTEIRO, John M. O Desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da e GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. *A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º. e 2º graus*. Brasília, MEC/MARI/ UNESCO, 1995.

_____. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese (Livre Docência). Campinas, Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

_____. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Mariz (Org.). *Etnohistória dos Índios Potiguara*. João Pessoa: Procuradoria da República da PB/SEC-PB, 1992.

OLIVEIRA. Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representação e Pensamento Social*. 2001. 280 p. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. *Felipe Camarão: súdito fiel do rei católico*. 2009. 48 p. Monografia (Licenciatura Plena em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

PALITOT, Estêvão Martins. *Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mor: História, etnicidade e cultura*. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e Notas para a História da Parahyba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

PINTO, João Pereira de Castro. A Parahyba nos Tempos Coloniaes in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Parahyba, 1909. n. I, p. 21 – 38.

PIRES, Heliodoro. *Padre Mestre Inácio Rolim: Um trecho da colonização do Norte brasileiro e o Padre Inácio Rolim*. Teresina. Gráfica Editora, 1991.

POMPA, Cristina. *Religião como Tradução*. Missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial. Bauru, Edusc, 2003.

QUINTAS, Amaro. O Nordeste, 1825-1850. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1985.

REIS, José Carlos. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo, SP. Ática, 1999.

_____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 8ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *O Desafio Historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RICOEUR, Paul. *A Memória, A História, O Esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas: Unicamp, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. *Estrutura de Poder na Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.

TAVARES, João de Lyra. In: *História da Província da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. (1871). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. (1852) 9ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. 3v.